

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

REGINA JANIAKI COPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA:
UM ESTUDO DO PROJETO “LITERATURA EM MINHA
CASA”**

PONTA GROSSA
2007

REGINA JANIAKI COPES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: UM ESTUDO DO PROJETO
“LITERATURA EM MINHA CASA”

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Esméria de Lourdes Saveli

PONTA GROSSA
2007

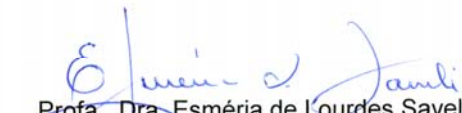
TERMO DE APROVAÇÃO

REGINA JANIAKI COPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: UM ESTUDO DO PROJETO
LITERATURA EM MINHA CASA**

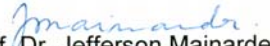
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Profa. Dra. Esméria de Lourdes Saveli
UEPG


Prof. Dr. Edmir Perrotti
USP


Prof. Dr. Núbio Delanne Ferraz Mafra
UEL


Prof. Dr. Jefferson Mainardes
UEPG

Ponta Grossa, 10 de dezembro de 2007

*À minha família ... pelo infinito amor e
dedicação a mim dispensados em cada dia
do meu viver!!!*

A Deus, dou graças pela vitória alcançada.

Aos meus pais, Alexandre (in memórian) e Terezinha, exemplos de vida...

Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, pela constante presença, apoio, carinho, amor e força.

Ao meu esposo Florandir, pelo amor e por ter compreendido as minhas ausências.

Aos meus Pastores Lourenil e Silvana Severino que, com um coração amoroso, aberto e unido, acolheram-me sempre com compreensão, dedicação e orações.

Aos amigos Dorivaldo e Eliane, que com confiança apresentam um Deus fiel e misericordioso.

Aos amigos Tiago, Nelson, José, Silmara, Fabiane, Ligimar, Ingrid e Solange que, em exercício de amizade, contribuíram generosamente para a construção dessa obra e a todos que direta ou indiretamente foram companheiros nesta jornada.

Aos meus alunos, pelo amor que sempre me deram.

Aos diretores, pedagogos, professores e bibliotecários, parceiros de utopias...

Ao Prof. Dr. Ademir José Rosso pelo carinho e incentivo dedicados a mim durante esta caminhada.

Ao coordenador do Programa de Mestrado Em Educação da UEPG, Prof. Dr Luis Fernando Cerri pela competência e seriedade.

Ao Programa de Mestrado Em Educação da UEPG, pelos conhecimentos adquiridos ao longo deste percurso.

Aos Prof. Dr. Edmir Perrotti, Prf. Dr. Núbio Delanne Ferraz Mafra e Prof. Dr. Jefferson Mainardes, membros da banca examinadora deste trabalho, pela competência, atenção e sugestões apresentadas.

Em especial, à Prof^{ta}. Dr^a. Esméria de Lourdes Saveli, orientadora deste trabalho, grande Mestre, por ter me ensinado os percursos dessa trilha com confiança, paciência, respeito e que tanto contribuiu para minha formação.

A todos que foram atores, escritores e vozes desta história,

Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa analisou o projeto governamental de incentivo à leitura “Literatura em Minha Casa”, vinculado ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A pesquisa teve a preocupação em estabelecer as relações entre o proposto pelo projeto e o que foi efetivado na prática. Os autores que sustentaram as discussões teóricas foram: Freire (1982); Perrotti (1990); Chartier (1990), (1996), (1999), (2001); Silva (1983), (1986), (1991), (1995); Cavallo e Chartier (1998), (1999); Febvre e Martin (1992); Melo (2003), Britto (2003); Andrade (2004) Suassuna (1998). A análise documental focou os objetivos, o público alvo, os critérios para a distribuição dos livros, os investimentos financeiros, as concepções básicas e as ações que nortearam a implantação e a implementação do projeto “Literatura em Minha Casa” nas escolas. Foram analisados os conteúdos das entrevistas realizadas com gestores, pedagogos, professores e responsáveis pelas bibliotecas das escolas municipais e estaduais da cidade de Ponta Grossa, Paraná. Pela análise dos documentos emanados do MEC, observou-se que o referido projeto teve como meta inicial tornar acessível aos alunos de 4^a, 5^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e às suas famílias um conjunto de textos literários. As principais conclusões são as seguintes: a) a maioria dos gestores escolares desconhecia os programas, os projetos e as campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal; b) os livros não chegaram às escolas da forma como estava proposto nos documentos oficiais oriundos dos órgãos governamentais; c) os alunos não receberam os kits conforme o prescrito no projeto; d) em algumas escolas, tanto nas estaduais quanto nas municipais, há um resíduo de volumes nas estantes das bibliotecas e nas salas de leitura e; e) as escolas receberam uma quantidade de kits muito aquém da demanda de matrículas. Pelas informações dos sujeitos, constatou-se um certo distanciamento entre as intenções manifestadas nos documentos e os resultados da proposta implementada nas escolas. O projeto não ganhou visibilidade nem dentro das escolas, nem na comunidade.

Palavras-chave: Políticas públicas, Política de leitura, Programa, Projetos e Campanhas de leitura e Formação de leitores.

ABSTRACT

This research analyzed the government project of incentive for reading "Literatura em Minha Casa", linked to the Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), with resources from the Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), organ of Ministry of Education and Culture (MEC). The research had the concern in establishing the relationships between what the project proposed and what they executed in practice. The authors that sustained the theoretical discussions were: Freire (1982); Perrotti (1990); Chartier (1990), (1996), (1999), (2001); Silva (1983), (1986), (1991), (1995); Cavallo and Chartier (1998), (1999); Febvre and Martin (1992); Melo (2003), Britto (2003); Andrade (2004) and Suassuna (1998). The documentary analysis focused the objectives, the target public, the criteria for the distribution of the books, the financial investments, the basic conceptions and the actions that orientated the implantation and the implementation of the project "Literatura em Minha Casa" in the schools. The contents of the interviews with the managers, the educators, the teachers and the responsible ones for the libraries of the municipal and state schools of the city of Ponta Grossa, Paraná, were analyzed. From the analysis of the emanated documents of MEC, we observed that the referred project had as initial goal to turn accessible to the students of 4th, 5th and 8th grades of the Elementary School and to their families a group of literary texts. The main conclusions are: a) the majority of the school managers ignored the programs, the projects and the incentive campaigns for reading that emanated from the Federal Government; b) the books did not get at schools in the way how it was proposed in the official documents from the governmental organs; c) the students did not receive the kits as prescribed in the project; d) in some schools, as in the state as in the municipal ones, there is a residue of volumes in the shelves of the libraries and in the reading rooms and; e) the schools received a very short amount of kits for the demand of registrations. According to the information from the citizen, we verified some distance between the intentions manifested in the documents and the results of the proposal implemented in the schools. The project was not able to get the visibility neither inside of the schools, nor in the community.

Key-Words: Public Politics, Reading Politics, Program, Projects and Reading Campaigns and Formation of Readers.

LISTA DE SIGLAS

AAE	Associação de Amparo à Escola
ALB	Associação de Leitura do Brasil
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CERLALC	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Estaduais da Educação
DV	Deficiência Visual
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMC	Empresa de Marketing Cultural
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FNUI	Fundo das Nações Unidas para a Infância
IEL	Instituto de Estudos e Linguagem
INAF	Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INL	Instituto Nacional do Livro
IRA	Internacional Reading Association
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
NRE	Núcleo Regional de Educação
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americano
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional para Avaliação de Estudantes
PLIDEF	Plano Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNBE	Plano Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNLEM	Plano Nacional do Livro Ensino Médio
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PROALE	Programa de Alfabetização e Leitura
SEF	Secretaria de Educação Fundamental
SES-SP	Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEE	Secretarias Municipais e Estaduais de Educação
SRJ	Superintendência do Rio de Janeiro
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS	133
ANEXO 1	Carta de apresentação para as entrevistas.....	134
ANEXO 2	Roteiro de entrevista acompanhado de um preâmbulo sobre as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil.....	136
ANEXO 3	Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997.....	141
ANEXO 4	Descrição do Programa Nacional Biblioteca da Escola –FNDE.....	142
ANEXO 5	Resolução nº 014, de 15 de agosto de 2000.....	143
ANEXO 6	Resolução/CD/FNDE nº 008, de 08 de Abril de 2003.....	144
ANEXO 7	Resolução/ CD/FNDE nº 008, de 1 de Março de 2002.....	148
ANEXO 8	Nº. de alunos matriculados e quantidade de coleções recebidas pelas escolas estaduais e municipais pesquisadas.....	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	FUNDAÇÕES, INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES.....	29
QUADRO 2	HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	31
QUADRO 3	PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL.....	32
QUADRO 4	CAMPANHAS DE PROMOÇÃO E INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL.....	33
QUADRO 5	PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA.....	34
QUADRO 6	DADOS ESTATÍSTICOS – PALAVRA DA GENTE – EJA.....	60
QUADRO 7	DADOS ESTATÍSTICOS – BIBLIOTECA DO PROFESSOR E BIBLIOTECA..	60
QUADRO 8	DADOS ESTATÍSTICOS – CASA DA LEITURA.....	61
QUADRO 9	PROGRAMA/ANO/DISTRIBUIÇÃO/QUANTIDADE/VALORES.....	62
QUADRO 10	DADOS ESTATÍSTICOS – LITERATURA EM MINHA CASA – 4ª SÉRIE.....	66
QUADRO 11	DADOS ESTATÍSTICOS – LITERATURA EM MINHA CASA – 8ª SÉRIE.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	18
A LEITURA NO BRASIL: UMA VISÃO DE SUA DIVERSIDADE	18
1.1 OS INTERLOCUTORES	19
1.2 AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	21
1.3 AS INSTITUIÇÕES E AS AÇÕES PROMOCIONAIS	29
CAPÍTULO 2	40
PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS DE INCENTIVO À LEITURA	40
2.1 OS PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA	42
2.2 OS PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA	45
2.3 AS CAMPANHAS DE INCENTIVO À LEITURA	49
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE	54
2.5 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO “LITERATURA EM MINHA CASA”	62
CAPÍTULO 3	69
O PROJETO “LITERATURA EM MINHA CASA” EM PONTA GROSSA	69
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
3.1 AS FASES DA PESQUISA	76
3.1.1 – 1ª fase: A Formação dos Setores Regionais (FRS)	76
3.1.2 – 2ª fase: A escolha das Escolas	80
3.1.2.1 Escolas Estaduais	80
3.1.2.2 Escolas Municipais	81
3.1.3 – 3ª fase: A Escolha dos Sujeitos	82
3.1.4 – 4ª fase: Instrumento Para a Pesquisa de Campo	83
3.1.5 – 5ª fase: As Entrevistas	83
3.1.6 – 6ª Fase: As Transcrições das Entrevistas	86
3.1.7 – 7ª fase: As Análises das Entrevistas – Classificação ou Codificação do Material	87
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

“Não esqueçamos, na hora da vitória, aqueles que desbravaram o caminho, aqueles que, com a sua coragem, tornaram possível este triunfo”.

Olavo Bilac

Enquanto professora de Língua Portuguesa busco mostrar aos alunos o valor social que a leitura assume na vida de cada um de nós, as transformações que ocorrem no sujeito quando esse entende a leitura como “uma ação cultural” (BRITTO, 2003, p. 100) uma vez que ler é um instrumento necessário à sobrevivência, ao mundo do trabalho, à luta contra nossas parcas condições de vida.

Nesse entender a leitura passa a ser um ato de posicionamento político diante do mundo, pois, ainda conforme Britto (2003, p.100), “quanto mais consciência o sujeito tiver deste processo, mais independente será sua leitura, já que não tomará o que se afirma no texto que lê como verdade ou criação original, mas sim como um produto”.

Portanto, pode-se dizer que o conhecimento não é informação e nem pode ser medido pela quantidade de informações que o sujeito obteve e armazenou. O conhecimento está atrelado à capacidade do sujeito articular criticamente os elementos do mundo com as informações adquiridas e, assim, ressignificá-las conforme o seu interesse. Assim, a leitura pode ser vista como um caminho para se chegar ao conhecimento, isso porque a leitura é um ato de comunicação que envolve não só o leitor, mas também a obra e o autor. Desta maneira, o leitor interfere e muda seu posicionamento diante do mundo (FREIRE, 1982), desde que este leitor tenha condições de desvelar o texto. O leitor reescreve o que lê, recria o assunto da leitura em função dos seus próprios critérios. Nessa linha de raciocínio, Suassuna (1998, p. 183) afirma que “assim é que o ato de ler pode ser definido como um constante diálogo

(tenso) entre nossas palavras e as palavras dos outros”. Há um movimento dialético entre o leitor e o texto lido. O processo da leitura é entendido como um ir e vir, isto é, um processo ativo e produtivo em que as leituras anteriormente realizadas são modificadas continuamente no ato da leitura.

Esse exercício dialético da leitura não tem sido uma prática constante em uma grande parcela da população brasileira, uma vez que essa, na maioria das vezes, só tem contato com o livro depois de entrar na escola. Muitas são as desculpas apresentadas pelos não leitores para justificar a ausência da leitura em suas vidas. Uma delas é o baixo poder aquisitivo da população que vem aniquilando cada vez mais a formação de leitores. Assim, a ausência histórica da palavra impressa no cotidiano das pessoas fez do livro um objeto estranho a muitos brasileiros.

Dessa forma, o acesso ao livro e a formação de leitores têm sido uma das grandes preocupações e alvo de vários estudos acadêmicos nos últimos tempos. O cenário educacional brasileiro encontra-se, hoje, marcado por grandes mobilizações em diferentes níveis, como resultado das mudanças de paradigmas e das novas necessidades que surgem na sociedade. O MEC, por meio de suas secretarias, vem apresentando encaminhamentos significativos em atendimento a essas carências. Surgem, então, diferentes projetos e programas de incentivo à leitura com vistas a promover a melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

Todavia, despertar o interesse dos jovens e das crianças pelos livros e pela leitura tem sido uma tarefa árdua tanto da família quanto da escola. Essas instituições, capazes de despertar o gosto pela leitura, assumem um importante papel na formação de leitores, pois se colocam como mediadoras na interação entre autor/texto/leitor. Mas, muitas vezes, as famílias não dão conta desse processo e transferem essa responsabilidade totalmente à escola. Dessa forma, a escola tem o reconhecimento social de ser um dos espaços privilegiados para se desenvolver nas crianças e jovens a cultura da leitura.

Nesse caso, entendendo a leitura não mais como aquela que tem a missão salvacionista, procuro aprofundar meus estudos e compreender o papel do Estado nas políticas públicas de incentivo à leitura.

Esta pesquisa busca analisar o projeto de leitura emanado do governo federal “Literatura em Minha Casa”, estabelecendo uma relação entre o proposto e o efetivado na prática e, assim, saber se os profissionais atuantes nas escolas têm conhecimento sobre os programas, os projetos e as campanhas de incentivo à leitura advindos do Governo Federal. Pretende-se com isso, contribuir para o enriquecimento de informações sobre as políticas públicas cujas discussões informam a relação entre a economia, a cultura escolar, a cidadania e a leitura.

O estudo insere-se em uma abordagem sócio-histórico-cultural da leitura, o que contribui para a necessidade de investigação e produção de conhecimento nesse campo. Destaca-se por sua relevância ao verificar a relação existente entre as concepções acerca da leitura e da formação de leitores, as intencionalidades em determinados momentos da história e as suas ações na área, podendo dessa forma ajudar a esclarecer o lugar e o caráter das políticas públicas dessa natureza no momento.

O suporte teórico para a compreensão do objeto está assentado nas concepções de leitura de Paulo Freire e de autores que trabalham na vertente da história cultural – como Chartier, Febvre e Melo – e dos autores que discutem políticas públicas de leitura e formação de leitor – como Perrotti, Ezequiel T. da Silva, Britto, Serra, Yunes entre outros.

Existem várias evidências (PERROTTI, 1990; SILVA, 2004 a; SILVA, 1991, 2004 b; CUSTÓDIO, 2000; SOARES, 2000; AVELAR, 2002; ROSSI, 2004; FERNANDES, 2004; PAVANI, 2004; RIGOLETO, 2006; PAIVA, 2006; COSTA, 2007 e MARQUES, 2007), de que a situação precária da leitura no Brasil decorre da fragilidade e da desarticulação das ações desenvolvidas, de descontinuidades e rupturas devido às mudanças de gestões

administrativas e, ainda, de estratégias equivocadas por parte da estrutura política e técnico-burocrática.

A ineficiência das políticas de circulação do texto impresso, a precariedade das bibliotecas escolares e públicas, a deficiência da formação de mediadores, o pouco êxito da escola no ensino da língua e a fragilidade da cidadania sustentam a hipótese de que a fragilidade das ações voltadas para a área poderia ter origem na inexistência de uma “*verdadeira*” política pública para a promoção da leitura (CUSTÓDIO, 2000). A responsabilidade da esfera pública suscitaria às ações desenvolvidas no país um caráter de articulação e continuidade.

Conforme Suassuna (1998, p. 184), as políticas públicas são impostas. Essa situação se agrava mais quando se vê que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) contrariam princípios em torno da linguagem e da leitura. Os PCN, segundo a autora, foram impostos e isso não permitiu aos profissionais da educação o confronto de interpretações e representações característico da produção de linguagem. Em outras palavras, as políticas não são dialéticas, não há a contrapalavra, e nesse caso os mediadores são anulados. Ainda de acordo com Suassuna, “os PCN são a negação do texto e do leitor”.

A prática de leitura e a formação de leitores possuem as marcas das funções sociais atribuídas pelo Estado em uma determinada época. Dizendo de uma outra maneira, o Estado, ao elaborar e formular suas políticas faz interpretações de suas funções a partir de seus interesses, ideologias e prioridades. Portanto, para se compreender as políticas oficiais voltadas para concepções de leitura, modelo de leitor e a produção do discurso oficial sobre a promoção da leitura, faz-se necessário situar o momento histórico e explicitar tais conceitos à luz do contexto sócio-político da época contemplada, para que tal política possa se tornar um objeto passível de verificação.

Pode-se dizer que os entraves para a construção de uma sociedade leitora no país dizem respeito à intervenção do governo e à natureza de sua atuação nesse campo, sendo a primeira de natureza político-ideológica e, a outra, técnico-administrativa.

Nas sociedades contemporâneas, urbanas, burocratizadas, escolarizadas e marcadas fortemente pela comunicação social são impostas exigências aos indivíduos para que possam superar algumas das desigualdades sociais. Entre essas exigências, dá-se importância à leitura e à formação de leitores críticos.

Essa linha de raciocínio tem relação com o pensamento de Chartier (1990, p.46), quando afirma que “As diferenças sociais não podem ser pensadas em termos de fortuna ou de dignidade, mas que são produzidas ou traduzidas pelos distanciamentos culturais”. A disparidade da desigualdade das competências culturais – ler e escrever – e dos bens culturais – como, por exemplo, o livro – tornou-se o objeto central de muitas investigações (AVELAR, 2002; SILVA, 2004 a; ROSSI, 2004; PAVANI, 2004; RIGOLETO, 2006; PAIVA, 2006; COSTA, 2007 e MARQUES, 2007).

O foco principal a que se propõe esta investigação é o de analisar o projeto de incentivo à leitura “Literatura em Minha Casa” na sua implantação e implementação no município de Ponta Grossa, Paraná, em seus aspectos políticos, sociais e pedagógicos. Ainda, no processo de pesquisa, procurou-se: a) identificar as contradições entre o que é proposto na documentação oficial e o que é efetivado na prática; b) descrever as ações efetivas da escola para atender aos objetivos do projeto; c) averiguar se esse projeto tem sido efetivamente desenvolvido nas escolas e de que maneira vem suprindo a ausência do livro de literatura nas mãos dos estudantes.

Na coleta dos dados optamos pela: a) utilização de entrevistas com diretores, pedagogos, professores e responsáveis pelas bibliotecas escolares das escolas estaduais e

municipais contempladas pelo referido projeto; b) análise dos documentos oficiais ligados à implantação das políticas de leitura.

Primeiramente, foram coletados e analisados os documentos advindos do MEC que circularam e circulam na sociedade para a divulgação do projeto “Literatura em Minha Casa” – leis e resoluções de órgãos oficiais – e outros documentos como – folhetos, *folders*, jornais e revistas – para estabelecer as relações entre o proposto pelo projeto e o que é efetivado na prática. Num segundo momento, elaborou-se o instrumento da pesquisa empírica – roteiro de entrevista – o qual norteou a entrevista semi-estruturada.

O estudo está organizado da seguinte forma: na Introdução descreve-se a gênese, apresenta-se o objeto e os objetivos da pesquisa; no Capítulo 1, apresenta-se uma revisão da literatura sobre o tema políticas públicas de incentivo à leitura e estudos representativos que têm sido produzidos na área; no Capítulo 2, contemplam-se os programas, os projetos, as campanhas de promoção à leitura, caracteriza-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o projeto “Literatura em Minha Casa”; no Capítulo 3, apresenta-se o caminho investigativo da pesquisa, a discussão dos dados e uma síntese reflexiva sobre o papel do Estado na formulação das políticas de leitura considerando três aspectos: concepções de leitura, formação de leitores e o discurso oficial sobre a democratização da leitura e dos bens culturais. E as Considerações Finais trazem os resultados das análises tecidas a partir de comparações entre as propostas do projeto analisado e o acontecido na prática.

CAPÍTULO 1

A LEITURA NO BRASIL: UMA VISÃO DE SUA DIVERSIDADE

“De agora em diante, os intelectuais mais rigorosos ou apenas mais honestos não poderão contentar-se em dar conta do privilégio ocidental; eles deverão medir forças com o *outro*, com o *diferente*, que não será sempre possível exorcizar invocando a loucura e a barbárie do atraso”.

R. Luperini

A partir das palavras de Luperini, pode-se dizer que a chamada crise da leitura, discutida por Perrotti (1990); Silva (1995); Britto (2003) entre outros, não é um problema a ser enfrentado por uma parcela limitada da sociedade, mas uma luta constante de todos – Estado, sociedade civil, escola e família. As discussões a respeito dessa crise vêm se estendendo desde os finais dos anos 60 intensificando-se a partir da década de 70. Desse momento em diante é que a leitura passou a ser vista como uma questão sócio-cultural, moral e, também, política.

Este capítulo tem como intenção inicial apresentar uma visão panorâmica sobre a leitura e se aproximar do que já se tem produzido no Brasil a respeito do assunto. Durante a pesquisa, foi feito rastreamento com base em dados nacionais, tais como: catálogos universitários, manuais de orientações, boletins informativos, revistas, livros e bibliotecas eletrônicas. Este estudo, representativo para o conhecimento da questão da leitura, reuniu obras publicadas em forma de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos referentes às políticas públicas de incentivo à leitura.

1.1 OS INTERLOCUTORES

Em decorrência dessa revisão da literatura encontraram-se obras estrangeiras e brasileiras que tratam sobre a questão da leitura. Das obras brasileiras foram identificadas três categorias: (a) a escola e a formação do leitor; (b) histórias da leitura e memórias de leitura e; (c) políticas públicas de leitura.

A primeira categoria “A escola e a formação do leitor” é a que mais tem despertado o interesse de estudiosos na questão da leitura. Há um rol de pesquisadores brasileiros que tem se dedicado e contribuído com discussões nessa vertente. Não será possível referenciar a todos nesse momento devido à infinidade de contribuições encontradas; por outro lado, teme-se, ao fazer juízo de valor, não mencionar importantes contribuições para a área. Nesse caso, o grau de importância dessas pesquisas será de acordo com o olhar daquele que olha e o ponto a ser mirado. O que se pode elucidar, aqui, é que esses autores dialogam entre si fazendo reflexões a respeito do papel da leitura na construção do conhecimento e, ainda, o papel desempenhado pela escola como principal agente formador de leitores. Esses autores reconhecem que, para a formação de leitores, exige-se bem mais que possuir ou ter escolas e bibliotecas em pleno funcionamento (PERROTTI, 1990). Defendem que é preciso ter professores e bibliotecários capacitados para exercer a função de mediadores da leitura.

A segunda “História cultural da leitura” apresenta as fascinantes memórias de leitura, de como se constituíram leitores e suas trajetórias ao longo do tempo. Esses autores fazem um convite para uma viagem pelo mundo da leitura desde as primeiras formas de escrita até a pós-modernidade. Os autores incluídos nessa categoria discutem a leitura na abordagem da história cultural e têm por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e pensada. Trazem as idéias fundamentais para compreender a cultura escrita em sua complexidade e em sua história.

Inserem-se nessa categoria trabalhos como: "Sobre a leitura" (PROUST, 1991); "O aparecimento do livro" (FEBVER e MARTIN, 1992); "Como um romance" (PENAC, 1993); "Concepções sobre a escrita na Roma Antiga" (DESBORDES, 1995); "Discursos sobre a leitura-1880-1980" (CHARTIER E HÉBRARD, 1995); "História de leitura no mundo ocidental", V.1 (1998) e V. 2 (CAVALLO e CHARTIER, 1999); "Leitura: práticas, impressos, letramentos" (BATISTA e GALVÃO, 1999); "Leitura, história e história de leitura" (ABREU, 1999); "Práticas de Leitura" (CHARTIER, 1996), "A aventura do livro do leitor ao navegador" (CHARTIER, 1999), "A história cultural: entre práticas e representações" (CHARTIER, CHARTIER 1990), "Cultura escrita, literatura e história" (CHARTIER, 2001); "A conturbada história das bibliotecas" (BATTLES, 2003); "História Social da Imprensa" (MELO, 2003) e; "Uma história da leitura" (MANGUEL, 2004).

A terceira categoria discute as políticas públicas de incentivo à leitura e a precariedade dos espaços para a sua promoção. O objetivo das discussões é a redefinição do quadro social marcado por um crescente confinamento cultural (PERROTTI, 1990). As obras dessa categoria: a) apontam a necessidade de se criar estratégias diversificadas de políticas públicas na área da cultura; b) criticam a falta de compromisso de todos os seguimentos da sociedade na formação de leitores; c) indicam que não se supera uma dificuldade ou uma crise com ações isoladas; d) apresentam a escola como sendo um dos principais espaços responsáveis pela formação do leitor; e) defendem uma ação mais efetiva das esferas públicas na área e; f) analisam o universo cultural sob a ótica da dimensão sócio-antropológica, visando criar estratégias para tornar o hábito da leitura uma cultura no Brasil.

Dentre elas se destacam: "Os (dez) Caminhos da Escola" (SILVA, 1979), "Leitura e realidade brasileira" (SILVA, 1983), "Leitura na Escola e na Biblioteca" (SILVA, 1986), "O professor e o combate à alienação imposta" (SILVA, 1991), "De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil" (SILVA, 1991) e "A produção da leitura na

escola” (SILVA, 1995); “Confinamento cultural, infância e leitura” (PERROTTI,1990); “Leituras do professor” (MARINHO e SILVA, 1998); “Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação” (BRITTO, 2003); “Professores-leitores e sua formação” (ANDRADE, 2004).

As obras e os autores referenciados nessas três categorias “A escola e a formação do leitor”, “História cultural da leitura” e “Políticas públicas de incentivo à leitura”, sustentarão teoricamente esta pesquisa que irá discutir a política de implementação do projeto “Literatura em Minha Casa”. O entendimento do que seja leitura e como se constrói o conhecimento através dela consiste em entender a necessidade de se criar políticas públicas mais consistentes para o livro e para a leitura. A partir da interpretação e da compreensão das reflexões desses autores, outras pesquisas sobre as políticas públicas de incentivo à leitura poderão ser elaboradas no sentido de contribuir para a área.

1.2 AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Dentre as produções acadêmicas, vale registrar o trabalho de Ferreira (2000), intitulado “Leitura no Brasil”. Nele a autora apresentou um total de 189 resumos de pesquisas na área da leitura as quais foram realizadas nos programas de Pós-Graduação em Educação, Psicologia, Biblioteconomia, Letras/Linguística, Comunicações, entre os anos de 1980 a 1995 no Brasil e estão publicadas no banco de teses da CAPES. A autora adicionou ainda, em seu trabalho, mais 22 (vinte e duas) referências bibliográficas de pesquisas realizadas no período de 1965 a 1979. A soma dos resumos publicados e das referências perfaz um total de 211 (duzentas e onze) pesquisas encontradas pela autora, na área da leitura. O trabalho realizado por Ferreira teve como objetivo inventariar, descrever, analisar e levar em discussão a trajetória da pesquisa sobre leitura no Brasil. Pode-se afirmar que um trabalho dessa natureza

é primordial, uma vez que insere e reafirma a tradição científica que necessita ser preservada na área.

A presente pesquisa encontrou, ainda, mais 27 (vinte e sete) dissertações relacionadas ao tema, produzidas a partir de 1996 até 2007, as quais têm seus resumos publicados no Banco de teses da CAPES. Essas 27 (vinte e sete) foram somadas às 211 (duzentas e onze) dissertações do catálogo analítico elaborado por Ferreira. Assim, tem-se um total de 238 (duzentas e trinta e oito) dissertações publicadas na área da leitura no Brasil.

A partir desses trabalhos identificaram-se alguns focos temáticos, sendo eles categorizados em 09 (nove) grandes eixos, conforme o disposto por Ferreira (2000): a) Desempenho e compreensão de leitura – 71 (setenta e uma); b) Análise do ensino em leitura e proposta didática – 70 (setenta); c) Leitor: preferências, hábitos, interesses – 23 (vinte e três); d) Professor e bibliotecário como leitores – 12 (doze); e) Textos para leitura na escola – 8 (oito); f) Memórias de leitura – 8 (oito); g) Leitor e o livro – 13 (treze); h) Concepções de leitura – 17 (dezessete) e; i) Políticas públicas de leitura – 17 (dezessete) trabalhos.

Esses 17 (dezessete) últimos trabalhos incluídos no eixo temático “políticas públicas de leitura” são os que mais se aproximam do tema da presente pesquisa. Dentre eles, 5 (cinco) estão relacionados a programas de incentivo à leitura promovidos por governos municipais isolados, e 12 (doze) enfocam as políticas públicas de incentivo à leitura em âmbito nacional.

Desses 12 (doze) trabalhos, 10 (dez) deles serão apresentados a partir de seus resumos analíticos, uma vez que esses ainda não foram publicados em forma de livro. São eles: Soares (2000), Custódio (2000), Avelar (2002), Silva (2004a), Rossi (2004), Fernandes (2004), Pavani (2004), Rigoletto (2006); Costa (2007) e Marques, (2007).

A obra “Confinamento cultural, infância e leitura” de Edmir Perrotti (1990), que faz parte desse eixo temático, já se encontra publicada e disponível em forma de livro, portanto, não será apresentado o seu resumo analítico nesta pesquisa.

Por outro lado, não foi possível encontrar na íntegra o trabalho “Leitura e literatura infantil: um olhar sobre a cultura brasileira”, de Elizabeth D’Angelo Serra (S/d), tampouco o ano de sua publicação. Mesmo assim, devido às apreciações feitas por alguns autores, pode-se entender que a autora fez um estudo sobre as práticas de leitura e um levantamento das políticas pioneiras de promoção da leitura no Brasil. Serra afirma que o acesso democrático à leitura e à escrita é uma das conquistas mais poderosas que os povos de todos os países devem almejar.

De acordo com os 12 (doze) trabalhos, mencionados acima, os quais discutem as políticas públicas para o livro e para a leitura, a difusão e a distribuição da cultura do impresso ainda têm acontecido de modo desigual no país. Fica evidente que poucos brasileiros conseguem ter acesso a materiais de cultura impressa – livros, revistas e jornais. A maioria se encontra privada do convívio com esses bens culturais. Nesse caso, cabe a escola, uma das instituições responsáveis em propagar o saber, garantir juntamente com o Estado a democratização desses bens.

Entretanto, por falta de uma política comprometida com a eficácia dos resultados, ainda não surgiram no país projetos que dessem conta de reverter os baixos índices de não leitores e garantir a formação da cultura da leitura dentro das escolas, das famílias e, conseqüentemente, da sociedade em geral.

Em estudos feitos por Soares (2000), verifica-se que está muito longe de se tirar do Brasil o estigma de “país de não-leitores”. A autora desenvolveu uma análise dos programas governamentais de leitura, Proler e Pró-Leitura, identificou seus impactos e resultados, estabelecendo uma relação entre a proposta política e o sucesso ou fracasso na realização dos propósitos desses programas. Ainda de acordo com Soares (2000), percebe-se que as intenções manifestadas nos documentos dos programas eram importantes e boas, porém, problemas como verbas insuficientes e o distanciamento entre coordenação central e agentes

regionais envolvidos foram determinantes e comprometeram o pleno êxito de ambos na democratização do letramento.

De forma mais específica, pode-se dizer que não há um comprometimento de continuidade das ações desenvolvidas pelos órgãos federais, pois as ações são interrompidas com as mudanças de governo. Cada governo que entra tenta impor suas ideologias e as ações das políticas públicas, por sua vez, acabam sendo fragmentadas por ficarem à disposição do capitalismo que oculta os verdadeiros interesses do capital (MENDES, 2006).

No sentido de reconhecer que a capacidade de ler é essencial à realização pessoal e de que o progresso social e econômico de um país depende, em grande parte, do acesso que tem seu povo aos conhecimentos indispensáveis transmitidos pela palavra impressa, Custódio (2000) fez uma análise de como a leitura e a formação de leitores foram situadas nos registros oficiais dos órgãos governamentais no período de 1930 a 1994. De acordo com a autora, tanto nos períodos em que vigora o regime autoritário quanto democrático de governo, há um mesmo modelo de formulação para as políticas públicas. Elas são sempre marcadas pela sucessão de atos governamentais de criação, redirecionamento, extinção e recriação de estruturas administrativas que vêm ao longo do tempo se ocupando basicamente da mera distribuição de livros.

Portanto, pode-se dizer que, por se tratar antes de uma política do livro do que de democratização da leitura, essa forma de intervenção do Estado contribuiu para perpetuar uma situação de exclusão e precário domínio do universo cultural letrado. É possível afirmar que a ausência de demandas sociais significativas e de políticas para a área faz com que a tendência seja continuar formulando políticas sem um planejamento para longo prazo, segundo os valores e concepções próprios de cada administração, como políticas de governo e não uma política de Estado.

Nas discussões apresentadas por Avelar (2002), percebe-se que a preocupação com a formação de leitores tem contribuído para movimentar editores, editoras, órgãos públicos e professores. Quanto à questão da formação do leitor, a autora salienta que a escola e a família são as instituições às quais se têm outorgado esta tarefa. No entanto, não podem ser consideradas as únicas instituições responsáveis em formar leitores. Essa responsabilidade pode ser delegada a outros segmentos que, muitas vezes, são desconsiderados, como, por exemplo, livrarias, bibliotecas, catálogos e internet, àqueles que, de uma maneira ou outra, exercem a função de mediadores, que podem tanto formar quanto inibir o gosto pela leitura. Torna-se importante ressaltar que um trabalho que analisa o processo de mediação de leitura feito por esses segmentos sociais tem aqui sua importância porque apresenta um debate cultural-político-ideológico que contribui para as pesquisas na área.

Outro considerável debate para esta pesquisa é o trazido por Silva (2004a), quando discute a implementação do PNBE/2002. Silva apresenta uma relação entre o conceito de leitura e literatura do “Programa Nacional Biblioteca da Escola” (PNBE) e do Currículo Básico do Estado do Paraná, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Propostas Pedagógicas das escolas municipais e estaduais. De acordo com a autora, fica evidente a desinformação dos envolvidos com o processo da leitura nas unidades escolares em relação ao programa. A pesquisadora sustenta, na referida pesquisa, que a prática pedagógica enfatiza a didatização da literatura.

Nesse entender, Andrade (2004, p.156) afirma que, muitas vezes, a formação do professor, mediador da leitura, é falha, e essa situação o torna um mero executor do que é preconizado nos livros didáticos. Para a autora “os professores deveriam se ver como formadores de si mesmos”. Assim, a ausência de suporte teórico a respeito do assunto que se propôs a tratar não permite que o professor reflita sobre sua própria prática e construa a partir dela novos conhecimentos.

Frente ao exposto por Silva (2004a) é possível afirmar que os programas de incentivos à leitura emanados dos órgãos federais têm sido implementados nas escolas sem visar a sua eficácia. Isso significa dizer que o futuro da leitura precisa ser decidido onde ela é praticada e consolidada. Portanto, entende-se que as políticas públicas voltadas à questão da leitura e que atendam à realidade escolar brasileira precisam ser mais consistentes e melhores implementadas. Concordando com esse pensamento, Marques (2007) afirma que o MEC, ao elaborar a política de implantação desse projeto, pecou ao desconsiderar as instituições escolares como intermediadoras do projeto. A escola priorizou a prática de conservação dos livros por não entender os objetivos do projeto e, dessa forma, inverteu o caminho dos livros: das mãos dos alunos para as estantes das bibliotecas escolares. Marques apontou que apesar da boa vontade e dos altos investimentos do governo federal, os objetivos traçados por esse projeto de promoção de livros e da leitura são sempre frustrados em sua essência – formação de leitores e consolidação do hábito de leitura.

Nessa mesma perspectiva, Rossi (2004), Pavani (2004), Rigoletto (2006) e Costa (2007) discutem o projeto “Literatura em Minha Casa” em suas representações e práticas de leitura. Costa (2007) afirma que o “Literatura em Minha Casa”, mesmo com todas as dificuldades que teve no momento de sua implementação tem formado leitores. Contudo o referido projeto necessita de modificações. A pesquisadora analisou as representações de leitor e de leitura que estão por trás das intenções da ação. Segundo a autora fez-se necessário entender, também, de que forma essas representações são apreendidas pelo leitor comum – o aluno. Essa compreensão não se limitou aos estudos dos documentos de implantação do projeto, mas se expandiu para a discussão acerca das políticas públicas no Brasil em prol da representação de um país considerado “moderno” e “civilizado” - um “país de leitores” (COSTA, 2007).

Corroborando com Costa, Rigoletto (2006), tendo como suporte teórico os estudos de Bakhtin, entende que ler é construir sentidos, é interagir com o texto, isto é, trata-se de um processo de troca no qual texto e leitor são transformados. Perrotti (1990) afirma que é necessário garantir uma boa formação ao leitor, além do acesso à diversidade de materiais de leitura.

Rossi (2004) defende que, com a presente crise da leitura, é importante que se aborde a escolarização da literatura e da maneira como a leitura, livros e leitores vêm sendo vistos e tratados na escola. Isso é fundamental quando o Governo toma a iniciativa de lançar um projeto de distribuição de kits de livros às crianças e jovens de escolas públicas de todo o país, para que estes alunos introduzam o hábito da leitura em seus lares. Para tanto, a autora levanta o seguinte questionamento: *Campanha pública de promoção da leitura forma leitores?* Com essa indagação, a autora foi às escolas para verificar se as campanhas públicas têm oportunizado a opção de leitura ao aluno, à família do aluno e à comunidade em geral, contribuindo para formar o desejado gosto pela leitura.

De acordo com a autora, as instâncias mediadoras nesse percurso estiveram distantes do processo de implementação, visto que as escolas ficaram à margem do projeto. Com isso fica comprovado o despreparo e o desconhecimento pela comunidade escolar, mostrando uma distância muito grande entre aqueles que elaboram as campanhas de leitura, a escola e os alunos.

Essa indagação feita por Rossi (2004) e os resultados que obteve em sua pesquisa vão ao encontro do discutido por Fernandes (2004) que analisou as práticas de leitura escolar no Brasil, bem como as representações da escola, dos professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80. Segundo a autora, as práticas de leitura nas escolas não estão dando condições do aluno participar ativamente da transformação social. O comprovado por Fernandes (2004) não foge à regra geral dos resultados obtidos por Rossi (2004) e das

demais pesquisas até aqui apresentadas. Isso porque, ainda, no Brasil, não se criou uma política pública para a leitura e para o livro que olhasse também a formação dos promotores de leitura – no caso, o professor e o bibliotecário.

Andrade (2004) afirma que uma formação bem ou mal sucedida é sempre determinante desse processo constitutivo e defende que é pela formação que o sujeito resgata as experiências anteriores, as recria, e renuncia àquelas que não são do seu interesse. Nessa escolha, constituem-se como falantes e como autores leitores de suas próprias experiências.

Na mesma linha de pensamento, o artigo “*A literatura em minha casa...e na minha escola também*” de Martins e Casson (2002), traz uma discussão em torno do projeto “Literatura em Minha Casa” e aponta a sua fragilidade. Os autores abordam a necessidade da mediação da leitura tanto na escola como nas famílias dos estudantes.

Araújo e Dezotti (2006) apresentam, também, uma discussão sobre o projeto “Literatura em Minha Casa”. As autoras procuraram verificar como se deu todo o processo mediativo da leitura, partindo da distribuição até a chegada das obras às mãos dos estudantes. Aponta que a escola tem cumprido parcialmente seu papel como formadora de leitores. Os motivos são comuns: falta de livros para todas as crianças e o despreparo dos envolvidos no processo de mediação da leitura. Nesse aspecto, percebe-se que há convergência entre as pesquisas aqui apresentadas. Perrotti (1990, p. 75) afirma:

Se os problemas apontados constituem preocupação constante na literatura promocional, o despreparo dos mediadores parece ser o alvo central dos discursos, por ser considerado o obstáculo maior aos caminhos escolhidos. Na medida em que a promoção da leitura deve ser feita a partir especialmente de instituições como Escola e Biblioteca, exige mediadores capazes de atuarem segundo as premissas estabelecidas para tais espaços, condição que a literatura da área reconhece não existir, nem mesmo em países do Primeiro Mundo.

Pode-se afirmar que os resultados obtidos pelas pesquisas acima citadas, de maneira geral, revelaram que o processo de mediação tem sido prejudicado em função da falta de capacitação e de acesso às informações pelos responsáveis em promover a leitura na escola –

professores e bibliotecários. Evidenciou-se que essas políticas foram planejadas e executadas sem considerar a escola como principal instituição social capaz de tornar aqueles que por ela passam em sujeitos leitores.

1.3 AS INSTITUIÇÕES E AS AÇÕES PROMOCIONAIS

Além desses trabalhos acadêmicos que tratam da leitura é conveniente destacar o Boletim Informativo “Notícia”, da FNLIJ. Esse veículo de informação apresenta trechos de artigos, entrevistas, depoimentos, ponto de vista que versam sobre a necessidade de se abrir caminhos para a prática da leitura de obras literárias dentro e fora das escolas.

Segue um quadro panorâmico das fundações, das instituições, das associações, dos congressos e das proclamações que têm como objetivo promover a leitura no Brasil.

Quadro 1 – Fundações, Instituições, Associações, Congressos e Proclamações.

Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão Promotor
Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) - Instituição não-governamental, sem fins lucrativos	1968 dias atuais	Promover a leitura literária e divulgar o livro de literatura infantil e juvenil de qualidade. Investir na formação de professores e bibliotecários; realizar oficinas, cursos, seminários; prestar assessorias junto a entidades públicas e privadas.	Crianças, jovens, professores, bibliotecários e interessados na área da leitura.	Iniciativa Privada - filiada a IBBY (órgão consultivo da UNESCO)
Proclamação do Ano Internacional do Livro	1972	Promover a leitura.	Todos os povos	UNESCO / EMO
Associação Internacional de Leitura	1979 dias atuais	Promover a leitura.	Interessados na área da leitura.	IRA; CBS
Associação de Leitura no Brasil (ALB)	1981 dias atuais	Ser um espaço privilegiado de análise e crítica das condições de leitura no país e lugar de luta pela efetiva garantia do exercício da cidadania pela maioria excluída.	Pesquisadores, professores de todos os níveis, estudantes universitários, bibliotecários, jornalistas, editores, livreiros, historiadores etc.	IEL / Unicamp
Congresso de Leitura do Brasil (COLE - de 2 em 2 anos)	1980 dias atuais	Promover um espaço privilegiado de análise crítica das condições de leitura e escrita, possibilitar o usufruto da produção cultural e intelectual. Criar condições para realização crítica de propostas de superação das exíguas condições de leitura e escrita no âmbito das ações macro-políticas e micro-políticas.	Profissionais da área de educação - diversos níveis de ensino da área pública e privada e interessados na área.	ALB/FE /UNICAMP
Fundação da Câmara Brasileira do Livro (CBL) - entidade independente, sem fins lucrativos	1946 dias atuais	Promover a indústria e o comércio do livro e defender os interesses de seus associados. Desenvolver atividades e eventos, para difundir a produção editorial brasileira, promover cursos de treinamento e atualização para os profissionais da área.	Editores, livreiros, distribuidores, profissionais de venda direta, professores, bibliotecários e pesquisadores da área.	Editores, livreiros, distribuidores, profissionais de venda direta e associados, que representam os diversos setores da indústria do livro.

Fonte: Boletim Informativo “Notícia” nº 12/2001, 4/2002, 8/2002, 11/2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”; Elaboração: Regina Janiaki Copes.

Embora essas ações tenham como meta principal promover, incentivar a prática da leitura no cidadão brasileiro – criança, jovem e adulto – verifica-se que a história da leitura e do livro no Brasil começa com a trajetória problemática do livro didático. Em 1929 o Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado com alguns objetivos iniciais, como: a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional; b) editar obras de interesse para a cultura nacional; c) criar bibliotecas públicas; e) estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. Por outro lado, o INL ficou subordinado ao comércio privado que, por sua vez, centralizou e deteve a exclusividade do mercado. Desta forma não privilegiou a difusão do livro nem estimulou a leitura, porque o seu interesse era alheio à democratização da leitura, ou seja, o foco do mercado editorial estava centrado no lucro. Assim sendo, o INL não garantiu a formação de leitores e nem propiciou práticas leitoras. O livro continuou como na Idade Média - raro e caro.

As ações desenvolvidas pelo INL deixaram de lado o desenvolvimento, a formação de leitores e o fortalecimento das bibliotecas públicas. Criada em 1938, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabeleceu a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país e serviu mais como um aparelho de controle do Estado do que com fins pedagógicos. A intervenção do Estado, pelo INL, na qualidade da difusão da informação pelos livros que comporiam os acervos das bibliotecas denota o controle político-ideológico do período de ditadura da Era Vargas. A censura impediu a organização e a publicação da Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional por não estar de acordo com os critérios determinados pelo sistema de avaliação do Estado.

O quadro 2 (dois) mostra a sucessão de medidas, leis e decretos emanados do governo federal em torno da promoção da leitura no Brasil, das ações pioneiras – o livro didático – até o presente momento.

Quadro 2 – Histórico do Livro Didático

Órgão	Ano	Objetivo	Alvo	Responsável pela criação	A quem se destina
Instituto Nacional do Livro (INL)	1929 - 1976	Legislar sobre políticas do livro didático; Legitimar o livro didático e auxiliar no aumento de sua produção.	Escolas públicas	Estado	
Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	1938	Legislar e controlar a produção e a circulação do livro didático no país.	Escolas públicas	Estado - Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/1938	
CNLD	1945	Consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.	Escolas públicas	Estado Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945	Define o professor como responsável pela escolha do livro didático
Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED)	1966 - 1971	Coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.	Alunos do E.F.	Acordo MEC/ USAID até 1969	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)	1967 - 1970	Distribuição de material didático e livros didáticos.	Alunos do E.F.	Estado	Escolas públicas de E.F. brasileiras
INL	1970 - 1976	Implantação do sistema de co-edição com as editoras nacionais.		Portaria Ministerial nº 35/70.	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	1971 - 1985	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Alunos do E.F.	Estado / INL / COLTED -Decreto nº 68.728, de 08/6/1971	Escolas públicas de E.F. brasileiras
FENAME (sofre modificações)	1976 - 1983	Responsável pela execução do programa do livro didático. Insuficiência de recursos a maioria das escolas é excluída do programa.	Alunos do E.F.	Estado/ MEC/ INL / FNDE - Decreto nº 77.107, de 4/02/1976	Escolas públicas de E.F. brasileiras
FAE – incorpora o PLIDEF	1983 - 1985	Examinar, distribuir livros didáticos. Participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa com a inclusão das demais séries do E.F.	Alunos do E. F.	Estado/ MEC / I N L	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – substitui o PLIDEF	1985 - 1997	Distribuição de livros didáticos.	Alunos do E. F.	Estado/ MEC / I N L/ FAE - Decreto 91.542, de 19/8/1985	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1992	Restrição na distribuição do livro didático	Alunos da 4ª série	MEC/ FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1993	Vinculação de recursos próprios Para a aquisição dos livros didáticos.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE Res. 06/07/1993	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1995	Universalização do livro didático no E.F. – Português e Matemática.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1996	Universalização do livro didático no E.F. – Ciências.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1997	Universalização do livro didático no E.F. – Geografia e História.	Alunos do E. F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Extinção da FAE	1997	Ampliação do programa de distribuição do livro didático.	1ª a 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2000	Distribuição de dicionários e livros didáticos de língua portuguesa.	1ª a 4ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2001	Distribuição de livros didáticos em braile	Portadores de DV	Estado / MEC/FNDE	Classes regulares das escolas públicas de E.F.
PNLD	2002	Distribuição de dicionários	1ª, 5ª e 6ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2003	Distribuição de dicionários	7ª e 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2004	Reposição de dicionários e distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares	1ª a 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Implantação do PNLD para o Ensino Médio (PNLEM)	2005	Distribuir de forma progressiva o livro didático para o Ensino médio.	Alunos do E.M.	Estado / MEC / FNDE - Resolução nº 38/204	Escolas públicas que ofertam E.M.
Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)	2006	Melhorar a realidade da leitura no Brasil: democratizar o acesso ao livro; fomentar a leitura e a formação do leitor; apoiar a economia do livro.		Estado/ MEC/ FNDE	

Fonte: Boletim Informativo “Notícia - dos primeiros números até o presente momento; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias; Elaboração: Regina Janiaki Copes.

Os boletins da FNLIJ trazem também pequenos comentários a respeito de alguns programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura, a partir dos quais, pôde-se levantar, para esta pesquisa, dados como: o nome, ano de implantação, objetivos, público alvo, órgãos promotores e/ou patrocinadores e os critérios de distribuição.

Segue abaixo o quadro demonstrativo dos programas governamentais de incentivo à leitura no Brasil.

Quadro 3 – Programas de incentivo à leitura no Brasil emanados do governo federal

Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão Promotor	Crítérios Distribuição
Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	1971 - 1985	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Alunos do Ensino Fundamental	Estado / INL / COLTED Decreto nº 68.728, de 08/6/1971	Escolas públicas brasileiras
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	1985 dias atuais	Distribuir livros didáticos.	Alunos do E. F.	Estado/ MEC / I N L	Educação pública
Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER	1992 dias atuais	Estruturar uma rede de programas capaz de consolidar práticas leitoras. Fazer crescer a consciência e a demanda das condições de acesso variado aos bens culturais – leitura e escrita.	Professores, bibliotecários, pesquisadores e interessados na área da leitura.	Estado / MEC/ Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ	Brasil
Programa PRÓ-LEITURA	1992 dias atuais	Oferecer formação continuada – teórica e prática sobre a leitura.	Interessados na área da leitura.	Estado/ MEC / Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ	Brasil
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	1997 dias atuais	Promover a leitura aos alunos e professores. Apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do E. F.	Bibliotecas das escolas Públicas de E.F.; portadores de necessidades especiais.	Estado/ MEC / SEDF/ FNDE	1998: 1ª a 8ª séries, com + de 500 alunos; 1999: 1ª a 4ª séries com + de 150 alunos.

Fonte: Boletim Informativo “Notícia nº 12/2001, 4/2002, 8/2002, 11/2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”; Elaboração: Regina Janiaki Copes.

Na seqüência apresenta-se o quadro com as campanhas de promoção e divulgação da leitura no Brasil.

Quadro 4 – Campanhas de promoção e incentivo à leitura no Brasil emanadas do governo federal

Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão Promotor
Campanha “Quem lê viaja”	1997	Promover o livro e a leitura.	Todos os brasileiros.	Estado/ MEC / SEF
Campanha “Tempo de Leitura”	2001	Fazer do Brasil um país de leitores.	8,5 milhões de alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries.	Estado/ MEC/ TV brasileira.
Campanha “Fome do Livro”	2004	Criação de política pública para o livro, a leitura e a biblioteca pública no país (denominação emblemática do populismo do governo).	Crianças, jovens e adultos.	Estado/ MEC/ FBN
Campanha “Viva Leitura” (Ano Ibero-americano da Leitura - concurso)	2005	Estimular e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura.	21 países da Europa e Américas (Estado dos países ibero-americanos). Escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais, meios de comunicação e empresas privadas.	Estado / MEC/ MinC /UNESCO/ OEI / UNIDME / Fundação Santillana/ Cerlalc.

Fonte: Boletim Informativo “Notícia nº 12/2001, 4/2002, 8/2002, 11/2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”; Elaboração: Regina Janiaki Copes.

A escassez e descontinuidade dos projetos de incentivo à leitura emanados do governo federal com demandas que visam a atender todas as escolas públicas brasileiras ficam visíveis. O quadro a seguir retrata desde a ação pioneira – “Ciranda de Livros” – até o foco desta pesquisa – o projeto “Literatura em Minha Casa” 2001 e sua vigência.

Quadro 5 – Projetos de incentivo à leitura no Brasil oriundos do governo federal

Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão Promotor	Crítérios Distribuição
Projeto “Ciranda de livros”	1982 - 1985	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	30 mil escolas públicas brasileiras.	FNLIJ / F. R. Marinho e Roechst	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes.
Projeto “Viagem da Leitura”	1986 - 1988	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas.	F. R. Marinho, Ripasa-Indústria de papéis (Lei Sarney) I N L / MEC	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes - 60 livros.
Projeto “Sala de Leitura”	1988	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas brasileiras.	Estado/ MEC / FAE	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes.
Projeto “Literatura em Minha Casa”	2001 - 2004	Incentivar e valorizar a leitura literária de qualidade. Doar livros de literatura para formar a biblioteca particular do aluno.	8,5 milhões de alunos de E J A, 4ª, 5ª e 8ª.	Estado/ MEC/ SEF/ FNDE / PNBE /FNLIJ	Alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries – E.F. (de propriedade particular do aluno)

Fonte: Boletim Informativo “Notícia nº 12/2001, 4/2002, 8/2002, 11/2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”; Elaboração: Regina Janiaki Copes.

A partir dos anos 60, começa no Brasil um processo de mobilização no sentido de promover entre crianças e jovens o que se convencionou chamar de “hábito de leitura”. Em relação a essa expressão, Silva (1991, p.43) afirma que ela se tornou um modismo. No entender de Silva (1991), esse modismo tem dado à leitura uma conotação ingênua, uma dimensão apologética deixando de ser considerada como uma ação cultural, um ato de posicionamento político diante do texto lido (BRITTO, 2003). A concepção ingênua de leitura não permite que as pessoas ampliem sua capacidade de ler e de interagir de maneira autônoma diante do texto.

Na tentativa de ampliar a capacidade leitora entre crianças e jovens e de promover e divulgar o livro entre esses, nasceu em 1968, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Essa instituição, não governamental, sem fins lucrativos, vem desde essa época publicando mensalmente o Boletim Informativo “Notícias”. Tal informativo promove e divulga estudos e pesquisas sobre todos os aspectos do livro infantil e juvenil, visando a

melhorar a educação pela leitura, tornando-se “a expressão mais evidente do esforço nacional de promoção do ato de ler nas faixas de sua especialidade” (PERROTTI, 1990, p. 25).

Embora a FNLIJ, pesquisadores, órgãos governamentais e não-governamentais há quase quarenta anos atuem como promotores da leitura e se mostrem preocupados com a situação no Brasil, percebe-se, segundo resultados divulgados pelo MEC, que ainda não se conseguiu alcançar o principal objetivo dessa luta: fazer com que o livro de literatura chegue às mãos da criança e do jovem.

A ausência do livro e a falta de leitura literária para a criança e o jovem têm levado o Brasil a ser apontado como um dos países que menos investe no setor educacional. Isso é comprovado pelos resultados da primeira edição da Prova Brasil/2005. Segundo o MEC, em 2005 foram avaliados 3,3 milhões de estudantes brasileiros da rede pública da educação básica nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados apresentados não foram animadores. O fracasso escolar está visivelmente representado pelos índices abaixo da média divulgados pelo MEC, os quais chamam a atenção para aspectos importantes em relação à educação brasileira.

Esses índices negativos, em relação à aprendizagem dos alunos, confirmam a ausência de políticas sérias e duradouras. A educação precisa ser vista como uma política de Estado, a qual terá maiores condições de atender a microestrutura que, por sua vez, passará a ser atendida pelo município que dará condições de sustentabilidade.

Segundo o Ministério da Educação, em 2007, mais da metade das escolas brasileiras (14.518) de ensino fundamental não atingiu a média nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é de 3,8 pontos. Afirma-se, portanto, que grande parte das crianças brasileiras que já foram alfabetizadas não consegue compreender textos básicos, isto é, são analfabetas funcionais.

Faltam investimentos em educação. Pode-se dizer que há três fatores ligados à baixa qualidade do ensino no país: a dificuldade de acesso, a má formação dos professores e a infraestrutura defasada das escolas. Em 2006, o Brasil investiu 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de tudo o que é produzido no país) em educação, enquanto nos países desenvolvidos esse percentual chega a 6% (Fonte: Agência Brasil).

Se o que se pretende com implantação de políticas públicas para o livro e para a leitura é a reversão desses índices alarmantes de fracasso escolar, há necessidade de se pensar em uma política de Estado, e não apenas de governo, que favoreça maiores investimentos, tanto financeiros quanto humanos. A grande contribuição é desenvolver ações que possam subsidiar a mudança do quadro educacional brasileiro, essenciais para a diminuição das desigualdades e para a garantia de um desenvolvimento compatível com um cenário mundial cada vez mais globalizado e competitivo.

As correntes voltadas ao estudo da leitura reforçam a necessidade de se pensar a formação do leitor, o espaço da leitura, bem como as políticas públicas para a área.

Essas reflexões, segundo Perrotti (1990, p.13),

surgem com um retardamento considerável, se tomarmos como ponto de referência países desenvolvidos do hemisfério norte, ainda assim parece que alguns setores de nossa sociedade estão descobrindo a leitura enquanto comportamento a ser difundido e praticado cotidianamente por toda a população brasileira.

Ouve-se muito falar que, por razões históricas, o Brasil não constitui uma sociedade leitora e, por isso, é considerado um país de não leitores. A remoção da barreira do analfabetismo, o incentivo à leitura e a provisão de um suprimento adequado de livros são objetivos interligados e que coincidem, em muito, com o que várias instituições, em vários lugares, pretendem fazer frente ao que se chamou de ‘crise da leitura’. Na visão de Perrotti (1990, p.13), o problema está “em assimilar novos públicos ao circuito do impresso”. Nesse aspecto, assimilar um novo público à leitura é, antes de qualquer coisa, pensar o ato de ler

como uma ação essencialmente ético-política. Trata-se, portanto, de tornar a leitura algo que se articula com um conjunto de valores e saberes socialmente dados (BRITTO, 2003).

Nesses termos, a UNESCO, em 1972, declarou o livro como instrumento fundamental para o aperfeiçoamento do cidadão, reconheceu a importância do livro para a educação e concebeu a leitura como um direito do homem a ser assegurado pela sociedade e pelo Estado. Com essa atitude, 1972 passou a ser considerado o “Ano Internacional do Livro”. Quase todos os Estados-membros da Organização lançaram programas nacionais baseados nos principais temas do Ano, um dos quais foi a promoção do hábito da leitura.

A leitura no Brasil tem andado com *pesos nos pés* (grifo nosso), pois a lacuna existente entre uma ação e outra é consideravelmente grande, se pensarmos que se passaram 7 (sete) anos entre a proclamação do “Ano Internacional do Livro” em 1972 e a apresentação da Associação Internacional de Leitura – Conselho Brasil Sul, filiada ao “International Reading Association”, em 1979, como promotora da leitura.

Em tais condições de morosidade, a necessidade de formação dos indivíduos para o exercício da cidadania no novo estado democrático, após mais de 20 (vinte) anos de regime ditatorial, fez com que, na década de 80, surgissem movimentos em torno da promoção da leitura e da formação de leitores na sociedade brasileira. Desse momento em diante, houve uma grande preocupação, por parte de algumas instituições brasileiras, em divulgar e promover o acesso à leitura e de fomentar sua prática.

Incorporando-se às instituições engajadas e conscientes da necessidade de defender a prática do ato de ler, a Associação de Leitura do Brasil (ALB), de iniciativa privada, vem sendo, desde os anos 80, um ponto de referência no que diz respeito à divulgação dessa prática. Tem por objetivo promover o debate crítico na área, desenvolvendo estudos, pesquisas, organização de seminários e congressos, publicando livros e revistas. Congrega pessoas interessadas no estudo e discussão de questões relativas à leitura, nos aspectos

teóricos e práticos. Esta instituição, de dois em dois anos, promove o Congresso de Leitura (COLE), que conforme Silva¹ (2007),

tem como meta a formação de uma comunidade leitora, onde as pessoas, indistintamente, exerçam as práticas de leitura enquanto um direito de cidadania e usufruam dos bens materiais e culturais produzidos em sociedade. Também fazem parte dessas metas a luta política pela solução dos problemas e a superação das contradições ainda presentes na esfera da leitura, educação e cultura escrita no contexto brasileiro.

A partir de 1983, data de sua origem, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ex-FENAME criada em 1976, vinculada ao Governo Federal, coordenou um programa de aquisição e distribuição de livros didáticos dirigidos às escolas públicas carentes de todo o Brasil.

No entanto, um interesse maior em se democratizar a leitura surge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que preceituou, em seu artigo nº 215, que o Estado deveria garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional. A Lei, conforme o parágrafo 3º do artigo nº 216, estabeleceu incentivos à produção de conhecimentos e à difusão das manifestações dos bens e valores culturais. Desde então, os Ministérios da Educação, do Desporto e da Cultura vêm desenvolvendo ações para o enfrentamento dos problemas: a dificuldade do acesso e a ausência do livro de literatura nas mãos da criança e do jovem. Entretanto, mesmo com a Lei, parece que as políticas públicas para a leitura não andaram como deveriam. A lentidão com que as políticas públicas para a área acontecem, contribuem para promover o atraso que há décadas vem se somando. A transformação educacional de que o Brasil precisa ainda está por acontecer, uma vez que o disposto na Lei, até o momento, não foi totalmente colocado em prática.

Em 1988, a Câmara Brasileira do Livro preocupou-se com a atuação dos professores encarregados da formação de leitores, sobretudo os de Língua Portuguesa e de Literatura,

¹ Texto produzido para a abertura da página *online*, - COLE / 2007.

promovendo em várias regiões do país cursos de treinamento e atualização. Além disso, realizou nesses últimos anos seminários, feiras e bienais do livro com o objetivo de discutir a questão da literatura infantil e juvenil, suas políticas e seus encaminhamentos metodológicos para a formação de leitores. A importância desses encontros não se restringiu à criação de centros de leitura e ao surgimento de livrarias especializadas para atender a esse tipo de público, mas objetivou estimular e incentivar a prática da leitura de livro.

Segundo Soares (2000, p. 10), essas manifestações são “muitas vezes, de experiências pontuais, estruturadas com base na espontaneidade, no assistencialismo e na vontade de pessoas e instituições”. São iniciativas que visam a atender as peculiaridades comuns oriundas de ações desarticuladas e propostas inconsistentes. Nas palavras da autora,

destacaram-se então, duas atitudes diferentes com relação à promoção da leitura: uma que criava e sustentava suas iniciativas independentemente do Estado, e outra, que atribuía ao Estado a responsabilidade pelas decisões e ações na área. O poder público, por sua vez, elaborava e veiculava seu próprio discurso político, ao formular e implementar ações no campo da leitura (SOARES, 2000, p.10).

Para Chartier (1996, p.16-18), “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas – sociais, escolares, políticas” e “comandam atos”. De acordo com esse autor a política de leitura é constitutiva de uma realidade social em um determinado período, e por isso é construída e pensada a partir da percepção e da apreciação do real por parte de um grupo específico. As estratégias e práticas estão condicionadas pelo discurso, mecanismo pelo qual uma instância – a política – imprime sua concepção e seu valor à leitura.

Mesmo com várias campanhas de incentivos e discussões sobre a importância da leitura, as pesquisas trazidas nesta dissertação comprovam que o acesso ao livro ainda não foi possível a todos os indivíduos. Desta forma, tornar a leitura um direito de todos os cidadãos está longe de se concretizar.

Essas ações, desenvolvidas em torno da leitura, embora tenham reconhecido valor como medidas democratizantes, não chegam a construir uma política cultural. Para que tais políticas aconteçam, muito deve ser feito ainda no sentido de desenvolver uma ação eficaz de valorização da leitura e do livro como elementos indispensáveis ao desenvolvimento integral do indivíduo. É o livro que intermedia a aquisição da cultura, permitindo a ampliação dessa a partir do que já é conhecido e está fixado verbalmente nos textos escritos. Conforme Silva (1991; 1995), apesar do progresso dos meios eletrônicos, o conhecimento depende do livro e das habilidades do leitor, seja ele criança ou adulto.

Pelo exposto até aqui é possível afirmar que, no âmbito acadêmico, a produção científica na área da leitura nos últimos vinte anos se ampliou consideravelmente. Diversas e novas abordagens buscam respostas para diferentes questões, inclusive as referentes à formulação de ações políticas para a área (YUNES, 1992; 1994). Dessa forma, os discursos sobre a leitura, os modos pelos quais eles foram sendo construídos social e historicamente, oscilando entre diferentes valores, esclarecem como o discurso político se traduz – ou não – em projetos para a área da leitura.

CAPÍTULO 2

PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS DE INCENTIVO À LEITURA

“O alto grau de analfabetismo não constituía em princípio um obstáculo para a existência de um público muito numeroso: bastava que em uma família ou em uma comunidade houvesse uma pessoa que soubesse ler para que, virtualmente, qualquer texto chegasse a ser desfrutado por muitos”.

Roger Chartier

Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara. Alguns poucos senhores abastados economicamente, de vez em quando, emprestavam seus livros a um número limitado de pessoas da própria classe social ou familiar. A leitura era pública, porém, nem todos tinham o privilégio de se familiarizar com o livro, de segurá-lo em suas mãos, portanto, juntar-se a outros para ouvir alguém ler era uma prática bastante comum na Idade Média (MANGUEL, 2004). Nessa época, um leitor cercado por um amontoado de pessoas caracterizava uma situação corriqueira, a da leitura compartilhada. Isso porque, além do problema do analfabetismo o custo do livro era, excessivamente, elevado.

Ouvir a leitura de um livro é uma experiência um tanto diferente, pois um texto, de acordo com Manguel (2004), pode ser ouvido de diferentes maneiras dependendo da capacidade de desempenho do leitor. A leitura pública, por exemplo, põe mais ênfase no texto do que no leitor; o leitor é anônimo, a história pode ser lida por qualquer pessoa alfabetizada. Nesse caso, os livros são lidos em voz alta para diferentes pessoas, tanto com a finalidade de instrução quanto de entretenimento.

De uma forma geral, pode-se dizer que a leitura sempre foi uma prática representada por gestos, espaços e hábitos. É preciso identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler. Cavallo e Chartier (1998, p.07) chamam atenção para a compreensão da história da leitura quando dizem que “uma história sólida das leituras e dos leitores deve, portanto, ser a da historicidade dos modos de utilização de compreensão e de apropriação dos leitores”. Os autores consideram ainda que o “mundo do leitor” é constituído por “comunidades de interpretação” às quais pertencem os leitores e leitoras que vão aos poucos dando sentido às leituras que fazem.

Sendo assim, é possível afirmar que as distinções culturais não são determinadas apenas pela condição sócio-profissional, pela faixa etária, pelo estado civil ou pelo currículo educativo, mas também pela identidade específica de um público de leitores.

Visto que as pesquisas mostram que o Brasil fica muito longe de ser um país de cidadãos letrados e entendendo que o livro é um dos bens culturais pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos, esta pesquisa busca averiguar a dimensão das políticas públicas para a formação de leitores.

Neste capítulo, apresenta-se um resgate histórico dos programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal em parceria com órgãos não-governamentais. O objetivo é discutir sobre os caminhos que a leitura tem percorrido numa nação com aproximadamente 190 milhões de habitantes, entre eles uma multidão de analfabetos e iletrados. Pesquisas apontam que milhões de brasileiros ainda se encontram excluídos do direito de aprender a ler e de ler. Exigir do Estado formulação de políticas públicas para a leitura é um direito moral (BRITTO, 2003). É necessário que se garanta a existência de livros nas escolas, nas mãos dos alunos e, por conseguinte, das famílias.

A partir da década de 70, o governo e a sociedade civil uniram-se e criaram ações compromissadas para atender ao propósito de formação de leitores e para valorizar o livro

como forma básica de conservação da identidade dos povos, da acumulação de uma parte importante dos conhecimentos e das experiências humanas. Tendo em vista a transformação do Brasil em um país de cidadãos leitores é que nos últimos 36 anos foram desenvolvidos, em nível nacional, vários programas, projetos e campanhas com o objetivo de promover e incentivar a leitura ao povo brasileiro.

Para que o leitor tenha uma melhor visualização da dimensão dessas políticas públicas na área da leitura apresentam-se, separadamente, os Programas, os Projetos e as Campanhas de incentivo à leitura num período de tempo entre 1970 a 2006.

2.1 OS PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA

Os estudos sobre a leitura no Brasil avolumaram-se e diversificaram-se enormemente a partir dos anos 70. Foi desse período em diante que surgiu o modismo “formação do cidadão” a que se refere Britto (2003, p.116),

Idealmente, esta expressão identifica um conjunto de ações político-educativas encetadas por determinada comunidade, de um país ou nação, para que seus membros reconheçam e exerçam direitos e cumpram obrigações para com a própria comunidade e com o Estado. Trata-se, em outras palavras, de um conjunto de ações político-sociais que visam estabelecer e inculcar na gente valores e comportamentos desejados desde uma concepção de organização social e de individualidade.

De acordo com Britto, a “formação do cidadão” tem despertado grande interesse em pesquisadores da área da educação em geral, os quais vêm discutindo a importância de formar professores leitores, dada à posição estratégica que ocupam nesse processo.

Essas reflexões incitam a formulação de políticas públicas que venham atender às necessidades do professor e do aluno na área da leitura, visto que para se ensinar a ler e a gostar de ler com sucesso, o professor precisa ser de fato um bom leitor e exercitar essa prática transitando por textos dos mais diversos gêneros. Assim, tomando a leitura como um

ato construído socialmente, cabe ao professor orientar o aluno em suas leituras, pois a competência do leitor se forma na constância e diversidade com que ele visita os tipos de textos (PERROTTI, 1990). Em outras palavras, a leitura não deverá ser apenas a conquista de uma habilidade técnica necessária ao mercado de trabalho, mas uma aposta na possibilidade de ser do sujeito, de sua inserção social (BRITTO, 2003).

É nessa perspectiva de abrir caminhos à constituição de um Brasil leitor que nasceu o Proler em 13 de maio de 1992, um programa gerado com objetivo de incentivar a criação de novas bibliotecas e o aumento de seus acervos literários. Sua finalidade não é distribuir livros, mas coordenar, disseminar, articular, ouvir as propostas, as idéias para a dinamização de experiências na área da leitura, realizadas nas diversas regiões do país por iniciativas de grupos governamentais e não governamentais. O Proler tem agido como um elemento estimulador que propicia o entrosamento das pessoas envolvidas na promoção da leitura, assessorando as ações regionalizadas. Age como parceiro de diversas instituições que formam recursos humanos e busca apoios econômicos em linhas complementares a esse trabalho. Esse programa vem trabalhando com ações básicas que visam à constituição de uma sociedade leitora numa troca de experiências, através de uma Rede Nacional de Leitura.

Em 1992, foi implantado o programa Pró-Leitura com o objetivo de contribuir para a formação continuada dos professores na área abordando aspectos teóricos e práticos. Esse programa visa à formação de mediadores de leitura com a perspectiva de poder melhorar e ampliar as competências dos alunos no domínio da língua padrão. Nesse entender, Britto (2003) afirma que as ações que visam à formação do professor, tanto as que nascem dos órgãos federais quanto as promovidas pela iniciativa privada ou pelo terceiro setor, se definem pela concepção que esses órgãos têm do que deve ser e de como deve agir o profissional que vai atuar como mediador da leitura. Entende-se que esse programa sempre

teve por objetivo fazer do Brasil um país de leitores e, por conseguinte, obter uma educação de qualidade.

No entanto, as ações desenvolvidas por esses dois órgãos promotores da leitura não atingiram plenamente os seus objetivos. Essa afirmação é comprovada no estudo de Soares (2000), em que a autora desenvolve uma análise desses dois programas verificando seus impactos e resultados. A pesquisa constatou que as intenções manifestadas nos documentos de implantação do Proler e Pró-Leitura eram as melhores, porém, problemas como verbas insuficientes e distanciamento entre coordenação central e os agentes regionais envolvidos foram determinantes e comprometeram o pleno êxito de ambos na democratização do letramento.

Embora tenham surgido muitos esforços na tentativa de construir uma nação de leitores, percebe-se que falta ainda muito investimento financeiro nessa área. Ao Estado compete, além de criar, dar condições para que essas ações se efetivem. Por isso, são válidos todos os esforços reunidos pelo Proler e pelo Pró-Leitura com a intenção de se expandir a leitura no Brasil. Assim, pode-se afirmar que as ações desenvolvidas por esses programas merecem do governo brasileiro estímulos financeiros para que a leitura e o livro possam ser democratizados.

Evidencia-se ainda que, em 1997, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), criou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Esse programa tinha a intenção de tornar o Brasil um país de leitores. A respeito do PNBE, falar-se-á mais adiante numa descrição detalhada das ações desenvolvidas por ele, uma vez que está diretamente ligado ao foco desta pesquisa, o projeto “Literatura em Minha Casa”.

2.2 OS PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA

A história da leitura e o desejo de tornar o Brasil um país de leitores vêm desde os anos 70, quando Governo Federal implantou o projeto de financiamento de publicações de obras literárias, por intermédio do Instituto Nacional do Livro. Esse projeto é uma política de co-edições que patrocinava parte do custo de produção de textos, responsabilizando-se também pela distribuição de sua cota de livros, procurando com isso suprir bibliotecas públicas nos níveis estadual e municipal.

Lentamente, o Governo Federal traça planos gerais para edificar e executar as ações apregoadas na implantação dos programas. Essa lentidão pode ser vista no longo intervalo de tempo entre a execução de um projeto e outro. A falta de políticas públicas para a democratização do livro no Brasil torna a leitura cada vez mais distante da realidade do povo brasileiro, pois desde a sua origem até hoje, o livro é, como diz Chartier (1990), um material de luxo, destinado àqueles que têm condições financeiras para pagar um preço altíssimo por ele. Num país onde a distribuição de renda é desigual, a maioria das pessoas vive com salário mínimo, à margem da sociedade, em extrema pobreza, sendo o livro, sem dúvida alguma, um bem de última necessidade. Essa situação sócio-econômica constitui-se em um grande entrave cultural (CHARTIER, 1990). E é esse obstáculo que, a partir da década de 70, o Governo Federal em parceria com a sociedade civil, pretendeu superar através dos projetos voltados ao incentivo à leitura.

Nessa expectativa, a Fundação Nacional do Livro, na década de 1980, em parceria com a iniciativa privada, patrocinou projetos de incentivo à leitura cujos objetivos consistiam em melhorar o acervo de literatura infanto-juvenil das escolas públicas, oportunizar aos alunos o contato com o livro e, por conseguinte, a aquisição da cultura escrita. A luta pelo acesso democrático a esse bem cultural se justificava pela grande influência que esse exerceu

e continua exercendo na formação do espírito humano, na difusão das idéias e dos conhecimentos (FEBVRE; MARTIN 1992).

A história da leitura no Brasil vem se firmando pelo pacto de tornar o livro e a leitura partes integrantes da plena cidadania que todo brasileiro tem o direito de exercer. Para tanto, governos e sociedade civil, no período de 1982 a 1985, desenvolveram o projeto “Ciranda de Livros”, com o propósito de propiciar o acesso ao livro a um público maior. Os objetivos eram levar empresas como a Hoeschst do Brasil, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Nacional do Livro, apoiados pela Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ) a acreditar e investir na formação de leitores. O projeto distribuiu livros de literatura infantil e juvenil de qualidade para trinta mil escolas mais carentes da rede pública de Ensino Fundamental de todo o país. As instituições foram selecionadas pelas Secretarias de Educação e Cultura e, após quatro anos, cada uma delas incorporou ao seu acervo cerca de sessenta títulos. Com essa ação, possibilitou-se que quatro milhões de alunos tivessem acesso ao livro.

Nas palavras de Britto (2003) o leitor, enquanto ser histórico, constrói os sentidos daquilo que lê. Desse modo, o conhecimento só pode ser construído se o sujeito dispor de informações de diversos graus de complexidade. Esse pensamento justifica a necessidade de se criar políticas públicas na área da leitura que garantam a inserção do sujeito no mundo da cultura letrada, no entanto, o êxito do “Ciranda de Livros” estava atrelado apenas à concepção de leitura e leitor que tinham os seus idealizadores.

O MEC, em parceria com o Instituto Nacional do Livro, a Ripasa S/A e a Fundação Roberto Marinho, desenvolveu o projeto “Viagem da Leitura” – 1987 a 1988, executado sob o benefício da Lei Sarney, Lei nº. 7.505 de 2 de julho de 1986. O objetivo era oportunizar aos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras o acesso ao livro de literatura infantil. Para a sua concretização, foram distribuídos 60 livros de literatura para cada

biblioteca pública do país conveniada com o Instituto Nacional do Livro – INL. À Fundação coube participar apenas com a preparação pedagógica dos materiais.

Com essas iniciativas governamentais, em parceria com as entidades privadas, a história da leitura no Brasil passa a registrar cenas de uma nova e importantíssima função do ato de ler. Os livros, conforme Cavallo e Chartier (1999), passam a ser usados em contextos escolares e compartilhados em família. A partir desses investimentos, a leitura ganha novos espaços e um novo sentido.

Outro projeto de grande repercussão nacional foi o “Sala de Leitura”, criado em 1988, resultado da parceria entre a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). À FAE coube a seleção, compra e distribuição dos livros de literatura infanto-juvenil aos alunos do ensino público. Fundamentado na concepção de leitura dos órgãos idealizadores prescrevia em seu manual que: *“A FAE está preocupada com a alegria de ler na escola”*; *“A criança precisa conhecer bem o mundo que a cerca”*; *“Ler é fundamental, só assim é possível sonhar e, mais do que tudo, conhecer o mundo”*; *“Através do projeto o livro de literatura chega às escolas”*; *“Os livros foram sugeridos pelos professores que trabalham com a leitura”*; *“São livros de literatura infanto-juvenil, livros de histórias”*; *“Os livros irão ajudar os alunos a partirem para outros estudos, outros livros povoarão o seu mundo, ampliarão seus conhecimentos, suas informações”*; *“Através da leitura serão pessoas informadas, vão crescer intelectualmente, vão viver melhor, serão mais felizes”* (MEC, 1988).

Um projeto como esse que objetivava abranger o sentido total de biblioteca escolar, de incentivar e garantir a existência, na escola, de um espaço para a leitura, bem como distribuir livros didáticos e de literatura aos alunos do Ensino Fundamental de todo o país, merecia maiores investimentos financeiros para que tivesse continuidade. Isso porque o seu objetivo era que a leitura acontecesse na sala de aula, no pátio, no corredor, embaixo das

árvores, em qualquer lugar. O importante era ler e que as crianças pudessem escolher o que iriam ler.

Através de propagandas televisivas e cartazes enviados às escolas, o MEC convidava os professores e os alunos para a leitura dos livros e para a troca de informações. Como as obras se destinavam às crianças, os livros deveriam ficar expostos e ao alcance delas, que poderiam emprestá-los para ler em casa.

Contudo, o projeto, que pretendia ter uma dimensão significativa no âmbito escolar, ao que parece não surtiu o efeito desejado, pois o Brasil, segundo dados divulgados pelo MEC, ainda continua sendo considerado um país de poucos leitores. Se esse projeto fosse implementado da forma como estava disposto nos documentos oficiais teria, sem dúvida alguma, atingido a dimensão desejada, receberia os recursos suficientes para garantir a sua continuidade, haveria renovação dos livros e, além disso, os professores teriam formação continuada para trabalhar a leitura. Isso reverteria em uma sociedade com um maior índice de leitores.

Essas ações sem dúvida alguma são sementes plantadas dentro das escolas sem as quais não se produz no terreno da leitura (SILVA, 1995). Portanto, elas têm que ser muito bem preparadas e escolhidas e a formação do profissional que irá exercer a função de promotor e estimulador da leitura deve ser levada em consideração no momento da implementação dessas ações. Neste caso, o professor e o bibliotecário são pessoas que, melhor do que ninguém, conhecem de perto os componentes do terreno em que atuam (SILVA, 1995). Assim, como as sementes precisam ser regadas, essas ações também necessitam ser cultivadas ano a ano, de modo que possam dar bons frutos. Conseqüentemente, a renovação dos acervos literários é necessária ao cultivo da leitura para que essa venha a se tornar uma cultura dentro da escola.

A cultura do hábito de ler exige bem mais do que envio de livros esporadicamente às escolas. A maioria das bibliotecas escolares encontra-se defasada, seus acervos são mínimos e os livros são obsoletos. Os recursos destinados à compra de livros, embora consideráveis, são precários. De acordo com Silva (1995, p.21), “os investimentos em bibliotecas escolares deveriam ser altíssimos, a fim de enriquecer o terreno da leitura e combater as pragas que ali vicejam”. Para se formar e manter bibliotecas escolares de qualidade exige-se investimentos permanentes, caso contrário essas ações podem não surtir efeito algum.

Investir em políticas públicas que garantam, a todos os cidadãos, o acesso ao livro e fazer da leitura uma prática cultural, exige do Estado criar mecanismos que atendam às demandas necessárias. O Brasil necessita de programas de incentivo à leitura, isto é, de políticas de distribuição do livro tanto na escola, como em lugares públicos dos mais variados possíveis. Sendo assim, os programas devem ter a capacidade de atuar conforme as necessidades e os anseios locais.

Nessa luta pela conquista de uma sociedade leitora, como a que se vem almejando para o Brasil, a Secretaria de Educação Fundamental do MEC dando continuidade à ação do PNBE, criou em 2001, o projeto “Literatura em Minha Casa” o qual será apresentado mais adiante e discutido no capítulo das análises dos dados.

2.3 AS CAMPANHAS DE INCENTIVO À LEITURA

Há muito tempo, considera-se a capacidade de ler essencial à realização pessoal e, cada vez mais, é aceita a premissa de que o progresso social e econômico de um país depende muito do acesso que o povo tem aos conhecimentos indispensáveis transmitidos pela palavra impressa.

Na tentativa de universalizar o ato de ler, o Governo Federal vem criando, ainda que timidamente, meios para tornar o Brasil um país de leitores. A idéia é criar campanhas que busquem unir esforços para a expansão do livro e da leitura.

Ampliar o acesso à leitura por meio de projetos de incentivo é uma das maneiras de melhorar a situação precária da educação brasileira. No entanto, apenas oferecer livros não é o suficiente. Para ir além do discurso, o Ministério da Educação veiculou, em 1997, a campanha “Quem lê, viaja”. Voltada à faixa etária dos 12 aos 18 anos, que é considerada a mais crítica nesse processo, o seu objetivo foi promover, despertar ou redespertar o gosto pela leitura.

Com o apoio de entidades públicas e privadas ligadas ao livro, ao ensino e à cultura, a campanha promoveu diversos eventos com as mais diversas atividades com vistas a fortalecer o uso da palavra escrita. Através da expressão “Quem lê, viaja”, tentou seduzir a criança e o jovem para o mundo da aventura, mostrando um leitor que, ao abrir um livro, deixava-se levar como em um passo de mágica para variadas e profundas dimensões, concretas e abstratas. A leitura se apresentava como um mundo de inesgotáveis possibilidades.

Com o *slogan* “Vamos fazer do Brasil um país de leitores”, em 2001, o Governo Federal, como se pôde ver nas propagandas televisivas, incentivou a participação das famílias no dia-a-dia escolar dos seus filhos, sugerindo que pais, mães e responsáveis lessem para as crianças todos os dias, com o intuito de desenvolver o prazeroso hábito da leitura compartilhada. Para alcançar esse objetivo, lançou a campanha “Tempo de leitura”. E, por meio da lei de incentivos fiscais, estimulou o patrocínio das empresas em projetos dessa natureza. Essa ação do Governo Federal pretendeu sensibilizar governos estaduais, prefeituras, empresas e a comunidade em geral. Contou com a participação de escritores e artistas no desenvolvimento das atividades oferecidas nas oficinas literárias e com a

participação de pais, diretores, professores, alunos e bibliotecários nas oficinas e na divulgação das obras lidas.

Assim, a socialização da leitura parece ter se organizado em torno de uma forte mobilização familiar. Desse modo, é entendido que é do seio da família, da vivência de uma rede de práticas do interior do grupo familiar e do conjunto de gestos e habilidades que se caracteriza um leitor. É pela herança leitora, aprendizado, familiarização e virtude do exemplo que se constitui uma das principais estratégias para a formação de leitor.

Em 2005, o MEC lançou a campanha “Viva Leitura” com a pretensão de alcançar 8,5 milhões de alunos de Educação de Jovens e Adultos, 4ª, 5ª e 8ª séries, incluindo suas famílias e amigos. A campanha nasceu da intenção do MEC, MinC, UNESCO, OEI, UNDIME e da Fundação Santillana em dar continuidade e mobilização ao Pró-Leitura nas atividades empreendidas durante 2005, o Ano Ibero Americano da Leitura. Estiveram envolvidos 21 países da Europa e Américas, todos com os mesmos objetivos: homenagear iniciativas de incentivo à leitura em todo o país, estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura.

A eficiência das políticas públicas para a leitura só poderá ser medida se for contínua, uma vez que significa o acesso aos bens culturais produzidos socialmente. A garantia do acesso aos livros por meio das políticas públicas permanentes levará o leitor a desenvolver estratégias de apropriação e apreensão do saber extraído dos livros e de outros suportes informativos para refletir e compreender o mundo.

Nesse entender, as grandes massas não-letradas, pela falta de acesso à leitura, acabam por sofrer exclusão, domínio e manipulação cultural. Há, portanto, um longo caminho a ser trilhado para popularizar o acesso ao livro e a leitura no Brasil. Perrotti (1990, p. 14) afirma que, nas décadas de 50 e 60, a leitura era limitada às elites. O autor enfatiza que, no tocante às grandes massas, “o fenômeno é novo no Brasil, estando talvez ainda no que

poderíamos chamar de fase heróica”. Isso porque fica evidente que grande parcela dos brasileiros não conseguiu e uma outra parcela, tão grande quanto, ainda, não consegue ir à escola. Conforme o mesmo autor, “lutamos com uma infra-estrutura educacional e cultural extremamente precária, lutamos com hábitos e atitudes arraigadas na cultura e que não são vencidos com facilidade” (p. 14). Em países como o Brasil, mesmo com iniciativas governamentais e da sociedade civil em torno da leitura, a maioria da população ainda é mantida à margem do material impresso.

É possível afirmar que a prática da leitura é privilégio de poucos, tornando-se um problema social. Pesquisas apontam, como já foi explicitado anteriormente, que mais de 50% da população brasileira encontra dificuldades para entender o que lê e de expressar seu pensamento coerentemente pela escrita (Fonte: INAF/2003; 2004 e 2005). Essa situação é confirmada quando nas avaliações do PISA – Programa Internacional para Avaliação de Estudantes – o Brasil ocupou o 37º lugar em letramento de leitura. Nessas pesquisas, verifica-se que o desempenho escolar, no Brasil, foi considerado insatisfatório, e isso está diretamente ligado com a questão da leitura, o que reafirma o grande desafio, necessário e urgente, para as políticas públicas educacionais.

Para tentar amenizar essa situação, são criados pelo Governo Federal, de tempos em tempos, programas de incentivo à leitura. Diversas pesquisas – PISA, Prova Brasil entre outras – que avaliam o desempenho escolar, mostram que essas ações não têm surtido o efeito esperado. São ineficazes na reversão dos números desfavoráveis, embora o Ministério da Cultura, a despeito de todas as evidências, venha afirmando o contrário. O problema é claro: essa tentativa do Governo Federal de reversão nos baixos índices de leitura fica impossibilitada por suas próprias práticas nos planos político e econômico. Afinal, é um tanto difícil formar “um país de leitores” com campanhas esporádicas.

As pesquisas referenciadas demonstram a necessidade de se investir na melhoria da qualidade do ensino educacional brasileiro. Isso poderia ser feito por maiores investimentos nas políticas públicas de incentivo à leitura com vista a recuperar o tempo perdido e colocar o país no circuito das idéias contemporâneas, entre as quais se destaca a luta pela universalização da cidadania.

Urge, portanto, a formação de uma sociedade leitora. A leitura é um dos meios que o indivíduo tem para se comunicar com o mundo, de ter contato com novas idéias, pontos de vista e experiências que talvez sua prática jamais lhe proporcione. Não ler traz prejuízos que vão desde o desenvolvimento pessoal e profissional até a alargamento das desigualdades sociais, pois a leitura é um processo que está atrelado à educação de indivíduos.

A escola pública como uma das formadoras das bases de uma sociedade leitora, precisa questionar sobre a sua atuação na formação de leitores críticos e assumir o compromisso de despertar o gosto de ler e o hábito da leitura. É certo que as modificações do ser contribuem para as mudanças sociais, uma vez que a transformação existencial possibilita ao sujeito ter consciência das próprias potencialidades. Como afirma Kosik (1976, p.79), “a modificação existencial não é uma transformação revolucionária do mundo; é o drama individual de cada um no mundo”.

O excerto anterior permite observar que a formação de leitores pode não mudar o mundo, mas muda a posição do sujeito no mundo. Na sociedade contemporânea, a leitura é valorizada como estratégia fundamental para o homem compreender, de forma crítica, os seus anseios e a realidade cotidiana em que está inserido. O campo da leitura deve estar atrelado à liberdade intelectual. Assim, pode-se dizer que, no processo de formação de leitores críticos, a escola assume um papel primordial que não pode ser ignorado, pois ela abre possibilidades para transformar seus alunos em leitores.

Em vista disso, a atuação do governo, da sociedade e da escola em relação à formação do leitor é fundamental. Os objetivos das políticas públicas de leitura devem estar relacionados ao contexto do processo ensino-aprendizagem, oportunizando aos sujeitos envolvidos penetrar no universo transformador da leitura. Portanto, faz-se mister que as políticas públicas de incentivo à leitura reconheçam a escola como o espaço em que o processo ensino/aprendizagem ocorre.

Existe um comprometimento por parte dos envolvidos no fomento da leitura, uma preocupação em fazer com que os programas e projetos, os quais são de extrema importância, cheguem até as escolas com uma política que vise a estabelecer providências concretas, que supra as dificuldades do professor e do aluno.

Sendo assim, qualquer programa, projeto ou campanha que tenha a intenção de promover a leitura precisa olhar para os dois ambientes em que a criança costuma estar: a escola e a casa.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE

O Ministério da Educação e do Desporto, tendo em vista apoiar material e tecnicamente os programas de capacitação para docentes que atuavam no Ensino Fundamental, assinou a Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997 (Anexo 3). Essa portaria declarou a necessidade de oferecer aos professores e alunos de Ensino Fundamental um conjunto de obras literárias e textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, bem como obras de referência. Para que os objetivos dessa portaria pudessem ser concretizados, instituiu em seu art. 1º, o Programa Nacional Biblioteca da Escola /PNBE (Anexo 4).

Esse programa teve como característica básica formar em três anos, a partir de 1997, o acervo básico das bibliotecas escolares. Naquele mesmo ano, com a intenção de divulgar as ações do PNBE, o MEC lançou a campanha “Quem lê, viaja”, objetivando a promoção do livro e da leitura.

A referida Portaria, em seu art. 3º, apregoava que os recursos necessários à efetivação do PNBE seriam executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação que era gerido com recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da reserva do salário-educação. Assim, o FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, definiu os critérios de avaliação, atendimento e disponibilidade dos recursos orçamentários previstos no Plano Plurianual (PPA), para depois iniciar a operacionalização do PNBE.

O processo para a escolha das editoras, conforme o exposto pelo FNDE, era feito anualmente, de forma transparente e lícita, visando à qualidade do material impresso e à qualidade das obras literárias. Portanto, as editoras interessadas em participar do programa deveriam atender aos critérios estipulados pelo PNBE.

A avaliação e a seleção das obras ficavam sob a responsabilidade da Secretaria da Educação Fundamental (SEF/MEC), que instituíra todos os anos um Colegiado formado por representantes do Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil – FNLIJ, e de técnicos e especialistas na área de leitura, literatura e educação do Ministério da Educação e de universidades.

Os participantes do processo de escolha das obras literárias eram convidados a ouvir palestras que orientavam como seria o procedimento. A apresentação dos critérios e a

dinâmica de trabalho de avaliação das obras ficaram sob a responsabilidade do Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto (UNISO).

O MEC encaminhava os resultados da escolha das obras literárias ao Diário Oficial da União que publicava e disponibilizava esses na Internet para conferência das editoras contempladas. Conseqüentemente, logo após a definição das coleções e dos beneficiários, o FNDE negociava com as editoras. A aquisição das obras era realizada através de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista os direitos autorais. Ficava sob a responsabilidade do FNDE firmar o contrato e informar as editoras sobre a quantidade de obras e as escolas contempladas pelo programa.

A produção dos livros contava com a fiscalização integral dos técnicos do FNDE em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Esse instituto tinha a responsabilidade de coletar amostras e analisar as características físicas dos livros, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e de manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

As ações desenvolvidas pelo PNBE eram executadas de forma centralizada, com o apoio logístico das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Educação. Conforme o MEC, o primeiro acervo adquirido pelo PNBE, em 1998, atendeu a 20 mil escolas públicas brasileiras que ofertavam Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) e que registraram matrícula igual ou superior a 500 alunos, com base no Censo Escolar de 1996. Nos municípios onde não existiam escolas que atendessem ao critério estabelecido, foi contemplada a escola com o maior número de estudantes. Nessa fase, de acordo com os dados oficiais, foram beneficiados 16,6 milhões de alunos com um total de 4,2 milhões de livros. O acervo foi formado de 123 títulos de obras literárias, dois globos e um Atlas histórico do Brasil 500 anos. Segundo o Ministério da Educação, foi disponibilizado às escolas o “guia do acervo do PNBE/1998”, material com propostas que poderiam auxiliar o professor.

Ainda de acordo com o MEC, o segundo acervo em 1999 foi composto de 109 títulos infanto-juvenis, quatro deles voltados às crianças portadoras de necessidade especiais. Segundo os dados divulgados pelo Ministério, naquele ano o PNBE contemplou todas as escolas de 1ª a 4ª série com mais de 150 alunos e que não haviam ainda sido contempladas no ano anterior. Portanto, foram beneficiados um total de 10,8 milhões de estudantes. As escolas receberam novamente o Guia do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) / 1999, intitulado Histórias e Histórias, sob a coordenação da Profª Drª Marisa Lajolo (UNICAMP), com o objetivo de auxiliar os professores no desenvolvimento das atividades com as obras.

Em 2000, de acordo com o MEC, com a intenção de cumprir o apregoado na Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997 (Anexo 3), resolve por meio da Resolução nº 14 de 15 de agosto de 2000 (Anexo 5) determinar em seu art. 1º que todas as escolas das redes públicas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal fossem providas de materiais didático-pedagógicos voltados para a capacitação docente. O PNBE de 2000 se diferenciou dos anteriores. Seu foco estava voltado à formação continuada dos docentes. Assim, no lugar de obras de literatura direcionadas aos alunos, foram distribuídas 577,4 mil obras entre as escolas do Ensino Fundamental das redes públicas federal, estadual e municipal com títulos voltados aos professores.

Tendo em vista a formação de leitores, o PNBE, segundo o FNDE, desde a sua implantação, se modificou e se adequou à realidade e às necessidades educacionais. A mudança conceitual aconteceu em 2001, quando criou uma de suas estrelas, o projeto “Literatura em Minha Casa”, que se estendeu aos anos 2002 e 2003 com o objetivo de beneficiar diretamente os alunos na tentativa de incentivar o gosto pela leitura (Anexo 6).

Nos anos seguintes, paralelamente ao “Literatura em Minha Casa”, o PNBE continuou formando o acervo das bibliotecas das escolas públicas brasileiras. Em 2004, esse programa distribuiu os livros mediante seis ações de incentivo à leitura:

- 1ª) Literatura em Minha Casa – 4ª série;
- 2ª) Literatura em Minha Casa – 8ª série;
- 3ª) Palavra de gente – Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- 4ª) Biblioteca Escolar;
- 5ª) Biblioteca do Professor;
- 6ª) Casa da Leitura.

As ações do PNBE/ 2004 serão apresentadas a partir da 3ª ação, uma vez que as duas primeiras ações estão diretamente ligadas ao projeto “Literatura em Minha Casa”, que será tratado de forma específica mais adiante.

3ª) Palavra da Gente – Educação de Jovens e Adultos:

- Distribuição de uma coleção de livros, composta por seis volumes de obras de literatura e de informação, para cada aluno da última série ou equivalente do curso presencial de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental. Distribuído para uso pessoal e propriedade do aluno.
- Distribuição de quatro coleções de livros compostas por seis volumes de obras de literatura e de informação, para cada uma das escolas públicas que possuíam mais de quatro alunos na última série ou equivalente do curso presencial de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental.

Ilustra-se o enunciado anterior com o quadro a seguir:

Quadro 6

DADOS ESTATÍSTICOS – PALAVRA DA GENTE – EJA	
Total de coleções	578.484
Tipos de coleções	4
Quantidade de livros	3.470.904
Escolas atendidas	10.964
Alunos beneficiados	463.134
Valor de Aquisição (Valor Médio da Coleção R\$ 5,11)	2.956.053,24

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

4ª) Biblioteca Escolar:

- Distribuição de acervos contendo 144 títulos de ficção e de não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil, para 20 mil escolas com maior número de alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Distribuído para a biblioteca da escola e uso da comunidade escolar.

5ª) Biblioteca do Professor:

- Distribuição de dois livros para cada professor da rede pública de ensino das classes de alfabetização e de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, escolhidos dentre uma lista de 144 títulos de ficção e de não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil. Distribuídos para uso pessoal e de propriedade do professor.

A seguir o quadro ilustrativo da ação:

Quadro 7

DADOS ESTATÍSTICOS – BIBLIOTECA DO PROFESSOR E BIBLIOTECA ESCOLAR	
Biblioteca do Professor (2 títulos p/ prof. – 724.188 prof.+RT)	1.451.674
Biblioteca Escolar (144 títulos p/ 20.021 escolas + 2.157 RT)	3.193.632
Quantidade de livros (3.193.632 Escolar + 1.451.674 Professor)	4.645.306
Valor Médio do Livro	12,56
Valor Total dos Livros (13.769.873,00 + 44.619.529,00)	58.389.402,00

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

6ª) Casa da Leitura:

- Distribuição de bibliotecas itinerantes para uso comunitário no município, contendo 154 livros das 24 coleções do acervo das ações Literatura em Minha Casa – 4ª e 8ª séries e Palavra da Gente – Educação de Jovens e Adultos.
- Os livros foram entregues às prefeituras municipais, a quem coube dinamizar os acervos em bibliotecas públicas ou em lugar apropriado à sua utilização, estabelecendo, inclusive, parcerias com as escolas do município para a realização de atividades voltadas ao incentivo à prática da leitura. Distribuídos para uso de toda a comunidade do município.

O quadro a seguir traz os dados estatísticos da 6ª ação.

Quadro 8

DADOS ESTATÍSTICOS – CASA DA LEITURA	
Total de Municípios contemplados	3.659
População beneficiada	61.698.303
Total de acervos	41.608
Quantidade de livros	6.372.912
Valor de aquisição	6.246.212,00

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

Em 2005, o MEC divulgou que o PNBE beneficiou 136.389 instituições públicas que ofereciam as séries iniciais do Ensino Fundamental – 1ª e 5ª séries. As escolas puderam contar com um acervo composto por 20 títulos. Nessa etapa, o PNBE, de acordo com o divulgado pelo FNDE, deu autonomia às escolas para que os escolhessem, via internet, até o mês de setembro. Segundo o Ministério, as coleções eram de propriedade das escolas e deveriam permanecer nas bibliotecas. O MEC justificava tal investimento afirmando que era preciso que o aluno freqüentasse uma biblioteca com quantidade e qualidade desse bem cultural que é o livro.

Em 2006, foram atendidas 46.700 mil escolas. Aproximadamente 14 milhões de alunos matriculados nas séries finais (4ª e 8ª) do Ensino Fundamental receberam os livros do programa.

O PNBE é um programa de incentivo à leitura que se diferenciou dos demais programas já existentes no Brasil. Nesse programa, houve um investimento financeiro muito significativo.

Na seqüência, segue o quadro que elucida o afirmado.

Quadro 9

PROGRAMA/ANO	DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
PNBE / 1998 (Acervos)	1999	20.000	17.447.760,00
PNBE / 1999 (Acervos)	2000	36.000	23.422.678,99
PNBE / 2000 (Obras)	2001	577.400	15.179.101,00
PNBE / 2001 (Coleções)	2002	12.184.787	50.302.864,88
PNBE / 2002 (Coleções)	2003	4.216.576	19.523.388,68
PNBE / 2003 (Coleções)	2003	8.169.082	36.208.019,30
PNBE / 2003 (Acervos – Casa da Leitura)	2004	41.608	6.246.212,00
PNBE / 2003 (Acervos – Bibl. Escolar)	2004	22.219	44.619.529,00
PNBE / 2003 (Obras – Para Professores)	2004	1.448.475	13.769.873,00
PNBE / 2005 (Acervos)	2005/2006	306.078	47.273.736,61
TOTAL DO PERÍODO	-	-	273.993.163,46

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, com a implantação do PNBE, pretendeu-se despertar em todos os brasileiros o desejo pela leitura literária, bem como propiciar o contato com o livro de literatura. Com essa atitude, objetivou-se incentivar alunos, professores e a comunidade em geral ao hábito de ler. Dessa forma, o PNBE, ao longo dos anos, vem defendendo a importância da presença da leitura literária na escola e na família para a formação intelectual da criança e do jovem.

2.5 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO “LITERATURA EM MINHA CASA”

A Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 2001, criou o projeto “Literatura em Minha Casa”, com a intenção de dar continuidade às ações do PNBE.

Segundo os documentos emanados do MEC, o objetivo do referido projeto era incentivar o desenvolvimento do hábito de ler nas crianças e jovens, e com isso tornar acessível aos alunos de 4^a, 5^a e 8^a séries das escolas públicas, que ofertavam o Ensino Fundamental, obras de literatura infanto-juvenil variadas, proporcionando assim o acesso à cultura, à informação e, desta maneira, poder apoiar o cidadão brasileiro no exercício de reflexão crítica e criativa.

O MEC, para justificar o projeto, teceu considerações em torno de que a escola e a família são os dois pilares que têm responsabilidade na formação do leitor. Para o Ministério, era mais do que comprovada a importância da família para despertar o prazer pela leitura. Por esse motivo, o “Literatura em Minha Casa” possuía, segundo o MEC, características diferenciadas de outros já implantados. Sua meta principal era doar aos alunos livros de literatura de gêneros e de autores variados.

Conforme a documentação oficial vinda do Ministério da Educação e Cultura, com o projeto “Literatura em Minha Casa” cada aluno matriculado na 4^a e na 5^a séries das escolas públicas deveria receber uma coleção com 5 (cinco) livros de literatura e cada aluno matriculado na 8^a série deveria receber uma coleção com 4 (quatro) livros. Os livros passariam a ser, segundo orientações do MEC, de propriedade particular dos educandos; portanto, esses deveriam levá-los para as suas casas e compartilhar a leitura com seus familiares.

Um dos objetivos do “Literatura em Minha Casa” era integrar os espaços educacionais e culturais, escola e família, em prol da qualidade da educação. Nesse caso, as

escolas contempladas deveriam fazer, cada uma, a sua parte. Essa integração deveria acontecer logo nas primeiras semanas do ano letivo; uma das sugestões era que na semana do planejamento a equipe pedagógica da escola organizasse uma maneira de divulgação do projeto em que diretores, pedagogos, professores e bibliotecários, entre outros tivessem a oportunidade de conhecer e explorar as obras lendo, fazendo resenhas, contando histórias e declamando poesias. A familiaridade e o conhecimento dos livros seriam fundamentais para o estabelecimento de parcerias entre a escola, o aluno e a família. Os diretores deveriam planejar, organizar o dia da entrega dos kits de livros aos alunos mediante a presença dos pais, irmãos e outros.

Conforme a divulgação do FNDE, os livros chegavam às escolas e às SME no segundo semestre do ano letivo. As localizadas nas zonas rurais recebiam as coleções via prefeituras e/ou Secretarias Municipais de Educação. A distribuição dos livros foi feita pelo FNDE ou diretamente pelas editoras por meio de um contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Nessa etapa, o PNBE contava com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação para a fiscalização e coordenação do processo de entrega.

Segundo dados encontrados no *site* do FNDE <www.fnde.gov.br>, na tentativa de melhorar o nível de leitura das crianças e jovens brasileiros, o projeto “Literatura em Minha Casa”, em 2001, favoreceu a 40 milhões de alunos de 4ª e 5ª séries o acesso à leitura de livros da literatura infanto-juvenil. Em 2002, o PNBE distribuiu uma coleção composta por cinco volumes (4ª série) e quatro volumes (8ª série) com obras de gêneros e autores diferenciados a cada aluno matriculado nas séries atendidas pelo projeto (Anexo 7). O orçamento para a execução, conforme os indicadores do MEC, foi de R\$ 44 milhões, em aquisição de livros. No total, foram 258 títulos, separados em coleções e acervos. De acordo o divulgado pelo MEC, as coleções literárias foram distribuídas aos alunos e os acervos às bibliotecas escolares.

O projeto beneficiou também, em 2001 e 2002, 724 mil professores que atuavam no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, com material de apoio para enriquecer o trabalho dos professores com as obras literárias. Aproximadamente 20 mil escolas públicas em mais de 3,6 mil municípios foram atendidas pelo projeto “Literatura em Minha Casa”.

Resolve-se, por meio do “Literatura em Minha Casa”, distribuir aos alunos matriculados nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, 01(uma) coleção para cada aluno matriculado nestas séries no ano letivo de 2004 de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 008, de 08 de abril de 2003 (Anexo 6), que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2003, e considera a 4ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental como elementos decisivos no processo de aquisição e domínio da língua escrita.

Segundo informações obtidas pelo FNDE, o PNBE de 2003 obteve recursos financeiros no valor de R\$ 110 milhões para investir na formação de leitores. Esses recursos, como afirmou o Ministério, foram utilizados na aquisição de livros para o projeto “Literatura em Minha Casa”, os quais foram distribuídos em ações diferenciadas, beneficiando 3,4 milhões de estudantes matriculados na 4ª série, de 126 mil escolas públicas brasileiras; 2,9 milhões de alunos da 8ª série; e, ainda, um total de 463 mil alunos jovens e adultos que freqüentavam regularmente as escolas de Educação para Jovens e Adultos – EJA.

Em 2004, o “Literatura em Minha Casa” apresentou características diferenciadas dos anos anteriores, as quais apresentam-se abaixo:

1ª) Literatura em minha casa – 4ª série:

- Distribuição de uma coleção, composta por cinco volumes de obras de literatura e de informação, para cada aluno matriculado na 4ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas. Distribuído para uso pessoal e propriedade do aluno;

- Distribuição de dez coleções, compostas por cinco volumes de obras de literatura e de informação, para cada uma das escolas públicas com mais de dez alunos que ofereciam, no ano letivo de 2004, a 4ª série.

O quadro a seguir ilumina a exposição a respeito da 1ª ação do “Literatura em Minha Casa” 2004/ 4ª série.

Quadro 10

DADOS ESTATÍSTICOS – LITERATURA EM MINHA CASA – 4ª SÉRIE	
Total de coleções	4.171.150
Tipos de coleções	10
Quantidade de livros	20.855.750
Escolas atendidas	125.194
Alunos beneficiados	3.449.253
Valor de Aquisição (Valor Médio da Coleção R\$ 4,43)	18.494.879,10

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

2ª) Literatura em Minha Casa – 8ª série:

- Distribuição de uma coleção, composta por quatro volumes de obras de literatura e de informação, para cada aluno matriculado na 8ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. Distribuídos para uso pessoal e propriedade do aluno.
- Distribuição de dez coleções, compostas por quatro volumes de obras de literatura e de informação, para cada uma das escolas públicas com mais de dez alunos que ofereciam, no ano letivo de 2004, a 8ª série.

O quadro a seguir exemplifica o exposto na 2ª ação do ‘Literatura em Minha Casa’ 2004/ 8ª série.

Quadro11

DADOS ESTATÍSTICOS – LITERATURA EM MINHA CASA – 8ª SÉRIE	
Total de coleções	3.422.330
Tipos de coleções	10
Quantidade de livros	13.689.320
Escolas atendidas	35.685
Alunos beneficiados	2.969.086
Valor de Aquisição (Valor Médio da Coleção R\$ 4,31)	14.757.086,96

Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

As coleções do projeto “Literatura em Minha Casa” contemplaram os diferentes gêneros da literatura:

- Antologias poéticas brasileiras;
- Antologias de contos brasileiros;
- Antologias de crônicas;
- Novelas ou romances brasileiros ou estrangeiros, adaptados ou não;
- Obras clássicas da literatura universal, traduzida ou adaptada;
- Peças teatrais brasileiras ou estrangeiras;
- Obras ou antologias de textos de tradição popular brasileira em prosa ou verso;
- Ensaios ou reportagens sobre um aspecto da realidade brasileira;
- Biografias ou relatos de viagens.

O PNBE objetivava, por meio do projeto “Literatura em Minha Casa”, conquistar um grande percentual de crianças e jovens, bem como, as suas famílias para o convívio com a

leitura e assim, tornar essa prática uma cultura entre pessoas pertencentes aos grupos sociais de menor poder aquisitivo tornando a leitura uma prática social. Por essa razão, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), investiu e permitiu o acesso ao saber contido nos livros e isso justifica tamanho investimento.

O projeto “Literatura em Minha Casa” trata da maior compra de livros de literatura para distribuição gratuita já feita no Brasil². Com essa atitude política tentou-se superar a defasagem de investimentos na área da promoção da leitura e, dessa maneira, socializá-la na sociedade brasileira, pois os documentos oficiais enfatizam que ler era um privilégio de grupos restritos e um divisor de classes.

O “Literatura em Minha Casa” objetivou promover e incentivar a leitura de livros de literatura tanto pelos alunos das escolas públicas quanto pelos seus familiares. A prioridade da proposta do projeto, segundo o MEC, era transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro.

Em síntese, o objetivo principal do projeto, estabelecido pelo MEC, vem, em tese, ao encontro das lutas empreendidas em prol da leitura. Ao longo da sua caminhada como pesquisador da área da leitura, o Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva³ vem defendendo que a leitura se constitui como principal instrumento para sustentar uma educação emancipadora, em que leitor, pelas práticas de leitura, participe ativamente da transformação social.

É importante se perguntar: O que representa uma política pública de distribuir livros de literatura “em minha casa”? O que significa distribuir livros diretamente aos alunos desprezando as mediações sociais, feitas pela escola, que ficaram à margem do processo? Qual o sentido da distribuição do livro pelo Estado para formar o acervo literário em “minha

² Esse fato chamou à atenção dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU).

³ Professor livre docente em Educação pela UNICAMP. Pesquisador na área de Educação com os seguintes temas: leitura, formação do professor, biblioteca escolar e leitura na Internet. É membro-fundador da Associação de Leitura do Brasil (ALB) e idealizador do Congresso de Leitura do Brasil (COLE).

casa”? Qual a concepção de Estado implícita na seleção e distribuição de livros de “Literatura em Minha Casa”? Qual a situação do acervo das bibliotecas escolares?

CAPÍTULO 3

O PROJETO “LITERATURA EM MINHA CASA” EM PONTA GROSSA

“A colheita é comum, mas o capinar é sozinho”.

Guimarães Rosa

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Verifica-se, pela série histórica de avaliação, que há uma deficiência na educação brasileira, pois políticas educacionais exigem tempo de maturação para alcançar bons resultados.

A mídia tem divulgado que o desempenho escolar no Brasil é considerado precário, isto é, o país, conforme já exposto anteriormente, ocupa o 37º lugar em letramento de leitura (fonte: Base de dados do PISA, disponível na internet <<http://www.pisa.org>>). As avaliações do PISA entendem o letramento da leitura como reflexões que vão além da decodificação dos signos lingüísticos, perpassando a leitura de mundo e de códigos sociais complexos, incorporados, construídos e manifestados na e pela linguagem. O resultado das avaliações dessa pesquisa apenas reafirma o grande desafio necessário e urgente, para as políticas públicas na área da educação, que é a melhoria da sua qualidade.

Isso significa dizer que o povo brasileiro continua lendo pouco e que, mesmo freqüentando no mínimo oito anos de escolaridade, sai da escola sem saber ler e escrever e ainda com uma grande aversão à leitura e a escrita (SILVA, 1995).

A partir desses indicadores surge a pergunta inicial:

- Existem programas ou projetos de incentivo à leitura emanados do Governo Federal?

Outros questionamentos decorrem desta questão inicial:

- As escolas têm conhecimento da existência desses programas e projetos?
- Como eles têm sido implementados?
- As escolas têm sido beneficiadas por programas e projetos dessa natureza?
- As escolas desenvolvem as ações dos programas e dos projetos conforme proposto nos documentos oficiais?

Partindo do pressuposto, inclusive apresentado nesta pesquisa, de que existem programas e projetos emanados do Governo Federal, é possível questionar: se os programas e projetos de incentivo à leitura têm chegado às escolas, então, por que não têm tido sucesso na formação do leitor? Por que programas e projetos elaborados com a finalidade de promover a leitura, com base da formação de cidadãos intelectualizados e conscientes, capazes de se expressar, com clareza, oralmente e por meio da escrita, não têm surtido os resultados esperados? Por que, apesar de tanto investimento, tem-se o fracasso?

A partir dessas indagações, fez-se um recorte temporal para levantar quais programas e projetos existem ou existiram no percurso de 1980 a 2006. O conhecimento dos programas e dos projetos existentes permitiu que se fizesse um novo recorte e escolhesse o projeto que seria o objeto dessa pesquisa.

Nesta pesquisa, optou-se por analisar o “Literatura em Minha Casa” desenvolvido pelo Governo Federal no período de 2001 a 2006. A partir desse momento, começaram a surgir indagações a respeito do cumprimento da proposta do projeto. Será que...

- “A escola não cumpriu com a essência do Projeto?”
- “A escola não entregou os livros aos alunos?”

- “Os livros estão nas bibliotecas?”

O foco central era observar os pontos de convergência e divergência existentes entre o que é apregoado na proposta do projeto “Literatura em Minha Casa” com o que ocorre, de fato, no cotidiano da escola. Isto é, a análise pretendeu contemplar a relação entre aquilo que foi proposto e as ações concretas de sua implementação no espaço da escola.

Para tanto, traçou-se alguns objetivos que direcionariam a pesquisa:

- analisar o projeto “Literatura em Minha Casa” em seus aspectos políticos, sociais e pedagógicos;
- identificar as contradições entre o que é proposto e o que é efetivado na prática;
- descrever as ações efetivas da escola para atender aos objetivos do projeto.

Partindo desses questionamentos, o método de análise utilizado permitiu a apreensão da realidade em sua raiz. Nesta pesquisa, o mais importante é que o conhecimento adquirido a respeito da implantação e da implementação do projeto estudado leve a uma prática que modifique e transforme a realidade estudada. O homem, por ser social e histórico, é criador e transformador da realidade social (FRIGOTO, 2004).

Sendo assim, foi preciso que se fosse até as escolas para observá-las e entender a relação existente entre o proposto e o efetivado em relação ao projeto “Literatura em Minha Casa”.

O método permitiu ver a contradição do que foi dito e feito, bem como aquilo que foi feito e não dito. É nesse movimento dialético que se consegue perceber as antíteses que se manifestam a partir do fenômeno estudado. Vale dizer que conhecer a realidade é diferente de manipulá-la (KOSIK, 1976).

A abordagem metodológica para a coleta de informações privilegiou instrumentos como entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos oficiais que possibilitaram conhecer o objeto na sua essência e estrutura.

O conhecimento do “Literatura em Minha Casa” é resultado da reflexão que a investigadora fez sobre o próprio projeto. Segundo Marx (1983, p.20), “o método de pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.

Assim, a preocupação fundamental do trabalho de pesquisa está em refletir, pensar e analisar a realidade para depois poder transformá-la. É no momento da investigação que o pesquisador recolhe as informações (FRIGOTO, 2004).

Para se chegar ao âmago da questão e se investigar o projeto “Literatura em Minha Casa” fez-se o *detour* conforme Kosik (1976), em que primeiro se procurou conhecer o objeto em sua essência e em sua estrutura através de documentos oficiais. Depois, por meio das entrevistas com diretores, pedagogos, professores e bibliotecários buscou-se rastrear a autêntica realidade da implantação e implementação do projeto em 11(onze) escolas estaduais e 11 (onze) municipais da cidade de Ponta Grossa, Paraná.

O procedimento metodológico privilegiou primeiramente a busca de informações reais para depois entender o objeto na sua essência. Nessa perspectiva, o método de investigação utilizado pela pesquisadora levou em consideração:

- uma apropriação minuciosa do objeto, pelos textos oficiais como: resoluções e portarias disponíveis em *site* da internet, bibliotecas *on line* e em trabalhos acadêmicos;
- a partir dos dados coletados buscou-se estabelecer unidades de análise;

- investigação da coerência entre o proposto pelos documentos oficiais e o que de fato foi efetivado nas escolas.

Ao escolher o método de investigação, teve-se a preocupação de não se ater somente à apreensão de um conjunto de unidades e conceitos, mas a intenção de superar a abstratividade inicial, buscando a concretude.

Assim, teve-se a realidade como ponto de partida e chegada do conhecimento. Isso significa dizer que o conhecimento efetivo se dá na e pela prática. Desta forma, a verdade é um processo de movimento entre realidade/pensamento pensado/realidade.

Essa metodologia possibilitou um movimento dialético, um ir e vir constante que permitiu desvendar a realidade, as leis fundamentais que estruturam o problema investigado, a exposição orgânica dos avanços no conhecimento e possibilitou fazer novas sínteses no plano da realidade.

O caminho metodológico exigiu um estudo prévio das produções realizadas no Brasil a respeito das políticas públicas de incentivo à leitura construindo um referencial bibliográfico com produções acadêmicas e análises de textos da literatura pertinente a nossos problemas.

Esse procedimento está coerente com a abordagem das pesquisas qualitativas. Nesse tipo de abordagem os investigadores freqüentam os locais de estudo com o intuito de interpretar, compreender o contexto no qual está inserido o objeto de pesquisa. Entendem que “as ações podem ser melhores compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

De acordo com Chizzotti (2006, p. 28), pesquisas qualitativas são “pesquisas que usando, ou não, quantificações, pretendeu interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem”. Assim, ter uma boa interpretação dos dados coletados conduz o pesquisador ao coração daquilo que se deseja interpretar (GEERTZ, 1979).

Portanto, as pesquisas qualitativas “são caracteristicamente multimetodológicas (...), isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados” (MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 163).

Para voltar o olhar e compreender a relação entre o proposto e o efetivado no momento da implementação do projeto “Literatura em Minha Casa”, fez-se uso da entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados. Foi necessário fazer uma imersão documental no objeto estudado, não somente para a geração de questões e identificação de informantes e documentos significativos, como também para uma primeira avaliação da pertinência do estudo e das questões a serem propostas.

O uso da entrevista semi-estruturada permitiu captar elementos e informações úteis para compreender o fenômeno estudado, bem como permitiu correções, esclarecimentos e adaptações das informações desejadas. Os dados foram analisados respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos.

A intencionalidade da pesquisadora foi além da mera busca de informações; criou-se uma situação de confiabilidade para que o entrevistado pudesse fazer as suas declarações e colaborar, trazendo dados relevantes para a pesquisa (SZYMANSKI et al, 2004).

A obtenção de dados, como opiniões e comportamento efetivo dos indivíduos diante do fenômeno estudado, só foi possível graças à entrevista semi-estruturada que, segundo Triviños (1987, p.146), “[...] ao mesmo tempo que, valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Assim, a entrevista semi-estruturada, por ser flexível, deu mais liberdade de percurso à entrevistadora, permitindo a obtenção de um maior número de dados comparáveis entre os vários sujeitos num tipo de amostragem mais ampla. Por outro lado, as questões abertas serviram para não se perder a oportunidade de compreender como é que os entrevistados

estruturavam as respostas em relação às questões levantadas durante a entrevista a respeito das políticas públicas de incentivo à leitura.

A entrevista semi-estruturada partiu de certos questionamentos básicos, os quais iam sendo respondidos pelos entrevistados de maneira descontraída:

- Quais os programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal que você tem ou teve conhecimento?
- Você lembra se, para a realização desses programas ou projetos, foram enviados livros para a sua escola?
- Você conhece o projeto “Literatura em Minha Casa”?
- Você sabe quais são os objetivos do projeto?
- Houve uma preparação da escola para receber os livros?
- Quantos livros de literatura chegaram à escola?
- As coleções que chegaram foram distribuídas a todos os alunos matriculados nas séries contempladas pelo projeto?
- Os alunos foram informados dos objetivos do projeto?
- Como foi a distribuição das coleções na escola? Quem fez a distribuição?
- Os professores também receberam as coleções?
- Os professores receberam o manual (guia) de orientação para trabalhar com o projeto?
- Os professores foram orientados como trabalhar e ficaram sabendo quais eram os objetivos do projeto?
- Quais foram as orientações dadas aos professores para trabalhar o projeto?
- Houve espaço para a discussão dos livros?
- Surgiram projetos de leitura a partir desse projeto?
- Houve troca de livros entre os alunos?

- Como é feita a promoção da leitura na sua escola?
- Quais os projetos de leitura que estão acontecendo na escola?
- Houve participação da equipe de ensino do NRE ou SME no desenvolvimento do projeto dentro da escola?
- Quais os investimentos que o Governo Federal tem feito às escolas em relação às bibliotecas escolares?

3.1 AS FASES DA PESQUISA

3.1.1 – 1ª fase: A Formação dos Setores Regionais (FRS)

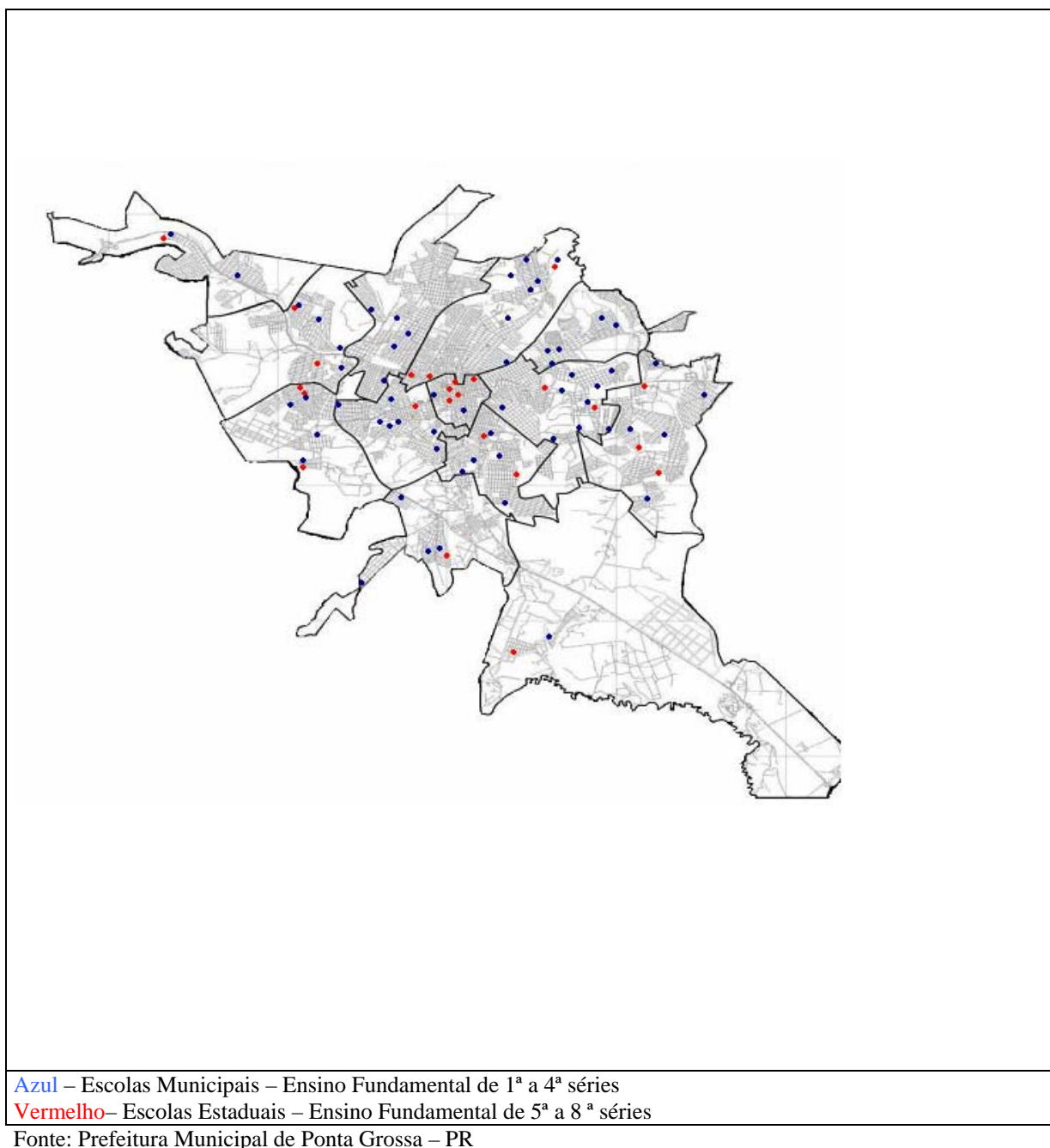
O primeiro passo da pesquisa foi mapear as escolas estaduais e municipais a partir da região em que cada uma se localizava. Para definir essa regionalização tomou-se como referência os Pontos Cardeais (N, S, L e O) e Colaterais (NE, SE, SW e NW). Isto permitiu a formação de 11 (onze) setores regionais agrupados por vilas ou bairros. Os setores regionais foram assim estipulados.

Número	Setores regionais
1	Estrela e Ronda
2	Colônia Dona Luiza
3	Olarias e oficinas
4	Uvaranas
5	Jardim Carvalho e Órfãs
6	Nova Rússia e Boa Vista
7	Moema e Chapada
8	Contorno e Shangrilá
9	Neves
10	Jardim Paraíso e Tarobá
11	Cará-Cará

Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa - Organização: Regina Janiaki Copes

Em seguida solicitou-se ao NRE e à SME de Ponta Grossa – PR, uma relação contendo o nome, endereço e o telefone de todas as escolas do Município de Ponta Grossa que conta com 48 escolas estaduais e 86 escolas municipais.

A partir da relação das escolas construiu-se um mapa de suas localizações.



Teve-se a intenção de constituir dois setores estratégicos de escolas que seriam pesquisadas: um com escolas estaduais e outro com escolas municipais. Formaram-se

11(onze) Setores Regionais constituídos por escolas estaduais e municipais a partir do agrupamento das regiões.

Para não revelar a identidade das escolas que participaram da pesquisa, substituiu-se os seus nomes pelos títulos dos livros que fizeram parte das coleções do projeto “Literatura em Minha Casa”.

Número	Núcleos Regionais	Col./ Esc. Estaduais	Esc. Municipais
1	Estrela e Ronda	Palavra de Poeta A Ilha do tesouro	Nossos Poetas Clássicos Contos de Ontem e de Hoje Ludi vai à Praia O Pequeno Príncipe
2	Colônia D. Luiza	Bazar do Folclore De Conto em Conto A Árvore que Dava Dinheiro A Bailarina e Outros Poemas	Histórias Daqui e Dali Caminho da Poesia Conto Com Você Caçadas de Pedrinho A Bela Adormecida no Bosque Contos Tradicionais do Brasil
3	Olarias e Oficinas	Quem Conta um Conto Carta Errante Os Miseráveis, O Fantástico Mistério de Feiurinha Histórias Pescadas	Trem de Alagoas e outros Poemas Puratig-O Remo Sagrado e outros O Empinador de Estrela Poesia Quando Nasce... Quatro Mitos Brasileiros
4	Uvaranas	Bisa Bia, Bisa Bel A formiguinha e a Neve O Macaco Malandro Palavras de Encantamento Cinco Estrelas	Os Contadores de Histórias Uma Professora muito Maluquinha Os Três Mosqueteiros A Linguagem da Mata Gotas de Poesia Nem te Conto! A Droga da Obediência

5	Jardim Carvalho e Órfãs	O Santinho Uma História de Futebol Eu Chovo, Tu Choves, Ele chove O Santo e a Porca	Chapeuzinho Vermelho O Menino Narigudo Poesia Fora da Estante Histórias do Bruxo Cosme Velho Os Meninos da Rua da Praia Uma História de Natal A Fada que tinha Idéias Poesia das Crianças Meninas e Meninos
6	Nova Rússia e Boa Vista	Meus primeiros versos Meus Primeiros Contos Vida e Paixão de Pandonar, o Cruel Histórias de Fada A Arca de Noé Era Uma Vez Um Conto	Do Outro Lado tem Segredos Os Cigarras e os Formigas Poemas do Mar Varal de Poesia Deixa que Eu Conto Do Outro Mundo Ali Babá e os Quarenta Ladrões Histórias que o Povo Conta A Poesia dos Bichos Histórias Fantásticas Conversa de Poeta O Velho e o Mar Folclore Vivo Um Poema Puxa o Outro Conta Que Eu Conto.
7	Moema e Chapada	Minhas Histórias de Lobato, Odisséia.	O Irmão Que Veio de Longe, As Aventuras de Pinóquio, O Rapto das Cebolinhas, Pé de Poesia.
8	Contorno e Shangrilá	Pluf, o Fantasmilha, Na Onda dos Versos, O Peru de Natal e Outras Histórias.	Faz de Conta, A Vaca Voadora, Histórias de Humor Os Saltimbancos, As aventuras de Ripó Laciaia A Garupa e Outros Contos, Fantasma no Porão.

9	Neves	O Vampiro que Descobriu o Brasil, O Fingidor.	A Terra dos Meninos Pelados, Um Saci no Meu Quintal, Poemas que Contam a História, O Mágico de Óz, Histórias de Lenços e Ventos.
10	Jardim Paraíso e Tarobá	Os Estatutos do Homem, As Eternas coincidências, Homens e Caranguejos.	A Casa da Madrinha, Toda Criança do Mundo, Contos de Estimação.
11	Cará-Cará	O Pagador de Promessas.	A Bolsa Amarela, O Máscara de Ferro, A Lâmpada de Aladim, Simplesmente Drummond. Meninos Eu Conto.

Fonte: N. R. E. de Ponta Grossa (escolas estaduais); S. M. E. de Ponta Grossa (escolas municipais)
Organização: Regina Janiaki Copes

3.1.2 – 2ª fase: A escolha das Escolas

A intenção era formar um núcleo estratégico que abrangesse o maior número possível de escolas estaduais e municipais, localizadas em diferentes pólos da cidade, que passariam a participar da pesquisa.

3.1.2.1 Escolas Estaduais

Após essas etapas tomou-se cuidado para escolher quais escolas estaduais seriam pesquisadas. Elas teriam que atender os seguintes critérios:

- a) ofertar Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série;
- b) ter sido criada de 1997 em diante, época da implantação do “Programa Nacional Biblioteca Escolar” (PNBE), célula mãe do projeto “Literatura em Minha Casa” implantado em 2001;

- c) ser compatível ao número mínimo de matrículas exigidas pelo projeto “Literatura em Minha Casa” para o recebimento das coleções.

Essas informações foram previamente coletadas pela pesquisadora e logo após partiu-se para a seleção das escolas estaduais que seriam pesquisadas. No momento da escolha dessas houve necessidade de que se criasse mais um critério, uma vez que nesse primeiro momento eles foram preenchidos pela maioria delas.

O critério determinante foi que as escolas estaduais atendessem alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental advindos de escolas municipais da mesma região.

3.1.2.2 Escolas Municipais

O critério para a escolha das escolas municipais que participariam da pesquisa foi elaborado a partir do universo das estaduais. Escolheu-se 11 (onze) instituições municipais para serem pesquisadas que se localizavam nos diferentes setores da região e que enviavam alunos às 5^a séries das escolas estaduais localizadas nos arredores.

Em síntese, ao todo foram escolhidos 11 (onze) setores regionais. Em cada setor definiu-se por apenas uma escola estadual e uma municipal para participar da pesquisa.

Considerando os critérios expostos acima, define-se:

Nº.	Regiões	Col./ Esc. Estaduais	Esc. Municipais
1	Estrela e Ronda	Palavra de Poeta	O Pequeno Príncipe
2	Colônia D. Luiza	A Árvore que Dava Dinheiro	Histórias Daqui e Dali
3	Olarias e Oficinas	Os Miseráveis	Poesia Quando Nasce...
4	Uvaranas	Bisa Bia, Bisa Bel	Nem Te Conto!
5	Jardim Carvalho e Órfãs	Eu Chovo, Tu Choves, Ele Chove	A Fada que tinha Idéias
6	Nova Rússia e Boa Vista	Meus Primeiros Versos	Conversa de Poeta
7	Moema e Chapada	Minhas Histórias de Lobato	O Rapto das Cebolinhas
8	Contorno e Shangrilá	Pluft, o Fantasminha	Os Saltimbancos
9	Neves	O Vampiro que Descobriu o Baú	A Terra dos Meninos Pelados
10	Jardim Paraíso e Tarobá	Homens e Caranguejos	Contos de Estimação
11	Cará-Cará	O Pagador de Promessas	A Bolsa Amarela

Fonte: N. R. de Ponta Grossa (escolas estaduais); S. M. E. de Ponta Grossa (escolas municipais)

Em seguida, foi necessário que se verificasse quais séries foram beneficiadas pelo projeto “Literatura em Minha Casa”. A partir disso, optou-se por começar a pesquisa de campo com as escolas estaduais por atenderem alunos matriculados na 5ª e 8ª séries, pois o “Literatura em Minha Casa” contemplou no seu início apenas alunos de 4ª série.

A seleção que se fez não foi aleatória. Houve critérios que foram seguidos rigorosamente.

3.1.3 – 3ª fase: A Escolha dos Sujeitos

Respeitando-se os critérios pré-definidos foram feitos vários contatos com possíveis sujeitos que atendiam aos requisitos desejados pela pesquisadora, em algumas ocasiões, feitos por telefone, pela distância de localização e pela dificuldade de encontrar os diretores ou outros sujeitos nas escolas devido à movimentação de horários de professores. Outros contatos foram realizados pessoalmente e diretamente nas escolas selecionadas.

Tendo em vista os objetivos formulados, a definição dos sujeitos desta pesquisa levou em conta alguns critérios:

- a) ter atuado ou atuar como professor do Ensino Fundamental;
- b) ser diretor, pedagogo, professor em escolas da Rede Municipal ou da Rede Estadual de Ensino Fundamental e;
- c) ser ou exercer função de bibliotecário em escolas públicas.

Solicitou-se a participação dos sujeitos, justificando que os seus depoimentos seriam de extrema importância para a pesquisa, uma vez que, ao longo de suas experiências, com certeza já haviam tido muitos contatos com os programas e com os projetos de incentivo à leitura. Deixou-se claro que a participação deles seria de forma voluntária. Caso não fosse possível, não teria problema algum.

Para a seleção dos sujeitos, não houve qualquer restrição em relação à raça, sexo, posições religiosas, políticas e teóricas. Optou-se pela escolha intencional dos sujeitos, conforme descrito anteriormente.

3.1.4 – 4ª fase: Instrumento Para a Pesquisa de Campo

Escolhidas as escolas e os sujeitos que participariam da pesquisa, delineou-se o seguinte procedimento: elaboração do instrumento de coleta de dados contendo um preâmbulo acompanhado de questões semi-estruturadas abordando a implantação e implementação dos programas e dos projetos nas escolas (ver Anexo 2).

O roteiro semi-estruturado não se constituiu em seqüência rígida de questionamentos e dados relatados, mas apenas um roteiro dos principais itens a serem abordados para a orientação do próprio sujeito.

Nesta pesquisa, as questões versaram sobre as políticas públicas de incentivo à leitura. As perguntas que constituíram a entrevista são resultados da teoria que vem alimentando a ação da pesquisadora e das informações recolhidas por ela sobre o projeto “Literatura em Minha Casa” (TRIVIÑOS, 1987).

3.1.5 – 5ª fase: As Entrevistas

Após a aceitação do professor, do diretor, do pedagogo e do bibliotecário em ser sujeito informante, marcava-se o local e a hora em que ocorreria a entrevista.

O local das entrevistas foi determinado pela pesquisadora, um espaço qualquer no interior da escola pesquisada. Solicitou-se a autorização (em áudio) do sujeito para que a entrevista fosse registrada em áudio, assim não se perderia nada do que ali fosse relatado por

eles. Sugeriu-se que, se possível, a entrevista acontecesse em um lugar tranqüilo, sem muito movimento de pessoas saindo e entrando. Essa condição era necessária porque as entrevistas aconteceriam num ambiente escolar em que em alguns momentos é um pouco tumultuado. Isso poderia comprometer as gravações e atrapalhar o desenrolar dos depoimentos.

Os horários das entrevistas foram escolhidos pelos sujeitos pesquisados conforme a disponibilidade de tempo. Muitas vezes, os sujeitos não compareciam, dificultando o andamento da pesquisa. Essa situação ocorreu mais com os pedagogos das escolas estaduais e com os diretores das escolas municipais. Assim, a pesquisadora sempre voltava às escolas para marcar um novo encontro. Alguns, após uma desculpa qualquer, acabavam aceitando; outros tentavam protelar e escapar, mas acabavam participando da pesquisa como informante e ainda havia aqueles que decidiam não participar.

Ao iniciar a entrevista, a pesquisadora dava garantia verbal de que as informações fornecidas naquela ocasião seriam utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, pois tudo aquilo que fosse dito seria tratado confidencialmente.

Foi assegurado aos sujeitos o anonimato em relação ao que interessava à pesquisa, pois, conforme Lüdke e André (1986, p.50), “a garantia do anonimato pode favorecer uma relação mais descontraída, mais espontânea, e conseqüentemente a revelação de dados que poderão comprometer o entrevistado se sua identidade não for preservada”. Para garantir isso, nesta pesquisa, usou-se os cargos exercidos e o gênero masculino, além do cuidado para não revelar informações que pudessem identificá-los.

Mesmo assim, muitos sujeitos, a princípio, ficaram “apreensivos, negando a existência de alguma coisa importante a dizer” (BOGDAN; BILKLEN, 1994, p. 135). Ocorreu, algumas vezes, dos entrevistados pedirem para desligar o gravador e, quando se sentiam seguros, desabafavam sobre o assunto pesquisado. Também ocorreu muito de, ao fim

das entrevistas, de maneira informal, os sujeitos fazerem comentários a respeito dos programas e dos projetos. Esses relatos foram registrados num diário de bordo.

Nesse primeiro momento da entrevista era exposto aos sujeitos um preâmbulo a respeito dos programas e dos projetos de incentivo à leitura promovidos pelo Governo Federal desde 1980 a 2006, possibilitando-lhes tomar conhecimento e dessa forma, fazerem o relato a respeito dos programas e dos projetos que conheciam ou conheceram.

Ficou claro que o objetivo da pesquisa era estudar a respeito das políticas públicas de incentivo à leitura promovidas pelo Governo Federal cujo foco estava voltado para o projeto “Literatura em Minha Casa”.

No decorrer das entrevistas, foi necessário que se alterasse algumas questões, visto que, em algumas escolas, os sujeitos declaravam não saber nada a respeito do projeto. A partir dessa situação, a entrevistadora precisou trazer-lhes à memória algumas informações sobre o assunto em pauta. Dessa maneira, de acordo com as perguntas, expunha-se o que estava apregoado nos decretos e leis a respeito do projeto em questão.

A entrevista transcorreu sem a interrupção da pesquisadora, que deixou cada sujeito apresentasse o seu conhecimento e as suas opiniões a respeito do assunto: políticas de incentivo à leitura. Teve-se o cuidado de não direcionar as respostas dadas pelos informantes. As perguntas, quando necessárias, foram feitas de maneira simples e direta para evitar confusões de sentido.

A primeira entrevista foi realizada com “A Árvore que Dava Dinheiro”, escola estadual, em 08 de agosto de 2006; a última, realizada em 13 de dezembro de 2006 com “O Pequeno Príncipe”, escola municipal.

Ao todo, foram 55 entrevistas, sendo divididas em: 11 com diretores de escolas estaduais, 11 com pedagogos ou professores, e 11 bibliotecários das mesmas escolas

estaduais; e ainda, 11 com diretores, 11 com pedagogos ou professores das escolas municipais.

As escolas municipais atualmente não possuem bibliotecas, portanto não foi possível fazer entrevista com bibliotecários municipais. Todas participam do projeto rotativo de caixas de leitura implantado pela Secretaria Municipal de Educação em que são colocados de 35 a 40 livros em caixas deixadas na sala de aula à disposição do aluno. Ele escolhe o livro e, depois, pinta um quadrinho em uma ficha com verde (se gostou) e vermelho (se não gostou do livro) e ao final do mês essa ficha é encaminhada à SME. Em algumas escolas existe ainda o sistema de salas de leitura, onde os alunos são levados pelos professores uma vez por semana ou de quinze em quinze dias para assistirem a um filme e retirarem um livro para leitura em casa.

Realizou-se apenas uma entrevista de aproximadamente uma hora e meia com cada sujeito, dependendo das circunstâncias e da disponibilidade do informante e do teor dos questionamentos feitos pela entrevistadora a partir das respostas do entrevistado.

A pesquisa procurou ouvir as pessoas que estavam dentro das escolas na época da implantação do projeto e voltou-se mais especificamente para o período de 1997 a 2006, anos em que chegaram o “Programa Nacional Biblioteca da Escola” (PNBE) e o projeto “Literatura em Minha Casa” nas escolas públicas brasileiras.

3.1.6 – 6ª Fase: As Transcrições das Entrevistas

Primeiramente transcreveram-se as entrevistas e em seguida fez-se a conferência dessas, observando e corrigindo as falhas de digitação. Os entrevistados sugeriram que no momento das transcrições fossem corrigidos os “erros” das falas antes que se mostrasse para alguém. Justifica-se a solicitação porque a maioria dos sujeitos alegou sentir-se constrangido por ser profissional da educação.

3.1.7 – 7ª fase: As Análises das Entrevistas – Classificação ou Codificação do Material

Para iniciar os procedimentos de análise, foi necessário que se retornasse aos objetivos do estudo os quais nortearam esse processo e conduziram às interpretações, bem como favoreceram o entrelaçamento consistente dos argumentos. Os níveis de aprofundamento das análises se deram a partir dos objetivos e da configuração do enfoque teórico proposto no estudo.

Iniciou-se um trabalho para levantar os elementos constitutivos de uma experiência complexa, subdividido em unidades que expressassem o cunho qualitativo da investigação.

Segundo Frigotto (2004, p. 83), “as unidades de análise não nascem de uma camisa-de-força, elas são construídas a partir dos dados coletados”. Essas foram definidas após as sucessivas leituras do material obtido durante as entrevistas. As várias leituras dos depoimentos permitiram “uma aproximação mais viva das situações e propiciaram condições para agrupar alguns aspectos das opiniões expressas em função dos sentidos percebidos e dos valores subjacentes” (GATTI, 2005, p. 46).

As unidades que emergiram dessas leituras durante o trabalho de análise refletiram o que se estudou e se apropriou sobre o tema (SZYMANSKI et al, 2004) oferecendo possibilidades de discussão qualitativa dos conteúdos. O primeiro aspecto a ser considerado no processo da análise dos dados foi o da organização do material colhido, de forma a obter um *corpus* detalhado e confiável.

Durante a leitura do material transcrito, foram emergindo das falas dos sujeitos as seguintes unidades:

1. O desconhecimento dos programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura oriundos do Governo Federal;
2. Os diretores desconhecem o projeto “Literatura em Minha Casa”;

3. Os livros não vieram para todos os alunos;
4. Os livros não foram entregues aos alunos;
5. Os livros estão nas bibliotecas.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

“O seu papel, enquanto investigador, não consiste em modificar pontos de vista, mas antes em compreender os pontos de vista dos sujeitos e as razões que os levam a assumi-los”.

Bogdan & Biklen

A escola e o aluno sempre foram os alvos das preocupações dos pesquisadores na área da educação e especificamente da leitura. Afinal de contas, conforme Silva (2004b), essa instituição enquanto encarregada pela formação educacional das novas gerações, exerce um papel de máxima importância no processo de preparação de leitores.

Assim, a escola tem um papel preponderante, o de formadora e o de estimuladora de leitores, pois é nela que se desenvolvem as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces. Não há como falar em formação de leitores sem pensar em uma política educacional fundada no fortalecimento da escola enquanto instituição pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Na visão de Silva (2004b, p. 4), “um ensino de qualidade, atendendo a critérios de excelência, segue-se à formação de leitores maduros, com competência suficiente para caminhar livremente pelos múltiplos quadrantes do mundo da escrita”. Uma educação de qualidade tem ênfase na leitura e no desenvolvimento de competências lingüísticas que propiciem ao aluno adentrar em universos culturais inexplorados. Sendo assim, cabe a escola a função essencial de ampliar o domínio dos níveis da leitura e orientar a escolha de textos que criem possibilidades da criança e do jovem explorarem dimensões não usuais do imaginário coletivo e pessoal.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1997, passou a investir mais na formação de leitores. Através da Portaria de nº 584, de 28 de abril de 1997, o então Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, tendo como objetivo apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes do Ensino Fundamental instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Tal programa tinha a intenção de contribuir para a formação de leitores, dentro das escolas, oportunizando à comunidade escolar o acesso gratuito ao livro de literatura e de referência. E, tendo em vista que o professor é uma peça fundamental no processo de construção de uma política de leitura eficiente e duradoura, entendeu que era preciso, além de suprir as bibliotecas com livros, também desenvolver mecanismos de capacitação aos professores para que esses pudessem despertar nos alunos o prazer pela leitura. Com esta ação, acreditava-se que haveria um aumento significativo de leitores no Brasil. Assim, o Estado estaria cumprindo o seu papel perante a sociedade, supriria a escola com livros e com professores qualificados, aptos para desenvolverem o trabalho de formadores de leitores. No entanto, isso não foi o que aconteceu, visto que o Programa não atendeu com eficácia todas as escolas públicas como estava proclamado nos documentos oficiais (Anexo 8).

O Ministério, percebendo que muito ainda precisaria ser feito em prol da formação de leitores, mudou os rumos das políticas públicas para melhorar o desenvolvimento da leitura no Brasil. Desta vez a meta foi investir diretamente no aluno. Assim, a partir de 2001, o PNBE passou a investir no projeto “Literatura em Minha Casa” que teve por objetivo principal formar a biblioteca particular do aluno. Nesse caso, os livros de literatura seriam entregues aos alunos que levariam as coleções para as suas casas. Segundo o Ministério, essa política traria retornos jamais conquistados uma vez que os livros estariam nos lares e sendo lidos também pelos pais, irmãos e outros familiares.

No entanto, parece que essas intenções continuaram, em sua maioria, somente no papel. Foi essa dúvida que fomentou o desenvolvimento dessa pesquisa, que consistiu em verificar como se deu a implementação do projeto “Literatura em Minha Casa” nas escolas estaduais e municipais do município de Ponta Grossa, Paraná.

A pesquisa apontou, pelo conteúdo informativo das entrevistas, que os gestores escolares desconhecem programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal nos últimos anos, que têm a escola como foco de atenção. Essa situação de desconhecimento abre espaço para uma série de reflexões em torno das políticas públicas de promoção à leitura. É possível afirmar que as políticas públicas, nessa área, encontram-se, em sua maioria, somente nos documentos oficiais.

A escola, que deveria ser a primeira instância a ter conhecimento sobre a implantação e implementação dos programas e dos seus objetivos para poder acompanhá-los e aplicá-los na prática, tem ficado à margem das informações. Isso acaba dificultando o processo de implementação e acompanhamento das ações, tornando essas políticas ineficazes e ineficientes tanto na escola como fora dela.

O distanciamento entre os profissionais da educação e essas políticas está fortemente marcado nos depoimentos dos diretores das escolas estaduais pesquisadas que ao serem inquiridos sobre os programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal, estranharam as perguntas e revelaram desconhecer as ações do governo no tocante às políticas públicas de incentivo à leitura.

Os seguintes depoimentos, de dois diretores estaduais, confirmam o exposto:

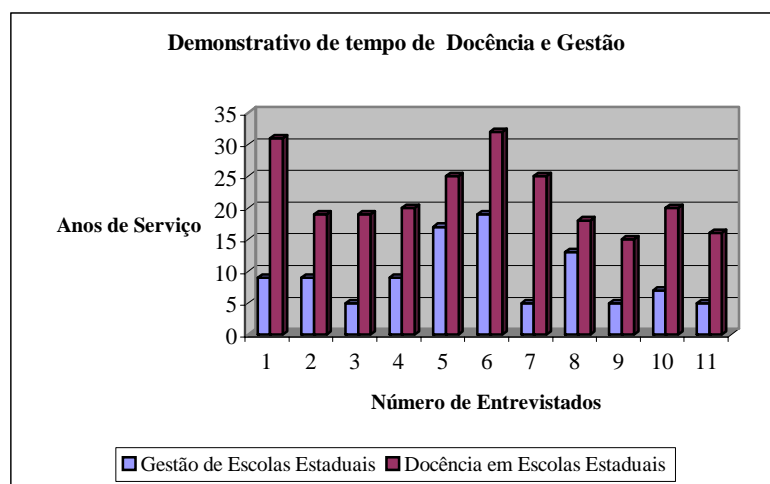
“Na verdade eu não tenho conhecimento. Não, não tenho conhecimento. Que mande livros pro aluno? Só o livro didático. O nome do Programa? Não sei! Não, como professor não. Como diretor, também não. Mas como é o Programa?” (Diretor estadual – O Vampiro que Descobriu o Baú).

“Não, na verdade aqui para nós não mandaram nada. Isso desde quando? Estou surpreso com isso. Não lembro” (Diretor estadual – Os Miseráveis).

Esse estranhamento mostra que as iniciativas, embora sejam cheias de boas intenções, precisam de planejamentos que atendam a todos os setores, principalmente a escola. Caso contrário, elas estarão condenadas a morrer precocemente por falta de investimentos no material humano, isto é, profissionais capacitados para torná-las funcionais nos diferentes ambientes onde ela se dissemina – escola, família, parques, praças, hospitais e ruas, enfim em todos os espaços formais e informais que se possa imaginar.

Cabe registrar que um dos critérios determinante para a escolha dos sujeitos, nesta pesquisa, foi que esses estivessem nas direções das escolas desde a implementação do PNBE/1997 ou a partir de 2001, quando o projeto “Literatura em Minha Casa” foi implantado. Os dados coletados através das entrevistas apontam que todos os gestores que participaram da pesquisa estão há 4 (quatro) anos ou mais nas escolas pesquisadas.

O gráfico ilustra o exposto:



Fonte: Pesquisa Campo/2006 - Organização: Regina Janiaki Copes

É interessante observar que esses diretores, conforme o demonstrado no gráfico, têm muitos anos de experiência na educação como professores nas escolas estaduais.

O fato de os diretores das escolas estaduais desconhecerem as políticas públicas de incentivo à leitura mostra que essas têm sido elaboradas numa estrutura mais ampla e não conseguem chegar na dimensão micro – a escola. Segundo Custódio (2000), é na falta de demandas sociais significativas que as políticas públicas para a área tendem a continuar sendo formuladas sem um planejamento para longo prazo, segundo os valores e concepções próprios de cada administração, como políticas de governo e não uma política de Estado. E aí está o grande problema: elas têm ficado somente no plano da macro-estrutura, mas é na micro-estrutura que elas se efetivam de fato. Isso significa dizer que as políticas dessa natureza não são efetivadas com sucesso na prática.

Após ouvir da pesquisadora um preâmbulo a respeito dos programas que existiram a partir da década de 1980 a 2006, um depoente se espanta com o histórico apresentado e declara não conhecer nenhum dos programas apresentados, mesmo os mais recentes. O excerto abaixo confirma a declaração:

“Pois olha, você me pegou de surpresa. Aqui no colégio nunca vi chegar, não. Não estou lembrado disso. Eu não lembro da escola ter recebido livros do Governo Federal. Não, nunca ouvi falar. Agora estou ouvindo pela primeira vez e de você, ainda. Não, não tenho conhecimento, disso” (Diretor estadual – O Pagador de Promessas).

Essa surpresa revelada pelo diretor denuncia que se a intenção principal dessas ações era criar no país uma política de Estado para o livro e para a leitura, o objetivo não foi alcançado na micro-estrutura. O depoimento acima deixa visível esse desconhecimento de quaisquer programas, inclusive os que tiveram como objetivo enviar livros de literatura infanto-juvenil às escolas o que denota certo distanciamento entre o planejado e o efetivado.

A fala de um outro diretor também demonstra o mesmo desconhecimento em relação ao PNBE:

“Não. Não sei. Desconheço. Pelo exposto, aqui, por você, seria difícil não recordar do Programa” (Diretor estadual – Pluft, o Fantasmilha).

Esse desconhecimento parece ser resultado da falta de comprometimento das instâncias superiores no momento de implementação de políticas públicas seja em qualquer área. Silva (2004b, p. 1), afirma que:

No Brasil, a leitura vai mal porque a escola está muito mal, vivendo carências ambientais e pedagógicas há bastante tempo. Tais carências, por sinal já reveladas e amplamente conhecidas, não vêm sendo enfrentadas com o devido grau de responsabilidade pelos governos; o resultado agora é um critério desolador, cuja transformação depende de volumosos investimentos no sentido de recuperar o ‘tempo perdido’. Sabe-se, por exemplo, que a biblioteca escolar é uma estrutura imprescindível para a produção da leitura e a formação do leitor; entretanto, a sua viabilização concreta sempre fica para depois, fazendo com o ‘provisório’ ou, pior, o ‘inexistente’ seja reproduzido ao longo dos anos. As boas intenções e as grandes metas, visíveis em todas as políticas de leitura de início de governo, terminam em pizza e aumentam o tamanho do desafio na corrente da história.

É de se questionar como pode um programa de abrangência nacional como o PNBE, instituído em 1997, não ser conhecido ou lembrado pelos gestores escolares. Será que esse programa, criado com a intenção de expandir a leitura no Brasil, antes mesmo de ser consolidado, terminou em *pizza*, como afirma Silva?

Pôde-se observar, também, que a maioria dos gestores das escolas estaduais pesquisadas desconhecia a existência do projeto “Literatura em Minha Casa” (Anexo 2), objeto deste estudo.

“Do Literatura em Minha Casa, não. É difícil dizer, porque eu mesmo desconhecia esse Projeto. Não sei até que ponto o pessoal da escola (professores, pedagogos e bibliotecários) tem conhecimento do funcionamento do programa (Diretor estadual – Meus Primeiros Versos).

“Eu não lembro da escola ter recebido livros do Governo Federal, nesta quantidade. Eu fico pensando, se fosse pela quantidade de alunos, teria que vir um número considerado. São em entorno de 250 alunos, não lembro de nenhuma remessa de livros. Mas onde estão esses livros que eu não vi aqui no colégio? Meu Deus, realmente é muito livro! Nunca recebemos isso! Não, nunca vi chegar uma quantidade tão grande de livros! A média é de 5 (cinco) 5ª

séries, são 3 (três) 8ª séries por ano, 35 a 40 alunos por turma, chega a uma casa de 300 alunos, seriam 300 kits, eu nunca vi chegar esses kits. Eu estou tendo uma grande amnésia, mas não lembro desses livros ter chegado, eu não acredito que esses livros tenham chegado e eu não tenha percebido, não é uma coisinha pequena” (Diretor estadual – Palavra de Poeta).

Será que os diretores desconhecem o projeto da maneira como está proposto nos documentos oficiais, ou realmente, esse não chegou às escolas da forma como está apregoado na documentação original?

Durante as entrevistas, a pesquisadora apresentava dados referentes ao PNBE e, em especial, sobre o projeto “Literatura em Minha Casa”. Isso para auxiliar os entrevistados a recordarem de algum fato que os fizesse lembrar dos livros, como por exemplo: formatos, cores, títulos, autores que trazia com ela. Mesmo assim, alguns diretores ainda afirmavam desconhecer o referido projeto. As expressões mais recorrentes eram: “*Eu não lembro!*”, “*Não sei!*”, “*Não chegou!*”, “*Não, eu não vi!*”, “*Ninguém nunca falou nada sobre isso!*”.

De acordo com os relatos dos diretores, o projeto não chegou às escolas como foi concebido. O excerto abaixo confirma tal afirmação:

“Um kit, com livrinhos?! Com certeza se a gente tivesse recebido os kits, a gente tinha feito uma reunião com os pais, a gente ia falar disso primeiro, levar os kits, não todos, mas de repente uma parte e apresentar a comunidade, com certeza. O livro é um bem cultural, um patrimônio” (Diretor estadual – O Vampiro que Descobriu o Baú).

Desse modo, é possível considerar que a implementação de um programa ou de uma política qualquer de intervenção, deve ir além daquilo que está proposto no papel. Os depoimentos revelaram que o que foi planejado não foi executado uma vez que o pensado, o planejado, carregam em si limitações materiais e possibilidades.

De acordo com os dados divulgados pelo FNDE, o PNBE, vem desde 1998, se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais brasileiras. Para

efetivar o que foi determinado na Resolução nº 14 de 15 de Agosto de 2000 (Anexo 5), o MEC afirma ter investido aproximadamente R\$ 236 milhões em livros de literatura infanto-juvenil para distribuição gratuita aos alunos e para a formação de bibliotecas escolares.

Segundo o MEC, a intenção de se instituir o PNBE era garantir aos alunos e professores do ensino fundamental o acesso à cultura e à informação, desenvolvendo o gosto pela leitura. Considerou a 4ª série do Ensino Fundamental um momento decisivo no processo de aquisição da língua escrita. Entendeu ainda que seria necessário continuar estimulando a leitura na 8ª série, bem como continuar a dinamização das bibliotecas escolares. Nesse propósito, o Ministério da Educação considerou também fundamental o apoio e a difusão de programas destinados a incentivar a leitura. Assim, a partir de 2001, o MEC passou a investir parte dos recursos advindos do FNDE no projeto “Literatura em Minha Casa” que, por meio de diferentes ações, investiu em obras literárias destinadas a todos os alunos matriculados na 4ª e na 8ª séries do Ensino Fundamental.

Conforme dados divulgados pelo *site* do FNDE, em 2003, as ações beneficiavam alunos de 4ª série, de 8ª série e da Educação de Jovens e Adultos, professores e ainda 20 mil bibliotecas de escolas com maior número de alunos matriculados de 5ª a 8ª séries no ano de 2003.

Se essa quantidade de investimento financeiro foi destinada a atender essas ações, como se justifica o depoimento desses diretores que declaram que esse investimento não chegou às escolas em que estão diretores?

“Não, na verdade aqui para nós não mandaram nada. Isso desde quando?! Estou surpreso com isso! Não lembro! Para cada aluno?! Nunca aconteceu...” (Diretor estadual – Homens e Caranguejos).

“Eu não tenho lembrança desse investimento por parte do governo federal. Nossa, mas isso é muito livro! Livros nessa quantidade eu nunca vi chegar!” (Diretor estadual – Bisa Bia, Bisa Bel).

A surpresa da quantidade de livros que as escolas deveriam ter recebido do projeto, para entregar aos alunos, denuncia que o projeto “Literatura em Minha Casa” não ganhou a dimensão política necessária para se tornar visível à população. Isso significa dizer que ele não cumpriu o seu objetivo principal.

Como é possível um projeto com tamanho investimento financeiro, com um volume de livros tão grande, não ter visibilidade na escola? Em que instância os elos da corrente se romperam? São questões difíceis de serem respondidas, por isso esta pesquisa, até o momento, não tem condições de dar as respostas.

As entrevistas clarificam o descompasso existente entre o dito e o feito em relação aos programas, aos projetos e as ações, de incentivo à leitura advindas do Governo Federal. No entanto, é importante registrar que o Governo Federal fez uma intensa propaganda sobre essas ações de incentivo à leitura. O Ministério da Educação e a Câmara Brasileira do Livro coordenaram a campanha publicitária “Tempo de leitura” (2001), que promoveu a leitura por meio de anúncios na TV e na mídia impressa de todo o país. A campanha mostrava os livros chegando às escolas. Esse fato abre espaço para outras questões instigantes: a) As propagandas dessa natureza são criadas para divulgarem o que está sendo efetivado ou apenas o que está proposto nos documentos oficiais?; b) A intenção de divulgar é para permitir que a sociedade tome conhecimento das ações ou apenas propagandear projetos que não saem do papel? Tem-se a impressão de que as intenções dos políticos estão cobertas por um nevoeiro que não deixa a sociedade enxergar os ciprestes, pois aquilo que tem uma materialidade explícita na propaganda é invisível na realidade escolar.

É importante considerar que as campanhas carregaram em si as marcas do período e do grupo que as produziram. Se, por um lado, se entende que elas disseminaram a ideologia do grupo dominante, por outro, é natural que não deixassem transparecer as verdadeiras intenções. Freire (2004) diz que a propaganda oculta a verdade. Pode-se dizer que as campanhas de incentivo à leitura oriundas do Governo Federal têm sido utilizadas para propagar a idéia de que o Estado tem investido na formação de leitores. A intenção era fazer com que o povo acreditasse que se estava investindo na educação; com isso, justificava-se a aplicação dos investimentos na área. As campanhas de incentivo à leitura mostraram e têm mostrado uma política que não tem atendido as necessidades reais da escola. Esse fato reafirma o caráter ideológico da propaganda.

Marques Neto (2006, p. 20) deixa transparecer essa preocupação entre o dito e o efetivado quando afirma: “é chegada a hora de o Brasil realizar um movimento nacional, duradouro, suprapartidário, voltado para se criar no país uma política de Estado para o livro e para a leitura”. Os depoimentos dos entrevistados nesta pesquisa deixam transparecer que os responsáveis pela implantação das políticas públicas têm deixado de fora, sem notícias, a principal divulgadora e promotora da leitura: a escola. Isso faz com que o planejado e o divulgado não sejam cobrados, que passem despercebidos no momento da implementação das ações, pois quem irá cobrar um investimento que não conhece na essência?

A posição do governo para justificar e fazer a propaganda do projeto “Literatura em Minha Casa” era a de defender e democratizar o acesso ao livro. Assim, estaria investindo na formação leitora dos educadores, transformando a leitura e a escrita em tema de interesse nacional.

A leitura entra nos discursos dos idealizadores das políticas públicas para o livro e para a leitura como um fetiche por atribuir a ela, de maneira generalizada, a capacidade de salvar a escola de todas as mazelas, legitimando as ações dos representantes de órgãos

oficiais. Em um país como o Brasil, onde o livro não faz parte do cotidiano da maioria da população, a realização de um projeto de incentivo à leitura dessa envergadura é algo que merece todo respeito, admiração por parte da sociedade e do governo. Britto (2003, p. 114), afirma que:

Se o que se quer valorizar é a leitura como um bem público, como possibilidade de cidadania, tem-se que abandonar visões ingênuas de leitura, fortemente ideológicas, e investir no conhecimento objetivo das práticas de leitura e num movimento pelo direito de poder ler. O excluído da leitura não é o sujeito que sabe ler e que não gosta de romance, mas o mesmo sujeito que, no Brasil de hoje, não tem terra, não tem emprego, não tem habitação. A questão do letramento na sociedade contemporânea é uma questão político-social e não de gosto ou prazer!

O mesmo autor salienta que compreender a dimensão política da leitura é entender que esse fenômeno pode levar o sujeito a elaborar um conhecimento de mundo que permite a ele próprio, enquanto ser social, criticar a sociedade em que está inserido, bem como avaliar a sua própria condição de vida. Nesse sentido, pode-se entender a leitura como um ato social capaz de desvendar a ideologia dominante, “que nas sociedades classistas implica a submissão dos trabalhadores aos interesses do capital” (BRITTO 2003, p. 114).

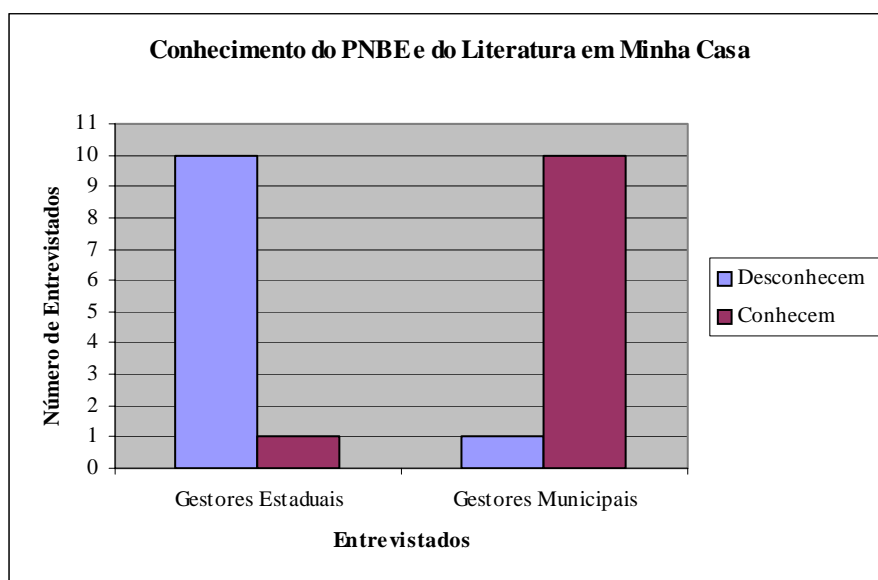
Faz-se mister reconhecer que o enfraquecimento da criação, da difusão e o do acesso à produção literária têm originado uma incapacidade crítica e seletiva do público leitor. Portanto, é preciso que o ‘poder público’ compreenda e assuma sua responsabilidade de incentivar as iniciativas culturais e garantir o acesso a elas. Nessas se incluem o acesso ao livro e as iniciativas de promoção da leitura. Frente ao exposto, pode-se afirmar que não basta o governo apenas criar programas, projetos e fazer campanhas televisivas; é necessário que haja acompanhamento da implementação do programa ou projeto nas escolas, pois é no interior do espaço escolar que ocorre a efetivação das políticas públicas voltadas para a educação, nesse caso, as de leitura. Por mais interessante que seja a propaganda do material distribuído pelos órgãos oficiais, os programas e os projetos só irão ter sucesso se forem

efetivados, atendendo de fato a demanda escolar e o preconizado nos documentos oficiais que norteiam tais ações, deixando assim de se constituírem apenas engodos.

O objetivo do “Literatura em Minha Casa” era integrar a ação familiar e escolar em prol da formação de leitores por meio da literatura infantil e juvenil. Percebe-se, como se afirmou anteriormente, que isso não foi concretizado na prática, uma vez que os diretores afirmaram não terem recebido os livros, como estava na proposta do projeto.

Dos 11 (onze) diretores das escolas estaduais pesquisadas apenas um (um) conhecia o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o projeto “Literatura em Minha Casa” e as campanhas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal. Por outro lado, dos 11 (onze) diretores de escolas municipais somente 1 (um) demonstrou desconhecer essas políticas de promoção à leitura.

Segue o gráfico que melhor explicita esta situação:



Fonte: Pesquisa de Campo – 2006; Organização: Regina Janiaki Copes

Apresentam-se, na seqüência, trechos de depoimentos que melhor elucidam o exposto:

“Eu conheço o ‘Literatura em Minha Casa’” (Diretor municipal – O Pequeno Príncipe).

“O único programa que eu conheço, é esse do ‘Literatura em Minha Casa’” (Diretor municipal – Contos de Estimação).

“Eu lembro desse ‘Literatura em Minha Casa’, mas não lembro de estar recebendo” (Diretor municipal – Poesia Quando Nasce...).

“Um programa com nome e tudo eu não lembro. Mas eu lembro de um que são alguns livros de literatura de vários gêneros, poesia, conto. São livros bem interessantes de se trabalhar” (Diretor municipal – O Rapto das Cebolinhas).

“Eu tenho conhecimento, mas não trabalhei com ele” (Diretor municipal – A Terra dos Meninos Pelados).

“Veio alguns do ‘Literatura em Minha Casa’, não sei se você conhece? É um que a leitura é específica a partir da 4ª série. São livrinhos de vários autores com várias historinhas, tem algumas poesias e contos” (Diretor municipal – Minhas Histórias de Lobato).

Evidencia-se, a partir dos depoimentos, que o projeto “Literatura em Minha Casa” teve maior repercussão na rede municipal. A maioria dos diretores municipais afirma que conhece o “Literatura em Minha Casa”, sem, contudo, tê-lo recebido na escola da forma como estava inscrito nos documentos oficiais de implantação.

“Deu pra entregar pra cada aluno um livro só, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade, vinham dez livros dele, mais dez livros de outro autor, mas não que desse cinco, ou mais de diferentes autores para cada aluno. (...) Veio quinze kits, mais ou menos. A gente não dava um kit inteiro, abria e dava um pra cada um. Se tivesse que vir, teria que vir no mínimo 80 kits” (Diretor municipal – O Pequeno Príncipe).

“Os alunos levavam um, eram abertos os pacotinhos e os alunos levavam pra casa somente um livro e, a gente ia com eles fazendo rodízio até o final do ano, e depois que todos já tinham feito o rodízio daí, sim, levavam para casa” (Diretor municipal – Os Saltimbancos).

“Vieram dois volumes de cada editora. Vieram poucos volumes” (Diretor municipal – A Bolsa Amarela).

Os excertos acima mostraram que houve um distanciamento entre o proposto e o executado, uma vez que os critérios estabelecidos para a distribuição dos livros não foram cumpridos no momento da implementação do projeto. Cada aluno matriculado na 4ª série deveria levar para casa um kit fechado com 5 (cinco) livros, porém não foi o que aconteceu.

Na realidade o que efetivou a implementação do projeto parece dever-se às diferentes estratégias pedagógicas realizadas no âmbito das escolas. Mesmo as escolas não recebendo os kits de livros do projeto na quantidade que deveriam, criaram, de acordo com as suas realidades, alternativas pedagógicas e usaram os poucos kits enviados.

Os depoimentos, a seguir, mostraram as diferentes maneiras que as escolas, tanto municipais como estaduais, encontraram para suprir a ausência dos livros nas mãos dos alunos.

“Nós fizemos umas caixinhas que os professores levam pras salas” (Bibliotecário estadual – Pluft, o Fantasminha).

“Aqui fazemos o rodízio dos livrinhos que vieram” (Diretor municipal – Contos de Estimação).

“Abrimos os poucos kits que chegaram e fizemos um trabalho de incentivo à leitura na sala de aula e eles vão lendo e trocando os livros” (Diretor municipal – O Rapto das Cebolinhas).

“Não deu pra distribuir um kit para cada aluno. Nós não entregamos, montamos uma sala de leitura com esses livros” (Diretor municipal – Nem te Conto).

“Aqui nós incentivamos a leitura na sala de leitura e esses livrinhos já estão bem estragados de tanto as crianças pegarem pra ler” (Pedagogo estadual – A Árvore que Dava Dinheiro).

“Como é da biblioteca do aluno, eles ficam na sala de aula e o professor empresta para eles levarem pra casa e depois eles produzem alguma coisa a respeito do livro e devolvem os livros pra professora” (Diretor municipal – Poesia Quando Nasce...).

“Ficou na escola para ser utilizado nos projetos desenvolvidos pelos professores” (Diretor municipal – Histórias Daqui e Dali).

“Eram muitos alunos, para poucos livros. Os professores montaram uma sala de literatura infantil, para as 5ª séries. Nas salas de leitura foram colocados os livros de literatura que vieram de um projeto do Governo Federal, eram uns livrinhos bem bonitinhos, fininhos. Foi

uma maneira de fazer que todos os alunos tivessem sido atendidos. Essa coleção não veio para cada aluno. Essa sala não existe mais” (Bibliotecário estadual – Palavra de Poeta).

Tais alternativas resolveram o problema já que o projeto não se efetivou na prática – os livros que os alunos deveriam receber e levar para casa não foram entregues a eles.

Alguns entrevistados relataram:

“Vieram alguns volumes que estão na biblioteca” (Pedagogo estadual – Meus Primeiros Versos);

“Vieram. São uns bem fininhos? Ainda tem alguns lá na biblioteca” (Bisa Bia, Bisa Bel);

“Os livros que vêm aqui, vai tudo direto pra biblioteca, a gente vê e coloca tudo direto na biblioteca” (Diretor estadual – Pluft, o Fantasminha).

Após as entrevistas foi necessário que a pesquisadora visitasse as bibliotecas das escolas para verificar se o paradeiro dos livros do projeto “Literatura em Minha Casa”, era mesmo a biblioteca, conforme o explicitado pelos depoentes.

Alguns volumes dos livros, que compunham os *kits* distribuídos pelo projeto, foram encontrados expostos nas estantes das várias bibliotecas escolares estaduais. Em uma delas havia uma estante, no fundo da biblioteca com 20 (vinte) caixas contendo os livros do “Literatura em Minha Casa”. Em cada caixa se encontravam em média 50 a 60 livros os quais ficavam à disposição dos professores que os utilizam nas salas de aulas.

Nas escolas municipais os livros foram encontrados nas salas de aula ou nas salas de multiuso⁴ onde os alunos têm aula de leitura utilizando os livros do projeto “Literatura em Minha Casa”.

A falta de articulação entre a implantação e a implementação das políticas públicas voltadas para a formação de leitores é comprovada, mais uma vez, pelos depoimentos dos responsáveis pelas bibliotecas escolares. Um bibliotecário de escola estadual ao ser inquirido sobre o “Literatura em Minha Casa” respondeu que não havia essa coleção na biblioteca. O bibliotecário não sabia da existência do projeto e, por conseguinte, dos objetivos deste.

Outros bibliotecários estaduais deram como respostas:

“Eu não lembro se chegou”; “Não. Não chegou nada disso...”; “Devem estar naquela estante ali”; “Esses livros da coleção, os alunos emprestam e levam pra casa”; “Os professores usam eles para fazerem trabalhos em sala de aula”; “Não foi distribuídos diretamente pros alunos, porque não tinha como”; “Levam devolvem, daí outros levam”; “Veio um pouco e ficou na biblioteca”; “Essa é a que mais procuram para leitura tanto os professores para os projetos de leitura, como os alunos, estão sempre atrás dos livrinhos” (responsáveis pelas bibliotecas escolares estaduais).

As respostas demonstraram a falta de divulgação da proposta política e dos objetivos do projeto “Literatura em Minha Casa”, a qual deveria ser feita pelos órgãos oficiais para que esses profissionais, que estão atuando como promotores da leitura dentro das escolas, pudessem executar tal política com competência. É no mínimo estranho que dentro das bibliotecas escolares não sejam conhecidos os objetivos de uma política nacional de incentivo á leitura como essa.

⁴ Multiuso: sala de aula em disfunção utilizada como sala de vídeo, biblioteca e leitura. É disponibilizada aos professores mediante agendamento semanal, quinzenalmente ou de acordo com a programação pré-estabelecida pelo professor.

Qualquer iniciativa no âmbito de uma instituição escolar, para que produza o efeito desejado, precisa estar inserida no projeto político-pedagógico da escola e ser elaborado coletivamente pela comunidade escolar. Vale lembrar que, por um lado, as políticas públicas não oferecem subsídios suficientes para que as suas ações sejam concretizadas na prática. Por outro lado, os profissionais, que atuam como executores dessas ações não têm a curiosidade de conhecer e saber como deveriam agir frente a essas iniciativas governamentais, isto é, não buscam e nem exigem qualificação específica na área. A afirmação não tem o intuito de dizimar a falta de comprometimento dos profissionais da educação e nem das políticas, mas clarificar o descompasso e o descomprometimento de ambas as partes.

Portanto, se essa política de distribuição de livros tinha a intenção de transformar o Brasil em um país de leitores, deveria ter como meta também a formação de profissionais preparados e aptos para desenvolverem tais ações.

Pode-se dizer que o projeto “Literatura em Minha Casa” foi uma política limitada. O relato abaixo reafirma que a política pública de incentivo à leitura com o objetivo de entregar livros de literatura infanto-juvenil aos alunos, não foi eficaz, pois não atingiu plenamente o seu ideal.

“Não é para o aluno! É para a biblioteca da escola. Ele pode emprestar, mas depois devolve. Pra eles ficar com os livros? Não me lembro! Eles usam as coleções dentro da escola. Temos os livros encapados para eles usarem por mais tempo” (Diretor estadual – O Vampiro que Descobriu o Baú).

O projeto foi mal entendido dentro das escolas?

Na escola estadual “Eu Chovo, Tu Choves, Ele Chove”, o diretor, ao ser indagado sobre os livros, respondeu enfaticamente: *“Pro aluno levar pra casa?! Não aconteceu! Temos*

recebido livros pra biblioteca, livros para o fundamental, mas pra biblioteca". Quando a ele foi insistido a respeito dos objetivos do projeto e do paradeiro dos livros, este mesmo diretor respondeu de maneira interessante:

"Mas é isso que eu estou dizendo, nós não recebemos livros pra minha casa. Nós recebemos livros para a minha escola! Recebemos uma, duas caixas, mas são livros pra biblioteca, pra serem utilizados pelos alunos. Não veio pra ele levar pra casa. Livros de literatura, pra criança levar pra casa?! Aqui, não teve!" (Diretor estadual – Eu Chovo, Tu Choves, Ele Chove).

A pesquisadora argüiu novamente o diretor: *"Mas esses livros não deveriam ser doados aos alunos para que estes os levassem para as suas casas?"*. O diretor contra argumenta: *"Livros pra casa?! Não veio!"*. E apontando o dedo para si próprio respondeu: *"Veio, sim! Para a minha escola!"*.

Esse estranhamento em relação ao projeto "Literatura em Minha Casa" pode ter fundamento no descaso com que as políticas públicas são implementadas. Nesse caso, como se pôde ver nos depoimentos, os profissionais que atuam dentro das escolas têm sido desconsiderados e desconsideram o momento das formulações das políticas.

Cabe ao Estado, no momento da implementação das políticas públicas, criar e ampliar as possibilidades de difusão dessas políticas. Se a intenção é construir uma nação de cidadãos leitores, é imprescindível o acesso democrático ao livro. Sendo assim, as políticas públicas precisam ser mais divulgadas para que todos tenham conhecimento dos propósitos de implantação e possam cobrar dos responsáveis, no momento da implementação, aquilo que foi verdadeiramente proposto.

A ineficiência das políticas públicas tem atingido a todos dentro dos ambientes escolares. Diante dessa afirmação, também foram entrevistados os pedagogos que são, dentro

das escolas, os responsáveis em auxiliar, criar, dinamizar e promover o desenvolvimento de atividades pedagógicas, uma vez que a esses profissionais cabe o processo de mediação entre diretores, professores e alunos.

Segundo os órgãos promotores e divulgadores do “Literatura em Minha Casa”, era de responsabilidade da escola executar e divulgá-lo na comunidade. No entanto, quando aos pedagogos se perguntou sobre as atividades relacionadas à implementação do projeto revelaram, além do desconhecimento, do distanciamento, uma certa insatisfação profissional. Alegaram que não foram incluídos no processo, nem pela direção da escola e nem pelo governo. Os trechos abaixo exemplificam a afirmação:

“Esse programa “Literatura em Minha Casa” eu não sei o objetivo. Não cheguei a ver. Se as coleções chegaram e se foram distribuídas para todos os alunos matriculados nas séries. Nunca presenciei” (Pedagogo estadual –Bisa Bia, Bisa Bel).

“Quando os livros chegaram? Nossa, mas eu não sabia disso! Era pra entregar para os alunos?! Nunca vi nada disso aqui na escola! Nós pedagogos nunca ficamos sabendo de nada. Quando a gente fica sabendo as coisas já se passaram. O nosso trabalho é só ficar apagando incêndio” (Pedagogo estadual – Minhas Histórias de Lobato).

Os depoimentos apresentam as insatisfações manifestas pelos pedagogos em relação ao seu papel como intermediários na ação pedagógica, se sentem excluídos do processo educacional no momento da implementação dessas políticas. Essa angústia expressada pelos pedagogos os impedem de agir como deveriam. Afinal, quais os outros profissionais que podem, ao lado dos professores, abrir caminhos para a dinamização da leitura, se não os pedagogos?

No momento em que as políticas públicas voltadas para a educação são implementadas dentro das escolas, precisam atender as necessidades da realidade escolar. Sem esses cuidados, os programas e ou os projetos não surtem efeito algum, podem não ser eficientes para se avançar naquilo que se pretende. O Estado, ao formular políticas públicas especificamente para área da leitura, precisa também investir na formação dos profissionais responsáveis por dinamizá-las. Portanto, propiciar conhecimento, e isso inclui a informação, traz resultados positivos para a concretização dos programas e projetos nas instituições escolares.

Se o que se deseja com a implementação de programas e projetos de incentivo à leitura dentro das escolas é a formação de alunos leitores críticos, capazes de agir perante os obstáculos que lhes forem aparecendo na vida, então é preciso que se invista no professor como pré-requisito básico para o cultivo da leitura na escola. Conforme Silva (1995, p. 19),

o professor é o intelectual que delimita todos os quadrantes do terreno da leitura escolar. Sem a sua presença atuante, sem o seu trabalho competente, o terreno dificilmente chegará a produzir o benefício que a sociedade espera e deseja, ou seja, leitura e leitores assíduos e maduros.

Ainda de acordo com Silva, o professor é aquele que prepara a terra, aduba e limpa o terreno para o plantio da leitura. É aquele que seleciona a semente, que combate as ervas daninhas e outras pragas que podem colocar em risco toda a safra de leitura e de leitores.

Ao se tratar de políticas públicas de leitura o professor, enquanto mediador, dinamizador dessa prática dentro da escola, merece maior atenção no momento da implementação dessas políticas.

O projeto “Literatura em Minha Casa” apresenta mais uma das suas contradições. O prescrito na Portaria nº. 584, de abril de 1997 do Ministério da Educação e do Desporto, não foi cumprido, também nesse aspecto, uma vez que os professores não receberam nenhum apoio técnico e material do MEC no momento da implementação.

Os depoimentos dos professores denunciam que existe mais uma incoerência do projeto. Ao se questionar se haviam sido orientados sobre os objetivos do projeto; se participaram de cursos ou de alguma reunião cuja intenção era abordar a implementação do “Literatura em Minha Casa” nas escolas, deram como respostas: *“Que eu lembre não”*; *“Como professor eu não tive conhecimento”*; *“Nunca fui chamado para participar de orientação sobre esse projeto”*; *“Não houve reunião para divulgar isso”*; *“Pois olha, eu fiquei sabendo quando vi alguns volumes na biblioteca”*; *“Teria sido muito bom se os professores tivessem sido orientados sobre o programa”*; *“Mas, me parece que está faltando um pouco de subsídio, um pouco de informação aos professores a respeito do programa”*; *“Os professores não estão sendo informados ou motivados para trabalhar com o projeto”*; *“Os Programas saem grande de lá, chegam pequenos aqui, ficam só na base da boa vontade e, neste caso o professor faz o que pode”* (Professores estaduais e municipais).

Pelos depoimentos pode-se dizer que o professor também foi deixado de lado no momento da implementação do projeto nas escolas. Se a intenção era democratizar a cultura, o ideal seria socializar as informações. Nesse caso, possibilitar o acesso à leitura e às formas legítimas de praticá-la é o mesmo que inserir os excluídos do processo no processo.

A informação e a preparação do profissional no ato da execução dos programas e projetos seriam a dobradinha perfeita para o sucesso dessas políticas. Por sua vez, os profissionais não se considerariam excluídos, mas incluídos no mundo da cultura. Ao se apropriarem das práticas culturais legítimas, transformariam, modificariam e contribuiriam ao transmitir seus modos de apropriação aos novos leitores para a criação de novas formas de relação com a cultura do impresso (CHARTIER, 1996).

Esta pesquisa aponta, além do distanciamento dos diretores, da ausência dos livros nas mãos dos alunos, do despreparo dos responsáveis pelas bibliotecas escolares e do

sentimento de exclusão dos pedagogos e professores ao projeto “Literatura em Minha Casa” outras situações que merecem destaque.

Em entrevista com os diretores e pedagogos das escolas municipais a pesquisadora se surpreendeu quando alguns diretores declararam que existiam livros do “Literatura em Minha Casa” nos depósitos de material reciclável. Os depoimentos sustentam o exposto:

“...esse livros, a maioria deles foi vendido, você tenha certeza disso. Os mais pobrezinhos e, aqui a maioria se encaixa nesse situação, levam pra casa e os pais nem ligam, não querem saber de ler, mesmo porque a maioria não sabe ler ou mal consegue escrever o próprio nome. Esses, muitas vezes, não valorizam o livro e acabam pegando o livro e vendendo no material reciclado. Vendem por algum trocado que dá pra comprar um pedaço de sabão, um pacote de leite...A cultura deles é diferente da nossa, eles não vêem isso como uma coisa que pode ajudá-los a mudar de vida. É a necessidade imediata. Só pra você ter uma idéia , outro dia uma aluna levou um livro desses pra ler em casa, que o professor mandou. E no outro dia o professor perguntou se ela trouxe o livro, ela começou a chorar e disse que a mãe tinha arrancado uma folha pra acender o fogo. É assim, a gente fica sabendo que arrancam as páginas para enrolar o fumo pra fazer o cigarro. É assim...” (Diretor municipal – A Fada que tinha Idéias).

“Outro dia o homem do recicle veio aqui com alguns livros do “Literatura em minha casa” e disse: Olha diretor, eu vim doar pra escola esses livrinhos aqui. Quando eu peguei, vi que eram do projeto. Ele disse que as crianças sempre vão lá vender o livro como papel reciclado. Ele disse: Eu tenho dó dos livros por isso guardei e agora estou doando pra escola” (Diretor municipal – Conversa de Poeta).

Após esses relatos, a pesquisadora resolveu averiguar a situação indo aos pontos de material reciclável. Nessa ocasião não foi permitida a gravação da conversa, por isso, se fez necessário a utilização de registros escritos no diário de bordo. Conforme a resposta do gerente do estabelecimento, eles compram livros velhos e que, “*os de historinhas, mesmo velhinho a gente separa e manda pras escolas ou a gente vende nos sebos*”. Esse ponto de recolha de material reciclável está localizado em uma região perto de várias escolas municipais e duas estaduais.

O próximo passo da pesquisa foi visitar alguns sebos da cidade para averiguar se existiam livros do “Literatura em Minha Casa” à venda. Nesse caminhar encontraram-se alguns volumes. A pesquisadora explicou ao atendente que aqueles livros eram doações do governo federal aos alunos das escolas públicas, portanto, não poderiam estar ali. O vendedor respondeu: “*Mas são eles mesmos que vêm vender aqui e nós não sabíamos disso*” e sem jeito retirou as obras da estante dizendo que iria devolvê-las na escola mais próxima.

Na tentativa de descobrir o paradeiro dos poucos livros do “Literatura em Minha Casa” que chegaram às escolas a pesquisadora foi um pouco mais adiante nessa investigação percorrendo, ainda, os sebos *on line* (http://www.estante_virtual.com.br). Ali foram encontrados à venda alguns volumes de livros que fazem parte do projeto.

A presente pesquisa constatou que os livros não são prioridade para as famílias e nem para os alunos, não porque não sejam importantes, mas porque muitas vezes nem a alimentação pode ser comprada adequadamente. Assim, os livros tornam-se produto de última necessidade contradizendo o *slogan* “livro é gênero de primeira necessidade” produzido pelo cartunista Ziraldo para a campanha “Viagem da leitura”.

Nesse sentido, crianças, jovens e adultos não se formarão leitores mesmo que haja belíssimos programas de formação de leitores com a intenção de incluí-los no processo. E isso não porque eles não queiram, mas porque estão objetivamente excluídos do mercado do

consumo de livros e dos espaços sociais em que os conhecimentos e capacidades relacionados à leitura são importantes.

Assim, falar em formação de leitores pressupõe pensar em bibliotecas atualizadas, confortáveis, bonitas, não somente no centro da cidade, mas também em bairros de periferia para que aqueles que não estejam nas escolas possam ter acesso ao livro. Um projeto de promoção da leitura que visa doar livros aos alunos para que esses possam levá-los para as suas casas precisa ser repensado considerando a situação sócio-econômica precária em que se encontra a maioria dos brasileiros. A família é considerada como um dos canais determinantes para a formação de leitores, mas a sua dificuldade em acessar os livros justifica a ausência de condições para a prática da leitura em casa. A formação de leitores é resultado dessa ação conjunta entre a família, a escola e a sociedade. Faz-se necessário pensar em uma política mais concreta que atenda na dimensão micro estrutural e que entenda o livro como um instrumento cultural de difusão de idéias, documentação, entretenimento, condensação e acumulação de conhecimentos (CAVALLO; CHARTIER, 1999).

Em um país como o Brasil, que apresenta um alto índice de pobreza, o livro, meio de transmissão do conhecimento, perde a sua majestade, deixa de ser o suporte cultural da humanidade e passa a ser um bem que pode ser trocado, vendido e até usado como substituto de outro bem necessário à sobrevivência.

A sociedade brasileira vem carregando as marcas das injustiças sociais e econômicas há mais de 500 anos. Hoje, o livro que na Idade Moderna se tornou símbolo de poder e ascensão social do indivíduo (CAVALLO; CHARTIER, 1999), parece ter se tornado um bem sem valor cultural. Esse fato é constatado quando os livros que fazem parte de um projeto governamental, como o “Literatura em Minha Casa” são encontrados à venda em sebos e em pontos de material reciclável. Isso significa dizer que para determinados grupos sociais o livro não tem o mesmo valor cultural.

Melo (2003) afirma que a imprensa veio para atender às necessidades crescentes de produção de livros, a fim de satisfazer às solicitações da elite cultural, atender à necessidade popular de obter informações e manter em dia os acontecimentos da época, servindo ainda como suporte para o desenvolvimento das atividades da nova classe social que estava nascendo: a burguesia comercial e intelectual.

Relacionando o exposto por Melo às informações obtidas nesta pesquisa, pode-se dizer que, ao se implantar uma política pública para o livro e para a leitura, é preciso também pensar e dar condições que garantam a todos o direito ao acesso ao livro e a leitura. Com isso se quer afirmar que os investimentos devem estar voltados não só para o momento de implantação, mas também ao da implementação dessas políticas públicas nas escolas. No caso das ações voltadas à formação de leitores, esses investimentos precisam estar articulados para que, de fato, a leitura se torne, na comunidade e na escola, uma prática cultural e dessa forma se resgate a importância do livro.

O livro, de acordo com Febvre e Martin (1992), exerceu grande influência na formação do espírito humano e na difusão das idéias e dos acontecimentos. Pelo encontrado nesta pesquisa, tem-se a impressão de que o livro continua servindo a uma seleta clientela específica, aquela em que o hábito da leitura se tornou uma prática cultural.

No século XVIII, o livro esteve nas mãos de um círculo social restrito. Chartier (1993) afirma que, na contemporaneidade, a situação não mudou muito, a parcela de leitores continua limitada. A compreensão de como diferentes grupos sociais organizam e constroem historicamente suas formas de leitura e preservação do livro pode explicitar diferenças socioculturais. Ainda de acordo com Chartier (1990 p. 81):

a constituição de uma escala de diferenciação socioculturais exige então que, paralelamente aos índices de frequência de determinados objetos, em um determinado meio, sejam recuperadas, nas suas diferenças, as suas práticas de utilização e consumo.

Portanto, as formas de distribuição e de acesso aos textos escritos são diversificadas e marcadas por outros traços que denunciam a não exclusividade do poder de compra do próprio impresso. A definição social das representações e das práticas culturais não pode estar reduzida “às hierarquias das condições socioeconômicas. (...) trata-se de compreender como diversos meios e comunidades usam e interpretam de várias formas um mesmo artefato” (CHARTIER, 2001, p. 66). Isso significa que, na circulação e na apropriação de bens culturais, a diferença mais importante nem sempre é a diferença socioeconômica.

Pensar que a diferença socioeconômica é aspecto determinante é o mesmo que limitar a compreensão histórica das práticas culturais. É importante “mesclar, cruzar diversos critérios que permitem dar conta das diferenças que se observam na circulação dos artefatos culturais” (CHARTIER, 2001, p.67).

Um dos fatores necessários para a existência de leitores no Brasil é que a escola precisa formar leitores. Todavia a história da educação brasileira é uma história de exclusão sociocultural e, por isso, de ascensão de uma elite econômica que se beneficia de uma crescente mercantilização do saber. Nesse entender, é preciso questionar se as políticas educacionais brasileiras têm como fim o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual ou, se pela forma como são implantadas e implementadas, reforçam as diferenças socioculturais no país.

Isso posto, necessário se faz, elencar algumas considerações sobre o projeto “Literatura em minha Casa”: a) ele pode ser definido como uma política pública, no campo do livro e da leitura, que se caracterizou pela mera distribuição de livros com poucos critérios sobre a qualidade da aplicação, dentro e fora das escolas; b) não apresenta definição de estratégias de acompanhamento e avaliação do projeto; c) o Estado, como agente de controle e como consumidor, definiu e determinou os livros que os alunos iriam ler e; d) pelo conteúdo

propagandista, pelas estratégias de implantação, pelos recursos de grande monta investidos⁵, se enquadra como política de governo e não como política pública de Estado.

Para justificar o montante de recursos financeiros que demandou o “Literatura em Minha Casa” o MEC assegurou ser esse o maior projeto de incentivo à leitura do mundo e considerou como uma iniciativa pioneira no tocante à formação da biblioteca particular dos estudantes. O MEC justifica ainda, que o quadro de investimento no projeto faz muito sentido no Brasil, devido aos péssimos resultados da educação brasileira obtidos nas avaliações que medem o rendimento escolar dos alunos, como PISA e Prova Brasil. O governo federal acreditou que apenas a distribuição de livros aos estudantes bastaria para mostrar que exerceu o seu papel na área da educação e, com isso, resolveria os problemas apontados nas avaliações.

A partir do exposto, vale perguntar: O que representa uma política pública de distribuição de livros de literatura “em minha casa”? O que significa distribuir livros diretamente aos alunos se o governo despreza as instituições mediadoras como a escola deixando-a à margem do processo? Qual o sentido da distribuição do livro pelo Estado para formar o acervo literário em “minha casa”?

A primeira questão levantada pode ser vista sob uma perspectiva assistencialista porque evidencia o descompromisso do Estado com a superação das contradições que marcam a sociedade brasileira e o avanço de ações de caráter emergencial para atender aos menos favorecidos. Assim, como há programas de assistência social – Merenda Escolar, Bolsa Família, Transporte Escolar – os alunos passam também a receber gratuitamente livros de literatura.

⁵ O Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou, em 2002, ao governo de Fernando Henrique Cardoso uma pesquisa para avaliar os rumos do projeto “Literatura em Minha Casa” em função do seu alto investimento e diversas denúncias do não cumprimento das finalidades do Projeto, mas não foi atendido. Em 2005, a Secretaria de Educação Básica (SEB) em parceria com a UNESCO, financiadora formal da pesquisa, solicitou à professora e pesquisadora Dr^a. Jane Paiva uma avaliação diagnóstica sobre o referido projeto. Conforme relatório concluído em 2006 o PNBE se manteve apenas como um grande distribuidor de livros sem acompanhar o Projeto em sua fase de execução.

Se considerarmos uma das justificativas dadas pelo MEC que o projeto tinha como meta superar a baixa qualidade da educação, o significado de distribuir livros diretamente aos alunos pode se apresentar como um nevoeiro que encobre a baixa qualidade da escola pública, denunciada constantemente pelos baixos resultados do desempenho escolar dos seus alunos.

No entanto, a mera distribuição de livros, embora com qualidade, com critérios de seleção, mas sem um projeto de formação de educadores-leitores, sem escolas com acervos, com professores sem condições materiais e físicas de trabalho, não é suficiente para promover leitores e, por conseqüência, uma educação de qualidade.

Com referência ao sentido da distribuição do livro pelo Estado para formar o acervo literário em “minha casa” essa distribuição aparece como uma ação “mágica” para reverter o quadro da leitura no país. A medida tomada pelo governo de distribuir livros no sentido de contribuir para a formação da biblioteca particular do aluno, tem um caráter propagandista que busca encobrir as mazelas da escola pública. Existe uma ideologia dominante que aponta para o fato de que a ausência do livro no seio das famílias carentes financeiramente é o que afeta os resultados na aprendizagem dos alunos.

Há a necessidade de se desenvolver políticas públicas para o livro, para a leitura e para a formação de biblioteca de qualidade a fim de se chegar às ações concretas para reverter a qualidade da educação brasileira, uma vez que os dados divulgados pelo MEC em 2007 mostraram que o Brasil apresentou um resultado muito baixo em competências leitoras.

É preciso compreender que o sucesso de uma política para a formação de leitores, que venha impactar a qualidade da educação, exige, sobretudo, pensar na formação continuada dos profissionais da educação que são sujeitos ativos na mediação do processo de despertar o gosto de ler. A questão é tornar os professores e bibliotecários-leitores familiarizados com a leitura e a escrita para atuarem, com autonomia e criatividade, na formação de estudantes leitores. E, para isso, não há receitas. Exige-se que essa prática se

torne cultura no cotidiano profissional e pessoal de todos aqueles que estão diretamente trabalhando com os alunos. Não há possibilidades de se formar leitor sem a convivência diária com os livros ou sendo leitor de um só livro. Isso implica dizer que, quando se trata da leitura, a quantidade tem relação direta com a qualidade. Isto é, leitores se formam pelo contato direto com o maior número possível de livros lidos, isso vale tanto para os mediadores – professores e bibliotecários – quanto para os alunos.

Para tanto, é necessário que se implementem políticas públicas de leitura que ultrapassem a mera distribuição de livros, ainda que de qualidade. Uma política pública para a formação de leitores exige, sobretudo, investir na formação continuada de professores para que possam dar às suas práticas pedagógicas novos sentidos à leitura e assim, redespertar o gosto pela leitura em seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é uma estratégia fundamental para o homem compreender, de forma crítica, os seus anseios e a realidade cotidiana em que está inserido. Nesta pesquisa, procurou-se mostrar a escola como um segmento sócio-educacional a qual tem um papel primordial no processo de formação de leitores críticos, uma vez que ela abre um leque de possibilidades para transformar seus alunos em leitores.

O poder público entra como parceiro da escola nesse processo não só por implantar políticas públicas para a formação de leitores, mas por criar condições de melhoria, tanto de acesso ao livro como de medição da leitura. As políticas públicas de incentivo à leitura devem priorizar a escola, que é o espaço em que ocorre o processo ensino/aprendizagem.

Dessa maneira, quando se trata de analisar as políticas públicas, devem ser levadas em consideração as bases sobre as quais repousam essas políticas – sendo uma delas a escola. É preciso compreender que existe uma lacuna e que esta é decorrente da inexistência de demandas articuladas que possam atingir, a partir da base (escola), tanto as instâncias mediadoras (Secretarias de Educação) como a cúpula decisória (governantes).

O foco desta pesquisa esteve em analisar o projeto “Literatura em Minha Casa” da sua implantação à sua implementação no município de Ponta Grossa, Paraná, devido ao fato de ele estar no cerne das políticas públicas de incentivo à leitura nos últimos anos.

O estudo teve como objetivos perceber as contradições entre a proposta de implantação e o que foi implementado; as ações efetivas da escola para desenvolver aquilo que estava proposto nos documentos do MEC; verificar se os profissionais que atuam nas escolas como mediadores de leitura, conheciam os programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura advindos do Governo Federal; compreender como a leitura e a formação de leitores vêm sendo tratadas nas publicações oficiais e, além disso, saber quais as concepções

de democratização de bens culturais que vêm orientando a disseminação desses discursos na sociedade.

Escolheu-se o “Literatura em Minha Casa” porque ele teve como proposta destinar coleções literárias infantis e juvenis aos alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental para que esses as levassem para casa e, dessa forma, fazer da leitura uma prática cotidiana. O projeto pretendeu incentivar e democratizar a leitura entre crianças, jovens e seus familiares e teve também a intenção de, aos poucos, ir ampliando essa política às demais séries.

Os primeiros passos da pesquisa foram em direção aos documentos advindos do MEC que divulgaram o “Literatura em Minha Casa” (leis e resoluções de órgãos oficiais), bem como outros documentos que circularam paralelamente na sociedade (folhetos, *folders*, jornais e revistas), para conhecer o proposto e posteriormente entender o que foi implementado. Nesse caminho, os documentos oficiais ligados à implementação das políticas de leitura foram analisados com o objetivo de iluminar a relação entre a proposta do projeto e o seu desenvolvimento na prática. As informações sobre a implementação foram obtidas por meio de entrevistas com diretores, pedagogos, professores e responsáveis pelas bibliotecas das escolas Estaduais e Municipais.

Tornou-se relevante considerar às estratégias utilizadas pelo MEC para divulgar e estimular o projeto. Embora o Ministério da Educação tenha produzido propagandas televisivas e outros meios como cartazes – que, por seu conteúdo e qualidade estética, deveriam ser utilizados como fontes de inspiração, apoio e incentivo para despertar o interesse pela leitura nas crianças, nos jovens, nas famílias, enfim, na escola como um todo (diretores, pedagogos, professores e bibliotecários) – as campanhas não surtiram o efeito esperado, não refletiram nem dentro nem fora da escola.

Os alunos foram parcialmente beneficiados pelo projeto e, na medida do possível, leram os poucos livros que chegaram às escolas, principalmente quando o professor

desenvolvia alguma atividade relacionada com a leitura em sala de aula ou quando emprestavam da biblioteca.

Pelo estranhamento dos diretores, pedagogos, professores e bibliotecários em relação ao projeto, ficou evidente que os livros não chegaram às escolas na quantidade que deveriam chegar, ou seja, não chegaram na quantidade necessária para entregar uma coleção a cada aluno matriculado nas séries (4^a, 5^a e 8^a) contempladas. Conseqüentemente, os alunos e seus familiares não se relacionaram com os livros conforme os objetivos do projeto. Portanto, essa política não foi eficaz.

Pode-se constatar que alguns volumes dos livros que faziam parte da coleção “Literatura em Minha Casa” se encontram nas estantes das bibliotecas das escolas estaduais e nas salas de aula das escolas municipais à disposição dos alunos para empréstimo. Uma outra situação averiguada foi que alguns dos livros foram parar nos pontos de materiais reciclados, nos sebos da cidade e nos sebos *on line* para serem vendidos.

Os profissionais entrevistados salientaram também o fracasso do “Literatura em Minha Casa” e das campanhas realizadas com o objetivo de divulgá-lo. Demonstraram o desconhecimento das políticas públicas de incentivo à leitura em âmbito geral. Alguns alegaram que não tiveram acesso às informações necessárias para implementação do projeto na escola comprovando que ele se perdeu frente aos desencontros de informações.

Os diretores das escolas estaduais demonstraram total distanciamento das ações governamentais na área da leitura. Por outro lado, os diretores das escolas municipais pesquisadas, embora não recebendo os livros como estava proposto na documentação oficial, informaram que conheciam o projeto.

A maioria dos diretores acabou por conhecer o “Literatura em Minha Casa” durante as entrevistas só reconhecendo o valor cultural do projeto após um preâmbulo sobre as ações governamentais de incentivo à leitura.

Os professores declararam trabalhar com as obras em sala de aula, disponíveis nas bibliotecas para empréstimo aos alunos. Alegaram que não receberam os manuais de orientação por isso desconheciam o projeto em sua totalidade. Assim a mediação dos professores também foi muito limitada.

Outro ponto a ser considerado focaliza como os pedagogos das escolas estaduais que participaram da pesquisa atuaram frente aos propósitos do projeto. A maioria desses se colocaram à margem do plano, isto é, não desenvolveram nenhuma atividade como mediadores de leitura. No entanto, alguns dos profissionais – diretores, pedagogos, professores e bibliotecários – tanto das estaduais como das municipais, mesmo sem conhecer na íntegra os objetivos do projeto, não perderam tempo e não desperdiçaram os poucos livros que chegaram, criando alternativas pedagógicas e desenvolvendo várias atividades. Uma das alternativas encontradas foi a montagem da sala de leitura, porém em muitas das escolas essas salas já não existem mais, uma vez que os livros foram envelhecendo. Como não houve renovação dos livros, e não havia um profissional capacitado que estivesse disponível dentro da escola para desenvolver atividades de leitura com os alunos, as salas de leitura foram perdendo aos poucos o seu valor e foram desativadas.

É possível afirmar que a capacitação dos profissionais contratados para a administração das bibliotecas escolares, a capacitação dos professores como mediadores da leitura é tão necessária quanto à distribuição de livros. Posto que, quanto maior a formação dos profissionais que irão atuar como promotores da leitura, maior será a possibilidade de se fazer uma educação bem sucedida (BRITTO, 2003).

Embora as intenções dos programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura emanados do governo federal, pareçam ser boas, tornam-se, na maioria das vezes, insignificantes. Com isso, a formação do leitor acaba sendo interrompida pelas constantes

mudanças de governo. Isso significa dizer que não existe uma política mais consistente e contínua para a área.

Faz-se necessária a informação correta da intenção dos programas e dos projetos aos profissionais da educação para que as ações voltadas para a área da leitura sejam implementadas com segurança e seriedade. Isso seria imprescindível para se atingir a representação de leitor desejado que estaria subjacente nas propostas de formação de leitor.

Em decorrência disso, é importante questionar a que tipos de sujeito se dirigem os programas, os projetos e as campanhas de leitura.

Conforme Britto (2003, p. 120), o leitor beneficiado pelos programas

é alguém que já sabe ler (..), mas que, por razões a serem investigadas – falta de motivação, tipo de leitura disponível, necessidade pragmática, modo de vida -, não lê ou pelo menos não faz certas leituras consideradas importantes para a cidadania.

O mesmo autor afirma que a sociedade capitalista, na forma como está estruturada, é excludente. Diante disso, a formação de leitor necessita ser entendida em sentido mais amplo como ações de letramento e não só como uma questão de gosto ou de prazer. A leitura é uma ação cultural. Neste caso, é um ato de posicionamento político diante do mundo. Pode-se afirmar que a promoção da leitura é um dever político.

Toda essa situação demonstra a importância da leitura numa sociedade grafocêntrica como a nossa. Não basta somente saber ler e escrever. É preciso fazer uso dessas habilidades, responder às exigências sociais da leitura, interagir com objetos reais, vivenciar situações concretas. São esses os motivos que justificam a proliferação de políticas e programas de leitura.

Nos últimos 30 (trinta) anos não faltaram programas, projetos, movimentos e leis que visaram à mudança do quadro cultural no Brasil. Verificou-se a intenção de melhorar o desempenho dos leitores existentes, interferir na formação do público leitor e fornecer material de leitura acessível. Sendo assim, espera-se que os programas, os projetos e as

campanhas de incentivo à leitura tenham impacto sobre o ambiente onde as políticas públicas dessa natureza se efetivam – a escola.

Segundo Perrotti (1990), existem três situações distintas e que precisam ser enxergadas pelo Estado no momento da implantação de qualquer programa: uma é prover escolas e bibliotecas com livros, outra é fornecer materiais bibliográficos e serviços de atendimento de qualidade à comunidade e, mais distinto ainda, é o impacto sobre as condições de vida dos beneficiários dessa política no que se refere às dimensões educativas do fenômeno da leitura. Nas palavras de Perrotti (1990, p. 17),

Acreditar, nos nossos dias atuais, que soluções atentas exclusivamente aos níveis operacionais das questões culturais possam conduzir a novo estado de coisas é fechar os olhos a uma realidade extremamente cambiante, que não se rende a fórmulas passadas. Na verdade, a formação de leitores em nossos dias exige bem mais que possuir ou ter escolas e bibliotecas em pleno funcionamento.

Nesse contexto, a questão é entender como se caracteriza a produção de conhecimento sobre a efetiva vida cultural do sujeito, entendida como o conjunto de práticas e atitudes que têm uma incidência sobre a capacidade do homem de estar no mundo e nele se situar, de se exprimir, e de se comunicar, dizer uma palavra verdadeira, transformar o mundo. Dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens (FREIRE, 1987).

A vida cultural do indivíduo não se faz apenas através do uso do chamado tempo livre e do dispêndio de dinheiro, mas comporta também atitudes em períodos em que o que domina não parece ser cultural, como o tempo do trabalho, o do transporte, o das atividades de lazer e religiosas. Conhecer estas várias faces do cotidiano é fundamental para a formulação de políticas públicas coerentes na área. O quadro relativo ao hábito de leitura no Brasil só poderá melhorar quando todos os segmentos sociais tiverem uma postura de valorização do livro. Isso surgirá com a facilitação do acesso a ele, melhores opções de leitura e de atividades em torno dela.

Todavia, o Estado precisa, ao implantar uma política pública de incentivo à leitura, garantir que essa repercuta na sociedade geral e principalmente dentro das instituições escolares. E dessa maneira, poder avaliar não só a melhoria do ensino no âmbito da leitura e da escrita, mas também saber se as ações estão ou não alcançando os objetivos socioculturais a que se propuseram os programas e os projetos governamentais implementados nas escolas.

A variedade de temas dos livros adquiridos, o número de empréstimos para alunos, professores e pais, o grau de conhecimento dos professores acerca dos livros, o estado de conservação da biblioteca, a quantidade e a qualidade dos textos produzidos por alunos e professores, tudo deve ser minuciosamente avaliado durante a execução de qualquer ação que vise à formação de leitores. Portanto, os programas e projetos devem ser acompanhados e assessorados dentro das escolas, para que sejam implementados com eficácia.

O que foi verificado, nesta pesquisa, comprova que não há uma avaliação séria por parte do Estado no tocante à implementação das políticas públicas. Os resultados não são averiguados de perto, não se conhecem os efeitos práticos desse tipo de projeto dentro das escolas e nas comunidades atingidas.

As políticas públicas deveriam ser implementadas tendo em vista a melhoria do ensino; saber se os programas, projetos e campanhas de incentivo à leitura estão sendo suficientes para despertar o gosto pela leitura na clientela atendida; saber ainda se houve ou não melhora dos níveis de leitura dentro das escolas, se as crianças e os jovens estão se apropriando dos mecanismos da língua culta com maior facilidade.

Tomar conhecimento dos resultados dos programas, dos projetos e das campanhas é pensar que os índices levantados nas pesquisas do INAF e do PISA podem ser revertidos e, desta forma, acreditar que o Brasil passe a ocupar os primeiros lugares em letramento de leitura.

A discussão sobre as políticas sociais brasileiras precisa ser situada num contexto teórico mais amplo, macro-estrutural, da sociedade capitalista moderna, devido à sua especificidade sobre as estruturas de classes da sociedade em nosso país.

Os estudos de programas sociais de leitura tornam-se cada vez mais necessários no Brasil, pois a bibliografia tem apontado o quanto as pesquisas acadêmicas relacionadas às políticas estão distantes de instituições como escolas, bibliotecas, centros de cultura e informação. Isso restringe os estudos à etapa de diagnóstico e das propostas educacionais, raramente abordando importantes questões como a das análises dos discursos das políticas destinadas a essas instituições e, conseqüentemente, o processo de sua efetiva implementação.

A pesquisa bibliográfica desta investigação apontou que há outros trabalhos que se propuseram discutir o projeto “Literatura em Minha Casa” em suas várias facetas. Todos os resultados foram basicamente os mesmos: a) o distanciamento dos envolvidos com a formação de leitores; b) a falta de formação de mediadores; c) os alunos não receberam as coleções; d) os que por ventura receberam, não receberam a coleção completa como deveriam; e) não houve o processo de mediação da escola (diretores, pedagogos, professores e bibliotecários) e da família (pais, avós, tios, amigos, vizinhos). Essa concordância vem reforçar e afirmar o apresentado e discutido neste trabalho. Assim como esta pesquisa, todas as demais apresentaram suas particularidades, o que faz com que sejam acrescentadas ao rol dos pesquisadores e possam contribuir com os estudos sobre as políticas públicas na área da leitura.

Tem-se a consciência de que esta pesquisa não conseguiu desvendar todos os pontos importantes e necessários para se saber onde é que os propósitos do projeto “Literatura em Minha Casa” foram interrompidos. Uma pesquisa é sempre inconclusa. No entanto, sabe-se que, a partir dos questionamentos e das dúvidas que ficaram pairadas no ar, muitas outras pesquisas surgirão e muitos fios dos emaranhados serão puxados.

Conforme apresentado na revisão da literatura há poucos estudos sobre “Políticas públicas de promoção à leitura”, pois esta é uma área recente na pesquisa de / sobre leitura. O assunto é amplo e tem muitos vieses pelos quais, ainda, outros pesquisadores da área podem desamarrar os nós que foram feitos durante muitos anos na história do Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa deixa vários caminhos a serem trilhados por outros pesquisadores, como por exemplo: Políticas de formação de professores como mediadores de leitura; Bibliotecários: e a formação de promotores da leitura; PNBE/Biblioteca do Professor entre outros temas.

Ressalta-se que o objetivo dessa pesquisa foi o de contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel do governo em relação à criação de políticas públicas para a leitura e para o livro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Leitura e história de leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, Coleção Histórias de Leitura, 2000.
- ANDRADE, L. T. **Professores-leitores e sua formação: transformações discursivas de conhecimentos e de saberes**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.
- ARAÚJO, A. A.; DEZOTTI, M. **Literatura em minha casa: um estudo a respeito da concretização do projeto nas escolas públicas de Naviraí-MS**. Mato Grosso do Sul, 2006. Publicação disponível em:
<<http://www.fiama.edu.br/revista/2005/Dados/comunicacoes/comunicagda.htm>>.
- AVELAR, R. D. C. **A literatura de 5ª a 8ª série: da produção à recepção**. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
- BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, N. M. de. (Orgs). **Leitura: práticas, impresso, letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRITTO, L.P.L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. V.1. São Paulo: Ática, 1998.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. V.2. São Paulo: Ática, 1999.
- CHARTIER, A. M; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura-1880-1980**. Tradução Oswaldo Biato, Sérgio Bath. Editora Ática, 1995.
- CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador / Roger Chartier; tradução Reginaldo de Moraes**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- CHARTIER, R. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jésus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COSTA, K. M. M. **Literatura em Minha Casa: entre representações e práticas de leitura**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFG. Goiânia, 2007.

CUSTÓDIO, C. D. **Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação – 1930 – 1994**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma Antiga**. São Paulo: Ática, 1995.

FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. **O aparecimento do livro**. São Paulo; Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

FERREIRA, N. S. de A. **Catálogo Analítico de dissertações de mestrado e teses de doutorado: Leitura no Brasil (1980-1995)**, Campinas (SP), Faculdade de Educação/UNICAMP . Komedi: Arte Escrita, 2001.

FERNANDES, C. R. D. **Práticas de leitura escolar no Brasil: representações da escola, de professores e do ensino na literatura infanto-juvenil a partir dos anos 80**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam**. São Paulo, Cortez – Autores Associados. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 4), 1982.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In FAZENDA, I (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004 p. 11-19.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Edit., 1979.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**; Tradução Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MARINHO, M.; SILVA, C.S.R. da. **Leituras do professor**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998.

MARQUES, M. L. de L. **Literatura em minha casa**: uma história sobre leitura, literatura e leitores. João Pessoa, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, 2007.

MARQUES NETO, J.C. **Ano Ibero-americano da Leitura, o Ano que não Deve Acabar**. In. AMORIN, G.; (Org) Políticas públicas o livro e leitura. Brasília: Brasiliol: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 19-29.

MARTINS, A.; CASSON, R. **A literatura em minha casa...e na minha escola também**. Revista Presença Pedagógica, nº 47, Set. / Out., 2002, p.84-86.

MARX, K. **Posfácio à 2ª Edição de O Capital**, in: O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER. F. **O Método nas Ciências Naturais**: pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELO, J. M. **História Social da Imprensa**: fatores sócio culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, V. da R. **Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Mar e as políticas educacionais**. In: PARO, V. H. (org). A teoria do valor em Marx e a educação. São Paulo: Cortez, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Manual Programa Salas de Leitura**. Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), 1988.

OLIVEIRA, Z. C. P. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca pública no Brasil, 1937-1989. 1994. 221. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PAIVA, J. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)** – uma avaliação diagnóstica. (Relatório) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

PAVANI, E. A. I. **“Literatura em minha casa” nasce na escola**: um estudo de caso da aplicação das coleções literatura em minha casa do município de Boituva. 2004. Sorocaba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba. Sorocaba, 2004.

PENNAC, D. **Como um romance**. Trad. Leny Werneck. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PERROTTI, E. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

PROUST, M. **Sobre a leitura**. TRAD. Carlos Vogt. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1991.

RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo funcional**: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. Educação & Sociedade, Campinas, v. 18, n. 60, p. 144-58, dez. 1997.

RIGOLETO, A. P.C. **O programa Literatura em Minha Casa enquanto política pública: avaliando a formação de famílias leitoras.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ROSSI, M. S. A. **Campanha pública de promoção da leitura forma leitores?** Um estudo sobre as instâncias mediadoras do projeto Literatura em minha casa/2001 em Maringá/PR. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidades Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.** Descrição do Programa. 2000.

SERRA, E. D'Â. **Leitura e literatura infantil:** um olhar sobre a cultura brasileira. (s/d e s/l).

SERRA, E. D. Â. **O desafio de formar leitores.** Jornal da Fundação Cargill - Ano II – nº 3 – julho/agosto/setembro, 2005.

SILVA, D. C. B. **“Literatura em minha casa”:** uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina, 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL. Londrina, 2004.

SILVA, E. T. da. **Leitura e realidade brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

SILVA, E. T. da. **O professor e o combate à alienação imposta.** São Paulo: Cortes / Autores associados, 1991.

SILVA, E. T.da. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, E.T. da. **A produção da leitura na escola.** Pesquisas X Propostas. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, E.T. da. **De olhos abertos:** reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil.São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, E.T. da. **Os (dez) Caminhos da Escola.** Traumatismos Educacionais. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

SILVA, E.T. da. **A formação de leitores.** III Feira do Livro de Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 2004.

SOARES, I. G. **Políticas sociais de leitura no Brasil:** os discursos do PROLER e PRÓ-LEITURA. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Minas Gerais, Minas Gerais, 2000.

SOARES, I. G.; PAULINO, G. **Políticas públicas de leitura.** Revista Presença Pedagógica Nº 47, Set. / Out., 2002.

SUASSUNA, L. **O que são, por que e como se escreveram os parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa – o professor como leitor de propostas oficiais de ensino.**

In. MARINHO, M.; SILVA, C.S.R. da. Leituras do professor. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998. p. 175-184.

SZYMANSKI, H. (Org); ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Técnica da triangulação na coleta de dados.** In: Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

YUNES, E. **Por uma política nacional de leitura.** In: A Formação do leitor: o papel das instituições de formação do professor para a educação fundamental. Cadernos de Educação Básica, vol. 4, Brasília: MEC, 1994.

YUNES, E. **Por uma Política Nacional de Leitura.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1992.

BOLETIM INFORMATIVO “NOTÍCIA” /FNLIJ, consultados:

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **MEC incentiva a leitura compartilhada entre pais e filhos.** Programa Livros Animados é selecionado para o Festival Prix Jeunesse, na França. Notícias, nº. 8. Volume 23 agosto de 2002.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **FNLIJ faz seleção para o MEC.** Notícias, nº. 4. Volume 20 – abril de 1999. p 4-5.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **23 de maio de 1968:** Escritura de Instituição da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Notícias, nº. 5. Volume 25 maio de 2003.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **Inventário do acervo da FNLIJ; Organização do Arquivo; Ciranda de Livros; Campanha Leia Comigo; Cursos e Concursos; Campanha Tempo de Leitura (MEC); Projeto Biblioteca Viva em Hospitais; PROLER.** Notícias, nº. 11. Volume 23, novembro de 2002.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola do Ministério da Educação/PNBE - FNDE.** Notícias, nº. 4. Volume 23 abril de 2002. p 9.

SERRA, E. D’ Â. **Leia comigo!** In: Notícias/FNLIJ, nº. 12. Volume 22, dezembro de 2001. P 1-2

SERRA, E. D’ Â. **Tempo de leitura.** Trechos do editorial. In: Notícias/FNLIJ, nº. 12. Volume 22, dezembro de 2001.

SERRA, E. D’ Â. **Lendo o passado para escrever o futuro: 20 anos de Ciranda de Livros.** In: Notícias/ FNLIJ, nº. 12. Volume 23, dezembro de 2002. p 1-2.

SITES CONSULTADOS

AGÊNCIA BRASIL. **Nota de alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica piorou em dez anos.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/02/07/materia.2007-02-07.0423574866/view>>. Acesso em: 17/ 03/2007.

CORREIO DA TARDE. **Grande parte das crianças brasileiras que já foram alfabetizadas não consegue compreender textos básicos.** Disponível em: <<http://www.correiodatarde.com.br/editorias/geral-18498.>>. Acesso em: 24/08/2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **Projetos pioneiros.** Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/pioneiros.html>>. Acesso em: 03/04/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Divulgados os resultados por escola da Prova Brasil.** Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em: 05/07/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Campanha de incentivo à leitura.** Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/03/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **MEC inaugura novos programas de incentivo à leitura.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/livroaberto/fome_de_livro/index.php?p.>. Acesso em: 20/08/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Literatura em Minha Casa / PNBE.** Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/recomendaveis2000.html>>. Acesso em: 10/ 05/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Projeto Literatura em Minha Casa.** Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/programas/pnbe/index.html>>. Acesso em: 22/04/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Livros e Leitura; Cultura no Brasil 1997.** Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/textos/tm03.htm>>. Acesso em: 12/05/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programa Nacional Biblioteca da Escola / PNBE.** Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/programas/pnbe/index.html>>. Acesso em: 24/05/2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/INAF. **Alfabetismo Funcional: 2003, 2004, 2005, 2006.** Disponível em: <<http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=28->>. Acesso em: 07/08/2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Prova Brasil/2005 confirma índice de analfabetismo funcional divulgado pelo PISA (Programa Internacional para Avaliação de Estudantes).** Disponível em: <<http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=28->>. Acesso em: 07/08/2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/ INAF. **5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional / 2005**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/na_ind_inaf_5.php>. Acesso em: 16/06/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/UNESCO. **Alfabetismo funcional: dados referentes a 2002**. Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=169>>. Acesso em: 23/07/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Resultados do PISA 2004**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news04_51.htm>. Acesso em: 18/04/2006.

SERRA. E. D'. A. **Os pioneiros da promoção da leitura**. Disponível em: <<http://www.mic.gov.br/textos/olhar/literaturainfantil.htm>> . Acesso em: 22/03/2005.

VIVA LEITURA. **Instituto Paulo Montenegro divulga Brasil ficou em último lugar em letramento**. Disponível em: <<http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/justificativa.asp>>. Acesso em: 24/08/2007.

ANEXOS

ANEXO 1

1. Carta de apresentação para as entrevistas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL: o programa PNBE e o “Literatura em Minha Casa”

Este estudo tem como propósito analisar o projeto governamental de incentivo à leitura “Literatura em Minha Casa” emanado do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O projeto tem e teve como meta inicial levar às escolas públicas, do Ensino Fundamental de todo o país, livros de literatura infantil e juvenil de qualidade; garantir a existência, na escola, de um espaço para a leitura; abranger o sentido total de biblioteca escolar aumentando o acervo destas; prover recursos diversificados de leitura, essenciais ao desenvolvimento intelectual, emocional e cultural dos alunos e dos professores; incentivar a leitura e troca de livros entre estudantes, tornar acessível aos alunos de 1^a, 4^a, 5^a e 8^a séries e às suas famílias um conjunto de textos literários proporcionando opção de leitura às suas famílias; disponibilizar o acesso de alunos de outras séries e da comunidade ao acervo entregue às escolas; apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do Ensino Fundamental; estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura; aplicar programas de incentivo ao hábito de leitura.

Portanto, nesta pesquisa busca-se focar os objetivos, o público alvo, os critérios para a distribuição dos livros, os investimentos financeiros, as concepções básicas e as ações que nortearam a implantação e a implementação do projeto. Serão analisados os conteúdos das

entrevistas realizadas com os responsáveis pelas bibliotecas escolares diretores, pedagogos, professores das escolas contempladas pelo referido projeto.

Serão ouvidos, também, profissionais que atuaram e ou atuam indiretamente nas escolas como coordenadores de área de ensino e Chefia do NRE e SME. A intenção da entrevista é saber como os profissionais da educação se relacionaram e ou se relacionam com o projeto desde a implantação até a implementação deste nas escolas em que atuaram ou atuam.

Para atingir esse objetivo, pretende-se identificar e analisar documentos, escritos, produzidos pelas instituições gestoras desses programas, bem como, as divulgações oriundas dos órgãos oficiais fazendo uma relação entre o proposto e o efetivado na prática.

A referida pesquisa acontecerá nas escolas que ofertam Educação Básica (1ª a 4ª séries) da Rede Municipal e no Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) da Rede Estadual de Educação no Município de Ponta Grossa, no ano de 2006.

Regina Janiaki Copes

Mestranda em Educação

ANEXO 2

2. Roteiro de entrevista acompanhado de um preâmbulo sobre as políticas públicas de incentivo à leitura

I – IDENTIFICAÇÃO

Escola:

Rede: () Estadual () Municipal

Nome do Profissional:

Função que exerce: () Professor () Diretor () Diretor Auxiliar () Supervisor

() Coordenador de área de ensino NRE

() Coordenador de área de ensino SME

Tempo de formação:

Tempo de experiência na profissão:

Número de alunos matriculados na escola:

Nº de alunos de 5ª série:

Nº de alunos de 8ª série:

Nº de alunos de 1ª série:

Nº de alunos de 4ª série:

Observações:

II- ROTEIRO DA ENTREVISTA

Os primeiros programas de incentivo à leitura se deram a partir de 1980, embora o interesse pela promoção e divulgação da leitura tenha se iniciado, no Brasil, em 1968, com a criação da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, FNLIJ. A partir de 1988, houve um interesse maior em se democratizar a leitura após a promulgação da Constituição Federal, que preceitua, em seu artigo nº 215, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, que deve, também, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. A Lei, conforme o parágrafo 3º do artigo nº 216, estabelece incentivos para a produção e conhecimento dos bens e valores

culturais. Há uma grande preocupação, por parte de algumas instituições em divulgar e promover a leitura no Brasil: A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), instituição não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1968, que publica, mensalmente, o Boletim Informativo “Notícias”, onde promove e divulga estudos e pesquisas sobre todos os aspectos do livro infantil e juvenil, visando favorecer a educação através da promoção da leitura; a UNESCO que, ao declarar o livro como instrumento fundamental para o aperfeiçoamento do cidadão, em 1972, além reconhecimento da importância do livro para a educação, concebeu a leitura como um direito do homem, a ser assegurado pela sociedade e pelo Estado; a Associação Internacional de Leitura – Conselho Brasil Sul, filiada ao “Internacional Reading Association”, criada em 1979; a Associação de Leitura do Brasil (ALB), fundada em 1982 que, por iniciativa própria promove o Congresso de Leitura (COLE); a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Em busca da concretização desse ideal promovem congressos, simpósios, seminários e encontros com o objetivo de debater e discutir sobre as políticas de leitura e seus encaminhamentos metodológicos para a formação de leitores.

1. A partir do exposto, você pode me dizer quais os programas de incentivo à leitura emanados do Governo Federal que você tem ou teve conhecimento?
2. Você se lembra se esses programas enviaram livros para a escola?
3. Quantos livros de literatura chegaram na escola?
4. Esses livros ficavam na escola, quero dizer, na biblioteca da escola?
5. E, hoje, você sabe quais os investimentos que o Governo Federal tem feito às escolas em relação às bibliotecas escolares?

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), desde 1997, forma bibliotecas escolares e acervos de professores e alunos. O Ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato Souza, assina a Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997, apregoa ter em vista a necessidade de oferecer aos professores e alunos de ensino fundamental um conjunto de obras literárias e textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, além de obras de referência; e a importância de apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental, resolve:

Artigo 1º Instituir o Programa Nacional Biblioteca da Escola, com as seguintes características básicas:

- b) produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;
- c) apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura.

1. Isso chegou a acontecer?
2. Você se lembra de ter participado de algum curso nessa época com esses objetivos?
3. Como eram os cursos?
4. Onde eles aconteciam?
5. Qual era a carga horária dos cursos?
6. Quem os ministrava?
7. Houve apoio aos projetos de incentivo à leitura nessa época?
8. Houve a difusão dos projetos?
9. Que se encarregava de difundi-los?
10. Os professores receberam material e ou outros recursos financeiros para desenvolverem projetos de leitura com seus alunos na escola?

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, no art.15 do anexo I do Decreto nº 3.0334, de 27 de abril de 1999, e nos arts.3º e 6º do anexo da Resolução CD /FNDE nº 49, de 21 de novembro de 2001, e considerando o direito do educando ao recebimento de material didático; os propósitos de universalização e melhoria do Ensino Fundamental e o acesso à cultura e à informação, desenvolvendo o hábito de leitura; ser a 4ª série do ensino fundamental um momento decisivo no processo de aquisição da língua escrita, resolve:

Art. 10 Determinar a distribuição, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE /2002, de coleções de obras de literatura aos alunos da 4ª série e às escolas públicas do Ensino Fundamental que ofereçam, no exercício de 2003, salas de aula daquela série.

1. A tua escola recebeu esse material?
2. Como foi a distribuição das coleções na escola?
3. Quem fez a distribuição?
4. As professoras, também, receberam as coleções?

5. Quais as outras formas de apoio para desenvolver projetos de leitura na escola, que foram dadas aos professores?

A partir de 2001 o PNBE tem se diferenciado, dos demais programas de incentivo à leitura, pois além do número expressivo de alunos atendidos, dá, a eles, livros. Esses livros são de uso e propriedade do estudante, que levam para casa e compartilham com seus familiares, vizinhos e amigos a leitura dos livros. As novas coleções chegam, sempre, nas escolas até Dezembro de cada ano. No início do ano todas as escolas públicas brasileiras que ofertam ensino de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, recebem as coleções literárias do projeto.

1. Você conhece esse projeto?
2. Sabe qual é o nome dele?
3. A respeito desse projeto o “LITERATURA EM MINHA CASA”, você sabe quais são os objetivos dele?
4. Houve uma preparação da escola para receber os livros?
5. Os professores foram chamados para receberem as coleções e tomaram consciência dos objetivos dos projeto?
6. Os professores foram orientados como trabalhar o projeto?
7. Quem os orientou?
8. Quais foram as orientações dadas aos professores para trabalhar os projeto?
9. Os professores receberam o manual (guia) de orientação para trabalhar com o projeto?
10. Os professores também receberam as coleções junto com os alunos?
11. As coleções que chegaram foram distribuídas para todos os alunos matriculados nas séries contempladas pelo Projeto?
12. Os livros chegaram para todos os alunos?
13. Quantos livros chegaram à escola?
14. Os alunos foram informados dos objetivos do projeto?
15. Houve troca de livros entre os alunos?
16. Houve espaço para a discussão dos livros?
17. Surgiram projetos de leitura a partir desse projeto?
18. Quais os projetos de leitura estão acontecendo na escola?
19. Como é feita a promoção da leitura na sua escola?
20. Os pais foram convidados para participarem dos projetos dentro da escola?

21. Quais os outros profissionais que, ao lado do professor, estão presentes na escola para incentivar o hábito da leitura nos alunos?
22. Houve participação da equipe de ensino do NRE no desenvolvimento do projeto dentro da escola?

ANEXO 3**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO****Portaria Nº 584, de 28 de abril de 1997**

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso das atribuições legais e tendo em vista,

o Relatório final da Comissão encarregada de preparar a lista de títulos que comporão uma coleção de livros a ser distribuída às escolas públicas;

a necessidade de oferecer aos professores e alunos de ensino fundamental um conjunto de obras literárias e textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, além de obras de referência;

a importância de apoiar técnica e materialmente os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental, resolve

Art. 1º - Instituir o Programa Nacional Biblioteca da Escola, com as seguintes características básicas:

a) aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédia e outros materiais de apoio e obras de referência;

b) produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;

c) apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura;

d) produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico.

Art. 2º - O acervo básico da Biblioteca da Escola será formado em três anos a partir de 1997.

Art.3º - Os recursos necessários à execução do Programa serão assegurados pelo Ministério nos orçamentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO RENATO SOUZA

(Publicado no Diário Oficial em 29/04/97, Seção 1, página 8.519)

ANEXO 4

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA DE APOIO PEDAGÓGICO

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE

Descrição do Programa

O Programa doa a alunos matriculados na 4ª série, na 5ª séries do Ensino Fundamental e, também, para escolas, coleções composta de obras clássicas da literatura brasileira, livros infanto-juvenis, obras de referência em apoio a professores e alunos.

Desta forma, visa incentivar a leitura e troca de livros entre estudantes, além de proporcionar opção de leitura às suas família. O acervo entregue permite às escolas, também disponibilizar o acesso a alunos de outras séries e da comunidade às coleções.

Lançado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola já distribuiu três acervos. O primeiro, em 1998, composto de 215 títulos, foi dirigido a 20 mil escolas de 1ª a 8ª séries com mais de 500 alunos. O segundo, em 1999, composto de 109 títulos infanto-juvenis, quatro deles voltados às crianças portadoras de necessidades especiais, foi dirigido a 36 mil escolas de 1ª a 4ª séries com mais de 150 alunos. Nos municípios em que a quantidade de alunos não obedecia às normas estabelecidas para o atendimento, selecionou-se a escola que contava com o maior número de alunos. O PNBE 2001 disponibilizou aos alunos 30 títulos diferentes em seis coleções distintas, contabilizando um total de 12,1 milhões de coleções.

Público Alvo

Alunos e escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino

Duração do Projeto

Projeto iniciado em 1997, não há previsão de término

ANEXO 5**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO****RESOLUÇÃO Nº 014 DE 15 DE AGOSTO DE 2000.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no exercício de suas atribuições previstas na Resolução nº 17, de 18 de agosto de 1998, e

CONSIDERANDO

os propósitos de universalização e melhoria do ensino fundamental, emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN;

o conjunto das proposições contidas no Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado Parâmetros em Ação, implantado pelo Ministério da educação;

a importância de apoiar, material e tecnicamente, os programas de capacitação para docentes que atuam no ensino fundamental, prevista na Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, que instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; e

a relevância de proporcionar aos professores uma formação docente mais adequada, consistente e próxima da realidade em que estão inseridos, **RESOLVE “AD REFERENDUM”**:

Art. 1º - determinar que, no exercício de 2000, as escolas do ensino fundamental das redes públicas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal participantes do Programa Parâmetros em Ação sejam providas de materiais didático-pedagógicos voltados para a capacitação do docente.

Art. 2º - Estabelecer que o provimento de que trata o art.1º desta Resolução seja realizado por meio do PNBE.

Art.3º - Designar a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação como responsável pela definição do acervo do PNBE/2000.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO RENATO SOUZA**Presidente do Conselho deliberativo**

ANEXO 6**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO****RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 008, DE 08 DE ABRIL DE 2003**

O PRESIDENTE-SUBSTITUTO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.12º, do Capítulo IV, do Anexo I do Decreto n.º4.626, de 21 de março de 2003, e os arts. 3º e 6º do anexo da Resolução CD/FNDE n.º 49, de 21 de novembro de 2001, e

CONSIDERANDO

o direito do educando ao recebimento de material didático, conforme preconizado pelo art. 208, inciso VII, da Constituição Federal;

os propósitos de universalização e melhoria do ensino fundamental, emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

a necessidade de garantir aos alunos e aos professores do ensino fundamental o acesso à cultura e à informação;

a necessidade de estimular a leitura entre alunos e professores da rede pública;o objetivo de incentivar a dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras;

a 4ª e a 8ª séries do ensino fundamental como momentos decisivos no processo de aquisição e domínio da língua escrita;

a necessidade de proporcionar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos o acesso a material de leitura de qualidade, com vistas a incentivá-los na prática da leitura como apoio ao exercício da reflexão, da criatividade e da crítica;

a leitura proficiente um instrumento capaz de fortalecer a autonomia dos educandos;

a valorização da produção literária nacional como forma de manifestação artística e expressão de valores e cultura, e, ainda, o apoio e a difusão de programas destinados a incentivar a prática da leitura,

RESOLVE:

Art.1º - Determinar a distribuição, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2003, de coleções de obras de literatura e de informação aos alunos matriculados na 4ª série, na 8ª série e aos alunos da última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo, do ensino fundamental, bem como às escolas públicas que oferecerem essas séries, no exercício de 2004.

Parágrafo único. Os alunos de que trata o caput deste artigo deverão estar matriculados nas escolas das redes públicas federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art.2º - As coleções selecionadas, específicas para cada série e diferentes entre si, deverão obedecer aos seguintes critérios de distribuição:

I - 01 (uma) coleção para cada aluno matriculado na 4ª série, na 8ª série e na última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2º segmento da Educação de

Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo, do ensino fundamental, no ano letivo de 2004.

II - 10 (dez) coleções específicas de 4ª série, para cada uma das escolas públicas que oferecerem, no ano letivo de 2004, a 4ª série.

III - 10 (dez) coleções específicas de 8ª série, para cada uma das escolas públicas que oferecerem, no ano letivo de 2004, a 8ª série.

IV - 04 (quatro) coleções específicas de Jovens e Adultos, para cada uma das escolas públicas que possuam, no ano letivo de 2004, alunos cursando a última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo, do ensino fundamental.

Art.3º - As escolas de que trata o inciso II, III e IV do artigo anterior deverão estar cadastradas no Censo Escolar mais recente, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

§ 1º As informações a serem utilizadas pelo PNBE, relativas aos quantitativos de alunos e escolas, serão fornecidas pelo INEP e terão como base o Censo Escolar de 2002.

§ 2º O FNDE poderá ainda, para a aquisição das coleções, utilizar dados mais recentes a serem disponibilizados pelo INEP como, por exemplo, a prévia do Censo de 2003.

§ 3º O quantitativo de cada coleção da 4ª série a ser adquirida será definido com base no resultado da aplicação da seguinte fórmula:

Aq = (10E + A)/C onde:

Aq = quantitativo total de cada coleção a ser adquirida;

10 = número de coleções a serem distribuídas por escola, de acordo com o inciso II do art. 2º desta Resolução;

E = número de escolas cadastradas no Censo Escolar com alunado estimado da 4ª série.

A = total de alunos nessas séries e segmentos, projetado para o exercício de 2004, excluído o índice de repetência;

C = número de coleções selecionadas.

§ 4º O quantitativo de cada coleção da 8ª série a ser adquirida será definido com base no resultado da aplicação da seguinte fórmula:

Aq = (10E + A)/C onde:

Aq = quantitativo total de cada coleção a ser adquirida;

10 = número de coleções a serem distribuídas por escola, de acordo com o inciso III do art. 2º desta Resolução;

E = número de escolas cadastradas no Censo Escolar com alunado estimado da 8ª série;

A = total de alunos nessas séries e segmentos, projetado para o exercício de 2004, excluído o índice de repetência;

C = número de coleções selecionadas.

§ 5º O quantitativo de cada coleção do último ano do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos a ser adquirida será definido com base no resultado da aplicação da seguinte fórmula:

Aq = (4E + A)/C onde:

Aq = quantitativo total de cada coleção a ser adquirida;

4 = número de coleções a serem distribuídas por escola, de acordo com o inciso IV do art. 2º desta Resolução;

E = número de escolas cadastradas no Censo Escolar com alunado da última série, termo, módulo ou similar, correspondentes

à última etapa do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo, do ensino fundamental;

A = total de alunos nessas séries e segmentos, projetado para o exercício de 2004, excluído o índice de repetência;

C = número de coleções selecionadas.

§ 6º Fica o FNDE autorizado a realizar os arredondamentos numéricos que se fizerem necessários para o estabelecimento do quantitativo as ser adquirido de cada coleção, em decorrência do resultado obtido após a aplicação da fórmula prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo.

Art.4º - As coleções a serem adquiridas pelo PNBE/2003 serão compostas de:

a) Para os alunos matriculados na 4ª série:

I - uma antologia poética brasileira;

II - uma antologia de contos brasileiros;

III - uma novela brasileira;

IV - uma obra clássica da literatura universal, traduzida ou adaptada;

V - uma peça teatral brasileira ou obra ou antologia de textos de tradição popular brasileira.

b) Para os alunos matriculados na 8ª série:

I - uma antologia poética brasileira;

II - uma antologia de crônicas e contos brasileiros;

III - uma novela ou romance brasileiro ou estrangeiro, adaptado ou não;

IV - uma peça teatral brasileira ou estrangeira;

c) Para os alunos matriculados na última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo, do ensino fundamental:

I - um ensaio ou reportagem sobre um aspecto da realidade brasileira;

II - uma antologia de crônicas e contos brasileiros;

III - uma obra ou antologia de textos de tradição popular brasileira em prosa ou verso;

IV - uma antologia poética brasileira;

V - uma peça teatral brasileira ou estrangeira;

VI - uma biografia ou relato de viagens.

Art.5º - A avaliação e a seleção das obras integrantes das coleções inscritas no PNBE/2003 serão coordenadas pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF do Ministério da Educação.

Art.6º - A avaliação, a seleção e a distribuição das coleções, em função de seus objetivos, observarão procedimentos específicos, atribuídos:

I - à Comissão Técnica do PNBE/2003, que será instituída por ato do Ministro de Estado da Educação, presidida pelo titular da SEF e coordenada pelo titular da Coordenação-Geral de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos da SEF, que definirá os critérios de avaliação e seleção das coleções inscritas e subsidiará os trabalhos no Colegiado;

II - ao Colegiado, que será instituído por ato do Ministro de Estado da Educação, que realizará a avaliação e seleção das coleções, obedecendo-se às normas e orientações específicas estabelecidas pelos instrumentos legais e definidos pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF;

III - ao FNDE, que publicará, em conjunto com a SEF, edital específico contendo os procedimentos destinados à execução do PNBE/2003;

IV - à SEF, que se encarregará da coordenação e supervisão do processo de avaliação e seleção, realizado pelo Colegiado de que trata o inciso 2 deste artigo, e pela Comissão Técnica a que se refere o inciso I deste artigo;

Art.7º - O FNDE e a SEF, na execução do PNBE/2003, poderão contar com a colaboração das secretarias de educação estaduais, do Distrito Federal e municipais cabendo a cada um as seguintes competências:

I - FNDE:

a) pré-inscrição e inscrição de coleções;

b) triagem e aquisição das coleções selecionadas;

c) supervisão, monitoramento e controle de qualidade da produção das obras;

d) distribuição das coleções adquiridas.

II - SEF:

a) definição dos critérios para composição da Comissão Técnica e do Colegiado;

b) definição dos critérios e instrumentos de avaliação e seleção das coleções;

c) pré-análise das coleções;

d) coordenação do processo de avaliação e seleção das coleções

e) monitoramento e acompanhamento quanto à utilização das coleções distribuídas.

III - Secretarias de educação estaduais, do Distrito Federal e municipais:

a) participação no Colegiado;

b) divulgação, orientação e monitoramento quando da distribuição das coleções;

c) apoio às escolas quanto à utilização das obras em sala de aula e em casa.

Art.8º - Fica revogada a Resolução FNDE/CD/Nº 008, de 1º de março de 2002.

Art.9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

RUBEM FONSECA FILHO

ANEXO 7**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO****RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 008, DE 1 DE MARÇO DE 2002.**

**Dispõe sobre o Programa Nacional
Biblioteca da Escola-PNBE/2002.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 15º, do Anexo I do Decreto nº 3.034, de 27 de abril de 1999, e os arts.3º,e 6º do anexo da Resolução CD/FNDE nº 49, de 21 de novembro de 2001, e

CONSIDERANDO

o direito do educando ao recebimento de material didático, conforme preconizado pelo art.2008, inciso VII, da Constituição Federal;
os propósitos de universalização e melhoria do ensino fundamental, emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
a necessidade de garantir aos alunos e professores do ensino fundamental o acesso à cultura e à informação, desenvolvendo o hábito de leitura;

ser a 4ª série do ensino fundamental um momento decisivo no processo de aquisição da língua escrita;

a necessidade de estimular a leitura e o objetivo de incentivar a dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras; e ainda, o apoio e a difusão de programas destinados a incentivar o hábito da leitura,

RESOLVE:

Art. 1º - determinar a distribuição, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2002, de coleções de obras de literatura e de informação aos alunos da 4ª série e às escolas públicas do ensino fundamental que oferecerem, no exercício de 2003, salas de aula daquela série.

Parágrafo único. Os alunos de que trata o caput deste artigo deverão estar matriculados nas escolas das redes públicas federal, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 2º - A avaliação e seleção das coleções inscritas no PNBE ficarão a cargo de um Colegiado, a ser instituído por Portaria do Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo único. Os trabalhos a serem executados pelos membros do Colegiado obedecerão às normas e orientações estabelecidas pelos instrumentos legais a serem definidos pela Secretaria de Educação Fundamental –SEF.

Art. 3º - As coleções selecionadas deverão obedecer aos seguintes critérios de distribuição: I
– ao aluno matriculado na 4ª série do ensino fundamental no ano letivo de 2003, 01 (uma) coleção;

II – às escolas que ofereçam 4ª série do ensino fundamental no ano letivo de 2003, 08 (oito) coleções.

Art.4º - As escolas de que trata o inciso II do artigo anterior deverão estar cadastradas no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

§ 1º As informações a serem utilizadas pelo PNBE, relativas aos quantitativos de alunos e escolas, serão fornecidas pelo INEP e terão como base o Censo Escolar.

§ 2º O quantitativo de cada coleção a ser adquirida será definido com base no resultado da aplicação da seguinte fórmula:

Aq = (10E + A)/C onde:

Aq = quantitativo total de cada coleção a ser adquirida;

10 = número de coleções a serem distribuídas por escola, de acordo com o inciso II do art. 3º desta Resolução;

E = número de escolas cadastradas no Censo Escolar com alunado estimado da 4ª série em 2003;

A = total de alunos de 4ª série do ensino fundamental, projetado para o exercício de 2003, excluído o índice de repetência;

C = número de coleções selecionadas.

§ 3º Fica o FNDE autorizado a realizar os arredondamentos numéricos que se fizerem necessários para o estabelecimento do número de cada coleção a ser adquirida, em decorrência do resultado obtido após a aplicação da fórmula prevista no § 2º deste artigo.

Art.5º - As coleções a serem adquiridas pelo PNBE/2002 serão compostas de:

I - uma obra de poeta brasileiro ou uma antologia poética brasileira;

II - uma obra de conto brasileiro ou uma antologia de contos brasileiros;

III - uma novela brasileira;

IV - uma obra clássica da literatura universal, traduzida ou adaptada;

V - uma peça de teatro brasileiro ou obra ou antologia de textos de tradição popular brasileira.

Art.6º - A avaliação e a seleção das obras integrantes das coleções inscritas no PNBE/2002 serão coordenadas pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF do Ministério da Educação.

Art.7º - A avaliação, a seleção e a distribuição das coleções, em função de seus objetivos, observarão procedimentos específicos, atribuídos:

I - à Comissão Técnica do PNBE/2002, que será instituída por ato do Ministro de Estado da Educação, presidida pelo titular da SEF e coordenada pelo titular da Coordenação-Geral de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos da SEF, que definirá os critérios de avaliação e seleção das coleções inscritas e subsidiará os trabalhos no Colegiado;

II - ao FNDE, que publicará, em conjunto com a SEF, edital específico contendo os procedimentos destinados à execução do PNBE/2002;

III - à SEF, que se encarregará da realização do processo de avaliação e seleção, por meio do Colegiado de que trata do art. 2 desta resolução, e da Comissão Técnica.

Art.7º - O FNDE e a SEF, na execução do PNBE/2002, poderão contar com a colaboração das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação, cabendo a cada um as seguintes competências:

I - FNDE:

- a) pré-inscrição e inscrição de coleções;
- b) triagem e aquisição das coleções selecionadas;
- c) supervisão, monitoramento e controle de qualidade da produção das obras;
- d) distribuição das coleções adquiridas.

II - SEF:

- a) definição dos critérios para composição da Comissão Técnica e do Colegiado;
- b) definição dos critérios e instrumentos de avaliação e seleção das coleções;
- c) pré-análise das coleções;
- d) coordenação do processo de avaliação e seleção das coleções.

III - Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e /ou Municipais de Educação:

- a) participação no Colegiado;
- b) monitoramento da distribuição das coleções;
- c) apoio à utilização das obras pelas escolas.

Art.8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

Presidente do Conselho deliberativo

ANEXO 8

Nº. de alunos matriculados e quantidade de coleções recebidas pelas escolas, segundo informações do FNDE.

Quadro 1

ESCOLA ESTADUAL		2001	QE	2002	QE	2003	QE	2004	QE	2005	QE	2006	QE
Palavra de Poeta	5ª	118	197	126	-	120	111	166	-	123	-	141	03
	8ª	105		108		109		181		80		82	
A Árvore que Dava Dinheiro	5ª	96	116	79	-	110	87	95	-	95	-	109	03
	8ª	74		64		72		82		62		60	
Os Miseráveis	5ª	140	230	122	-	135	114	113	-	244	-	106	03
	8ª	74		71		98		110		102		124	
Bia Bisa, Bisa Bel	5ª	323	333	279	-	300	205	272	-	311	-	232	03
	8ª	168		200		198		209		210		212	
Eu Chovo, Tu Choves,...	5ª	65	83	50	-	89	45	151	-	143	-	137	03
	8ª	33		43		40		93		123		114	
Meus Primeiros Versos	5ª	179	192	187	-	205	193	173	-	171	-	206	03
	8ª	199		225		177		170		167		182	
Minhas Histórias de...	5ª	210	144	149	-	218	179	215	-	288	-	288	03
	8ª	134		213		133		103		145		167	
Pluft, o Fantasminha	5ª	342	328	240	-	245	265	120	-	299	-	247	03
	8ª	158		212		226		195		205		188	
O Vampiro que...	5ª	149	174	140	-	203	132	133	-	140	-	139	03
	8ª	118		117		119		139		136		138	
Hiomens e Caranguejos	5ª	109	134	140	-	132	122	110	-	121	-	151	03
	8ª	96		120		111		98		114		103	
O Pagador de Promessas	5ª	102	-	89	-	75	66	97	-	110	-	98	03
	8ª	66		71		63		74		93		74	

Fonte: Número de alunos matriculados – NRE

Fonte: Quantidade de coleções enviadas às escolas (QE) – FNDE

Organização: Regina Janiaki Copes

Quadro 2

ESCOLA MUNICIPAL	4ª	2001	QE	2002	QE	2003	QE	2004	QE	2005	QE	2006	QE
O Pequeno Príncipe	X	180	-	178	48	170	63	176	-	172	-	175	06
Histórias Daqui e Dali	X	100	99	98	88	105	82	110	-	100	-	105	06
Poesia Quando Nasce	X	102	50	106	66	112	65	100	-	103	-	110	08
Nem Te Conto!	X	76	85	70	53	74	71	79	-	83	-	80	06
A Fada que tinha Idéias	X	127	89	130	93	136	95	128	-	140	-	145	06
Conversa de Poeta	X	175	182	182	158	194	223	200	-	203	-	210	08
O Rapto da Cebolinhas	X	22	40	26	25	25	38	24	-	28	-	25	04
Os Saltimbancos	X	58	73	61	60	54	65	65	-	59	-	71	06
A Terra dos Meninos...	X	92	88	89	68	90	74	95	-	91		98	06
Contos de Estimação	X	86	98	82	92	85	101	86	-	84	-	85	06
A Bolsa Amarela	X	110	100	102	96	96	116	98	-	115	-	125	06

Fonte: Número de alunos matriculados – SME

Fonte: Quantidade de coleções enviadas às escolas (QE) – FNDE

Organização: Regina Janiaki Copes